

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Samuel Gazolla Lima

Análise da implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas estaduais da
Superintendência Regional de Ensino de Ubá (Minas Gerais)

Juiz de Fora

2019

Samuel Gazolla Lima

**Análise da implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas estaduais da
Superintendência Regional de Ensino de Ubá (Minas Gerais)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Lourival Batista de Oliveira Júnior

Juiz de Fora

2019

Samuel Gazolla Lima

**Análise da implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas estaduais da
Superintendência Regional de Ensino de Ubá (Minas Gerais)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lourival Batista de Oliveira Júnior (orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Membro da banca

Membro da banca

Juiz de Fora, ____ de _____ de 2019.

Dedico este trabalho aos meus pais Jesus de Paula Lima e Ana Terezinha Gazolla Lima, minha querida sogra Elaine Brilhante Guimarães, minha esposa Fernanda Brilhante Gazolla, companheira e sempre ao meu lado, incentivando-me, ao meu filho Pedro Brilhante Gazolla e também para meus queridos irmãos, cunhados/as, sobrinhos/as que sempre me incentivaram e torceram por mim. Todos eles não mediram esforços para que eu pudesse estudar, mesmo, muitas vezes, tendo que abdicar do prazer dos momentos de convivência.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me permitiu ter força e fé para ultrapassar mais esta etapa em minha vida. Sem ele nada seria possível;

Aos meus pais, Jesus de Paula Lima e Ana Terezinha Gazolla Lima, por sempre me fazer acreditar no papel transformador da educação, com lições para a vida, com humildade, amizade, religiosidade e bons valores e, também, pelas orações que iluminaram meu caminho;

Para minha esposa Fernanda Brilhante Gazolla, companheira e amiga que com muita paciência, amor e compreensão, contribuiu e incentivou neste e em todos os percursos que me propus a trilhar. Sou eternamente grato pelo amor, amizade, companheirismo, apoio e incentivo de sempre;

Ao meu querido e amado filho, Pedro, motivo maior de todos os meus atos, ações e atitudes. Te amo filho!

À minha sogra, Elaine, pela acolhida em sua residência nos momentos dos encontros presenciais do curso, além do carinho e atenção comigo;

Aos meus queridos e amados irmãos Cidinha, Daniel, Míriam e Marina pelas orações, constante torcida, apoio e incentivo de sempre;

Aos meus cunhados/as Chico, Helder, Wagner, Vinícius, Sílvia e Josiane e aos queridos sobrinhos/as Naiara, Francisco, Alícia, Geovanna, Luanna, Lara e Luiza, pela torcida e apoio nos momentos de necessidade e dificuldade e peço desculpas pelas ausências nos momentos de confraternização;

Enfim, a todos os meus familiares que me acompanham, torcem e me apoiam sempre;

Ao meu orientador Professor Dr. Lourival Batista de Oliveira Júnior, pela sua orientação, sempre muito competente; obrigado pela disponibilidade em todos os momentos deste trabalho e por todos os ensinamentos que contribuíram e contribuirão para o meu crescimento profissional e pessoal;

Aos Agentes de Suporte Acadêmico (ASA's) que ao longo do curso nos deram muito incentivo, com dedicação, paciência e competência nas orientações dos trabalhos desenvolvidos, em especial aos ASA's que conduziram as disciplinas de Casos de Gestão e Dissertação I, II e III, principalmente na pessoa da profa. Dra. Juliana Alves Magaldi pelo incentivo, educação, profissionalismo, paciência e oportunidade de conquista deste sonho;

Aos colegas da Superintendência Regional de Ensino de Ubá pelo apoio, companheirismo, paciência, dedicação e suporte para a realização do mestrado;

Aos diretores, especialistas da educação e demais servidores das escolas que participaram da pesquisa e pelo retorno aos questionamentos apresentados, apresento minha gratidão, pois sem a participação de vocês, seria impossível a realização desse trabalho;

Aos professores, tutores e aos meus colegas do mestrado pela compreensão e colaboração indispensáveis à realização deste trabalho, pois contribuíram para meu crescimento pessoal e acadêmico;

À Prefeitura Municipal de Ubá, através do prefeito Edson Teixeira Filho, ao vice-prefeito Vinícius Samor de Lacerda e à Secretária Municipal de Educação, Elizabeth Barros, pela oportunidade, incentivo e valorização dos profissionais que compõem sua equipe;

À Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais pela oportunidade de crescimento profissional e acadêmico, pois sem a parceria proporcionada com o CAEd/UFJF e disponibilizada aos servidores, dificilmente eu conseguiria cursar um curso de mestrado de tamanha qualidade;

Aos servidores do CAEd, em especial àqueles que trabalham no mestrado profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, sempre com muita dedicação, educação, profissionalismo e carinho com os mestrandos;

Enfim a todos aqueles que de alguma forma possibilitaram minha caminhada durante o curso, meu muito, muito obrigado mesmo!

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.” (Paulo Freire).

RESUMO

O estudo de caso, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do (PPGP) CAEd/UFJF, trata da análise do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas da rede estadual de Minas Gerais, na área de abrangência da 38ª Superintendência Regional de Ensino de Ubá. Os Itinerários Avaliativos foram desenvolvidos pelo CAED/UFJF, em parceria com a SEE-MG, com objetivo das escolas analisarem os dados das avaliações internas e externas, de forma coletiva e participativa com toda comunidade escolar e assim produzirem um Plano de Ação para melhorar as práticas pedagógicas. Nosso objetivo foi analisar as dificuldades e acertos vivenciados pelas escolas no cumprimento de prazos e ações propostas pelos Itinerários Avaliativos, principalmente seu uso no planejamento pedagógico da escola. Como referencial teórico, dialogamos com autores que trabalham a temática das avaliações em larga escala e sua apropriação e uso como instrumento de planejamento pedagógico conforme abordado por Machado (2012), Bauer; Alavarse; Oliveira (2015), Deppresbiteris (2001), Ferreira (2015), Querido (2016), Sousa; Oliveira (2010), Silva (2017), entre outros. Como metodologia, analisamos os Relatórios de Acompanhamento dos Itinerários Avaliativos, encaminhados pela Superintendência de Avaliação da Educação da SEE-MG à 38ª SRE de Ubá e a tabulação do questionário *on-line* aplicado às escolas e assim levantamos que as principais dificuldades apresentadas estão relacionadas à ausência de capacitação e ao tempo reduzido disponível para executar todos os itinerários estabelecidos, além das dificuldades de acesso à plataforma *on-line*. Para minimizar as dificuldades elaboramos um Plano de Ação Educacional (PAE) que propõe a formação continuada dos servidores envolvidos, a redução do quantitativo de Itinerários Avaliativos, sua inserção do PPP da escola e melhorias na plataforma de acesso. As ações do PAE têm objetivo de melhorar a eficácia no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos na rede estadual de Minas Gerais.

Palavras-chave: Itinerários Avaliativos; Avaliação interna; Avaliação em larga escala; Planejamento de ações educacionais; Formação continuada; Rede estadual de educação de Minas Gerais.

ABSTRACT

The case study, developed in the Graduate Professional Program in Management and Evaluation of Public Education (PPGP) CAEd/UFJF, deals with the analysis of the process of implementation of Evaluating Itineraries in schools of the state network of Minas Gerais, in the area of coverage of the 38th Regional Superintendence of Education of Ubá. The Evaluative Itineraries were developed by CAED/UFJF, in partnership with SEE-MG, with the objective of analyzing the data from internal and external evaluations, in a collective and participatory way with the entire school community and thus produce an Action Plan to improve pedagogical practices. Our objective was to analyze the difficulties and successes experienced by schools in meeting deadlines and actions proposed by the Evaluating Itineraries, especially their use in the school's pedagogical planning. As a theoretical framework, we dialogued with authors who work on the theme of large-scale assessments and their appropriation and use as an instrument of pedagogical planning as addressed by Machado (2012), Bauer; Alavarse; Oliveira (2015), Deppresbiteris (2001), Ferreira (2015), Querido (2016), Sousa; Oliveira (2010), Silva (2017), among others. As a methodology, we analyzed the Follow-up Reports of Evaluating Itineraries, sent by the Superintendence of Evaluation of Education of SEE-MG to the 38th SRE of Ubá and the tabulation of the online questionnaire applied to schools and thus we raised that the main difficulties presented are related to the lack of training and the reduced time available to execute all the established itineraries and difficulties in accessing the online platform. In order to minimize the difficulties, we prepared an Educational Action Plan (PAE) that proposes the continued training of the employees involved, the reduction of the number of Evaluating Itineraries, their insertion in the school's PPP and improvements in the access platform. The PAE's actions aim to improve the effectiveness of the implementation process of Evaluating Itineraries in the state network of Minas Gerais.

Keywords: Evaluating Itineraries; Internal evaluation; Large-scale evaluation; Planning of educational actions; Continuous training; State education network of Minas Gerais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação das 47 Superintendências Regionais de Ensino	26
Figura 2 - Programas de Avaliação que integram o SIMAVE	32
Figura 3 - Apresenta da estrutura da SRE Ubá com suas Diretorias e seus respectivos setores	35
Figura 4 - Área de abrangência da 38ª SRE de Ubá	37
Figura 5 - Estrutura dos Itinerários Avaliativos de Minas Gerais	46
Figura 6 - Exemplo da descrição do passo a passo dos Itinerários Avaliativos	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Utilidade dos Itinerários Avaliativos segundo as escolas vinculadas à 38º SRE de Ubá	85
Gráfico 2 - Dificuldades para utilização dos Itinerários Avaliativos apresentados pelas escolas vinculadas à 38º SRE de Ubá.	91
Gráfico 3 - Escolas vinculadas à 38º SRE de Ubá que realizaram os percursos dos Itinerários Avaliativos com atraso	96
Gráfico 4 - Percentagem das escolas, vinculadas à 38º SRE de Ubá, que conseguiram desenvolver as atividades e discussões propostas pelos Itinerários Avaliativos dentro dos prazos	101
Gráfico 5 - Visão das escolas, vinculadas à 38º SRE de Ubá, sobre a quantidade de reuniões, preenchimento de formulários e apresentações propostas nos Itinerários Avaliativos	103
Gráfico 6 - Envolvimento dos servidores das escolas, vinculadas à 38º SRE de Ubá, com as atividades propostas pelos Itinerários Avaliativos	105
Gráfico 7 - Capacidade da escola, vinculada à 38º SRE de Ubá, de entender e analisar a situação educacional (problemas que afetam a aprendizagem) como indicado nos Itinerários Avaliativos	107
Gráfico 8 – Cumprimento dos prazos de elaboração do Plano de Ação pelas escolas vinculadas à 38º SRE de Ubá, nos Itinerários Avaliativos	109
Gráfico 9 – Êxito do Plano de Ação elaborado pelas escolas vinculadas às 38º SRE de Ubá, no auxílio da resolução dos problemas educacionais identificados.	110
Gráfico 10 – Em que medida os Itinerários Avaliativos foram capazes de fazer a equipe da escola, vinculada à 38º SRE de Ubá, debater sobre os resultados das avaliações em larga escala e sua utilização no planejamento pedagógico dos professores	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Composição dos polos regionais e suas respectivas Superintendências Regionais de Ensino	27
Quadro 2 - Competências da Secretaria de Estado da Educação de MG definidas pelo Decreto 45849/2011	28
Quadro 3 - Competências das Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais definidas pelo Decreto 45849/2011	33
Quadro 4 – Distribuição das matrículas na 38º SRE de Ubá em relação às redes de ensino	36
Quadro 5 - Estruturação dos Itinerários Avaliativos na plataforma <i>moodle</i> - Etapa 1	48
Quadro 6 - Estruturação dos Itinerários Avaliativos na plataforma <i>moodle</i> – Etapa 2 – Eixo 1.....	48
Quadro 6.1 - Estruturação dos Itinerários Avaliativos na plataforma <i>moodle</i> – Etapa 2 – Eixo 2	49
Quadro 6.2 - Estruturação dos Itinerários Avaliativos na plataforma <i>moodle</i> – Etapa 2 – Eixo 3	49
Quadro 6.3 - Estruturação dos Itinerários Avaliativos na plataforma <i>moodle</i> – Etapa 2 – Eixo 4	50
Quadro 7 - Estruturação dos Itinerários Avaliativos na plataforma <i>moodle</i> – Etapa 3	51
Quadro 8 - Estruturação dos Itinerários Avaliativos na plataforma <i>moodle</i> – Etapa 4	51
Quadro 9 - Cronograma estabelecido pela SEE-MG para implementação dos Itinerários Avaliativos pelas escolas	53
Quadro 10 - Cidades polo para sensibilização das ações contidas nos Itinerários Avaliativos nas escolas da 38º SRE de Ubá	57
Quadro 11 - Modelo de Relatório de Acompanhamento dos Itinerários Avaliativos encaminhados pela Superintendência de Avaliação Educacional da SEE-MG, 2017.....	60
Quadro 12 - Descrição das informações contidas nos Relatórios de Acompanhamento, encaminhados pela Superintendência de Avaliação Educacional da SEE-MG	61
Quadro 13 - Novo cronograma de implementação dos Itinerários Avaliativos ano 2017	62
Quadro 14 - Utilidade dos Itinerários Avaliativos apresentados pelas escolas vinculadas à 38º SRE de Ubá	87
Quadro 15 - Dificuldade de utilização dos Itinerários Avaliativos apresentado pelas escolas vinculadas à 38º SRE de Ubá	93

Quadro 16 - Motivos apresentados pelas escolas vinculadas à 38º SRE de Ubá, para realização das etapas dos Itinerários Avaliativos em atraso	98
Quadro 17 - Sugestões para aprimoramento dos Itinerários Avaliativos e diminuição das dificuldades encontradas para sua implementação nas escolas vinculadas às 38º SRE de Ubá	115
Quadro 18 - Síntese das sugestões apresentadas pelas escolas para melhoria do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas vinculadas à 38º SRE de Ubá	119
Quadro 19 - Principais dificuldades encontradas no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos e ações do PAE	120
Quadro 20 - Síntese das ações previstas no PAE.	125
Quadro 21 - PAE sobre a inserção dos Itinerários Avaliativos no PPP da escola ..	127
Quadro 22 - Proposta de curso de formação continuada para Técnicos e Analistas da Educação da 38º SRE de Ubá	129
Quadro 23 - PAE sobre a formação para Técnicos e Analistas da Educação da 38º SRE de Ubá	131
Quadro 24 - PAE sobre a formação para Diretores e Especialistas da Educação Básica da 38º SRE de Ubá	132
Quadro 25 - Proposta de curso de formação continuada para professores e demais servidores da escola	134
Quadro 26 - PAE sobre formação continuada para professores e demais servidores nas escolas da 38º SRE de Ubá	136
Quadro 27 - PAE sobre diagnóstico de inconsistência da plataforma dos Itinerários Avaliativos nas escolas da 38º SRE de Ubá	137
Quadro 28 - Proposta de Redução dos Itinerários Avaliativos	139
Quadro 29 - PAE sobre a redução do quantitativo de Itinerários Avaliativos nas escolas da 38º SRE de Ubá	140
Quadro 30 - PAE sobre a apresentação dos resultados da pesquisa à 38º SRE e Ubá e SEE-MG	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Acesso à plataforma dos Itinerários Avaliativos por Etapas e Eixos das escolas da 38º SRE de Ubá – ano 2017 – Relatório Resumido de 15/05/2017.....	65
Tabela 2 - Implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas da 38º SRE Ubá – ano 2017 – Relatório Resumido de 15/05/2017.....	67
Tabela 3 - Implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas da 38º SRE Ubá – ano 2017 – Relatório Resumido de 05/06/2017.....	68
Tabela 4 - Implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas da 38º SRE Ubá – ano 2017 – Relatório de envio de Formulários, do dia 13/12/2017	69

LISTA DE ABREVIATURAS

CAEd - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
DAFI – Diretoria Administrativa e Financeira
DIRE – Diretoria Educacional
DIPE – Diretoria de Pessoal
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FMI – Fundo Monetário Internacional
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PAAE - Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar
PAE – Plano de Ação Educacional
PPGP - Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação Da Educação Pública
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROALFA - Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB - Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
SEE-MG – Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais
SIMADE – Sistema Mineiro de Administração Escolar
SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública
SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SRE – Superintendência Regional de Ensino
TRI - Teoria de Resposta ao Item
UFJF- Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 OS ITINERÁRIOS AVALIATIVOS NAS ESCOLAS DA 38º SRE DE UBÁ	23
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS	25
2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA 38º SRE DE UBÁ	32
2.3 A PROPOSTA DOS ITINERÁRIOS AVALIATIVOS	39
2.4 A IMPLEMENTAÇÃO DOS ITINERÁRIOS AVALIATIVOS NA SRE DE UBÁ ...	56
3 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA	72
3.1 REFERENCIAL TEÓRICO ..	73
3.2 METODOLOGIA	80
3.3 ANÁLISE DOS DADOS	84
4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	123
4.1 INSERÇÃO DOS ITINERÁRIOS AVALIATIVOS NO PPP DA ESCOLA	126
4.2. FORMAÇÃO CONTINUADA	127
4.2.1 Formação continuada para os Técnicos e Analistas da educação da SRE, que fazem parte da equipe pedagógica	128
4.2.2 Formação continuada para o Diretor e Especialista da Educação Básica	132
4.2.3 Formação continuada para os demais servidores das escolas, principalmente os professores	133
4.3 REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DAS INCONSISTÊNCIAS DA PLATAFORMA DE ACESSO AOS ITINERÁRIOS AVALIATIVOS	137
4.4 REDUÇÃO DO QUANTITATIVO DE ITINERÁRIOS AVALIATIVOS	138
4.5 APRESENTAR O RESULTADO DA PESQUISA PARA A 38º SRE DE UBÁ E SEE-MG	141
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	145
APÊNDICE A	154

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, os sistemas de avaliação em larga escala se consolidaram na década de 1990 do século XX, principalmente a partir da implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e da criação em 2005 do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), considerado um importante indicador de aferição da qualidade da educação básica no país.

No contexto de consolidação das avaliações em larga escala no país, passou a ser dada maior visibilidade às informações dos resultados gerados pelos sistemas de avaliação. Dentre uma diversidade de usos dos resultados, é cada vez maior sua utilização para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem nas redes de ensino, ou seja, os resultados das avaliações em larga escala passaram a ser um importante instrumento de direcionamento das políticas educacionais, na medida em que fornecem informações da proficiência dos estudantes, notadamente em Língua Portuguesa e Matemática.

Nas últimas décadas, as avaliações em larga escala adquiriram grande importância e governos de todas as esferas passaram a utilizar mais seus resultados e investirem mais recursos nesse modelo de avaliação, com o objetivo de melhorar os investimentos e obter melhores resultados de rendimento escolar (SOLIGO, 2010).

Com a consolidação do SAEB, diversos estados também criaram seus sistemas de avaliação, sendo o estado de Minas Gerais um dos pioneiros do país, com a criação do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação (SIMAVE), no ano 2.000, que passou a fornecer informações sobre a proficiência dos estudantes em diversos segmentos da educação mineira (SOUSA e OLIVEIRA, 2010).

No caso de Minas Gerais, a estruturação do SIMAVE disponibilizou à rede estadual de educação uma série de dados sobre a proficiência dos estudantes e a possibilidade de seu uso pelas escolas com a finalidade de melhorar o processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, os indicadores educacionais de qualidade da educação.

Nesse sentido, o governo do Estado de Minas Gerais, com ação da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG), em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), ligado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), desenvolveram um conjunto de ações para serem

implementadas, no ano de 2017 na rede estadual de educação, denominado Itinerários Avaliativos.

Os Itinerários Avaliativos foram concebidos para que as escolas pudessem refletir sobre os dados das avaliações internas e externas, proporem e executarem um Plano de Ação e assim buscarem a melhoria dos processos pedagógicos. Os Itinerários Avaliativos possuem como fonte de dados as informações geradas pelos resultados das avaliações em larga escala do SAEB, do SIMAVE e das avaliações internas aplicadas pela escola (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

Sabemos que as avaliações em larga escala geram dados e indicadores que permitem às escolas e esferas superiores da educação, constituírem uma referência importante para subsidiar e apoiar a definição de planejamentos e práticas educacionais comprometidas com a melhoria da qualidade da educação. Para isso, é relevante saber que a avaliação tem como principal finalidade permitir um diagnóstico que aponte o caminho do planejamento (VERGANI, 2010).

Nesse sentido, os Itinerários Avaliativos se apresentam como uma ferramenta destinada ao acompanhamento e monitoramento do rendimento educacional em Minas Gerais e facilita a análise de dados de avaliações externas e internas das escolas da rede estadual de Minas Gerais.

Assim, a ferramenta dos Itinerários Avaliativos deve proporcionar a construção coletiva de uma avaliação interna e a partir da análise dos resultados das avaliações externas da escola, gerar um Plano de Ação que busque a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, os Itinerários podem ser concebidos como tecnologias de gestão e monitoramento e pretendem contribuir para a construção de uma gestão escolar mais participativa e democrática. Com eles, valorizam-se processos de tomadas de decisão com base em evidências empíricas, produzidas tanto a partir das avaliações externas quanto pelas próprias escolas (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

No estado de Minas Gerais, os Itinerários Avaliativos foram implementados em todas as escolas da rede estadual, mas em relação ao nosso objeto de pesquisa, ele teve um recorte, ou seja, foram analisadas somente as escolas estaduais vinculadas à área de abrangência da 38ª Superintendência Regional de Ensino de Ubá (SRE-Ubá), que perfazem um quantitativo de 70 escolas e

correspondem à base de atuação das ações de gestão pedagógica, administrativa e financeira por parte da 38ª SRE de Ubá, na qual ocupei o cargo de Superintendente Regional de Ensino, justamente durante o processo de implementação dos Itinerários Avaliativos.

Nesse processo de implementação, os Itinerários Avaliativos constituem um passo a passo, composto por 16 itinerários, com o objetivo de aprimorar o processo pedagógico e melhoria da qualidade da educação pública na rede estadual de ensino de Minas Gerais (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

Os Itinerários Avaliativos são estruturados a partir de uma sequência dividida em três momentos básicos: o primeiro, de elaboração de uma avaliação interna da escola e seu impacto na aprendizagem; o segundo, da definição de uma agenda mínima de ações a serem implementadas; e um terceiro, do monitoramento e avaliação de cada uma das ações que compõem o Plano de Ação da escola (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

Em nossa pesquisa, a questão norteadora foi: Quais as dificuldades que as escolas tiveram na implementação dos Itinerários Avaliativos na 38ª SRE de Ubá?

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é analisar as potencialidades e limites do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos no contexto da 38ª SRE de Ubá. Para isto, foram delineados como objetivos específicos: a) descrever o processo de implementação dos Itinerários; b) analisar as dificuldades dessa implementação; e c) propor ações no sentido do seu aperfeiçoamento.

No que concerne sobre a minha relação com o tema estudado, como estive na Direção da 38ª Superintendência Regional de Ensino de Ubá, o interesse pelo objeto da pesquisa foi em analisar como ocorreu o processo de implementação e desenvolvimento dos Itinerários Avaliativos nas escolas da área de abrangência e assim possibilitar a proposição de ações de melhoria nas próximas edições dos Itinerários Avaliativos na rede estadual de ensino de Minas Gerais.

Posto isto, na seção 2, fizemos uma contextualização da rede estadual de Minas Gerais e, especificamente da 38ª SRE de Ubá, em relação ao número de municípios que fazem parte da sua área de abrangência, do número de escolas envolvidas, do número de servidores, professores e estudantes, ou seja, uma síntese do perfil geral tanto da SEE-MG, quanto da 38ª SRE de Ubá.

Ainda nesta seção, descrevemos os Itinerários Avaliativos na sua concepção, objetivos, divisão das etapas, cronograma de trabalho proposto, do Plano de Ação, Sistema de Monitoramento e de como ocorreu o processo de implementação nas escolas vinculadas à área de abrangência da 38ª SRE de Ubá.

Já na seção 3, do referencial teórico e metodologia, iremos dialogar com autores que trabalham a temática das avaliações em larga escala, sua apropriação e uso pelas escolas como instrumento de planejamento pedagógico e melhoria do processo de aprendizagem dos estudantes.

Nossa proposta metodológica foi pesquisar e analisar os Relatórios de Acompanhamento, encaminhados pela Superintendência de Avaliação Educacional à 38ª SRE de Ubá e aplicação de questionário *on-line* e assim diagnosticamos as dificuldades encontradas pelas escolas no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos.

Na seção 4, apresentamos um Plano de Ação Educacional (PAE), com objetivo de buscar alternativas para melhorar o processo de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas da rede estadual de Minas Gerais, vinculadas às 38ª SRE de Ubá.

2 OS ITINERÁRIOS AVALIATIVOS NAS ESCOLAS DA 38ª SRE DE UBÁ

Nos últimos quinze anos, a política de avaliação educacional brasileira avançou consideravelmente. Neste período, inúmeras iniciativas deram forma a um robusto e eficiente sistema de avaliação em vários níveis e modalidades de ensino, que consolidaram uma efetiva política de avaliação educacional (CASTRO, 2009).

De acordo com Machado (2012), as discussões sobre avaliação apresentam-se como um tema corrente entre os pesquisadores e os profissionais da educação, mas eram centradas nas avaliações realizadas no interior da escola. No entanto, a partir da década de 1990, impulsionadas pela criação do SAEB, do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e pela criação dos sistemas de avaliação em alguns estados, ganham relevância as discussões sobre as avaliações em larga escala, que são aquelas pensadas fora do ambiente escolar.

Machado (2012, p. 79) argumenta que o principal objetivo da criação dos sistemas de avaliação em larga escala é o de fornecer informações sobre o desempenho e resultados dos sistemas educativos para os gestores educacionais, famílias e sociedade. A autora destaca que as avaliações em larga escala disponibilizam dados que, se bem apropriados pela escola, fornecem informações que “podem revigorar os contornos da escola pública que realiza a sua função social na sociedade democrática, de garantir o ensino-aprendizagem para todos os seus alunos”, pois é necessário compreender as informações produzidas pelas avaliações em larga escala e garantir uma escola pública democrática e que possa garantir também a aprendizagem de todos os estudantes.

Silva (2013, p.14) ao pesquisar sobre os usos de avaliações em larga escala no âmbito escolar, destaca que é “notório o esforço de gestores educacionais para que as avaliações externas possam, cada vez mais, ser apropriadas e utilizadas como um instrumento pedagógico útil e pertinente ao trabalho de escolas e professores”.

Silva (2013) questiona ainda o fato de não haver, por parte da gestão das secretarias de educação, uma maior clareza quanto às formas de utilizar os resultados das avaliações em larga escala pelas escolas, apesar dos sistemas de ensino destacarem que um dos objetivos da política de avaliação em larga escala é possibilitar seu uso pelas escolas e seus gestores.

Castro (2009, p. 276), ao fazer um histórico sobre como avançaram os sistemas de avaliação no Brasil, argumenta que somente agora as redes de ensino usam os dados das avaliações em larga escala de forma eficiente, ou seja, “para melhorar a escola, a sala de aula, a formação de professores”, a autora afirma ser este é um dos grandes desafios das políticas educacionais. Portanto, as políticas de avaliação em larga escala e o uso dos seus resultados para buscar a melhoria da qualidade da educação, estão entre os objetivos a serem atingidos pela política educacional nos sistemas de ensino.

Nesse sentido, a SEE-MG em parceria com o CAEd-UFJF, buscou desenvolver uma ferramenta de gestão, denominada Itinerários Avaliativos, com ações para que as escolas pudessem fazer uso dos resultados das avaliações em larga escala de forma mais eficiente e assim melhorar a aprendizagem dos estudantes.

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2016), o objetivo dos Itinerários Avaliativos é estar atento ao movimento de reforma democrática da gestão escolar e na defesa de uma reflexão sobre o uso dos resultados das avaliações em larga escala e das avaliações internas nas escolas.

O conjunto de ações dos Itinerários Avaliativos disponibiliza procedimentos, na forma de passo a passo, para identificar os fatores que interferem na aprendizagem dos estudantes e apostam no trabalho coletivo e ativo dos profissionais que compõem a escola (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

Com isso, nesta seção, contextualizamos o objeto da pesquisa. Já na seção 2.1 descrevemos as características gerais da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG), como sua estrutura, objetivos educacionais, o quantitativo de superintendências e escolas que compõem a estrutura organizacional da SEE-MG.

Em seguida, na seção 2.2 apresentamos as características da 38ª SRE de Ubá, também com relação à sua estrutura organizacional, número de servidores, área de abrangência e quantitativo de escolas que compõem sua área de abrangência.

Já na seção 2.3 descrevemos os Itinerários Avaliativos em cada uma de suas etapas, com a apresentação dos 16 Itinerários, suas características principais, objetivos e formas de implementação pelas equipes gestoras das escolas.

Finalmente, na seção 2.4 abordamos como foi o processo de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas da área de abrangência da 38ª SRE de Ubá, realizada a partir da análise dos Relatórios de Acompanhamento, encaminhados pela Superintendência de Avaliação Educacional, vinculada à estrutura organizacional da SEE-MG.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

Minas Gerais é o estado brasileiro com maior número de municípios, são 853, que totalizam 20,9 milhões de habitantes e ao longo das duas últimas décadas, assim como no restante do país, tem apresentado uma redução nas taxas de crescimento populacional (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2018).

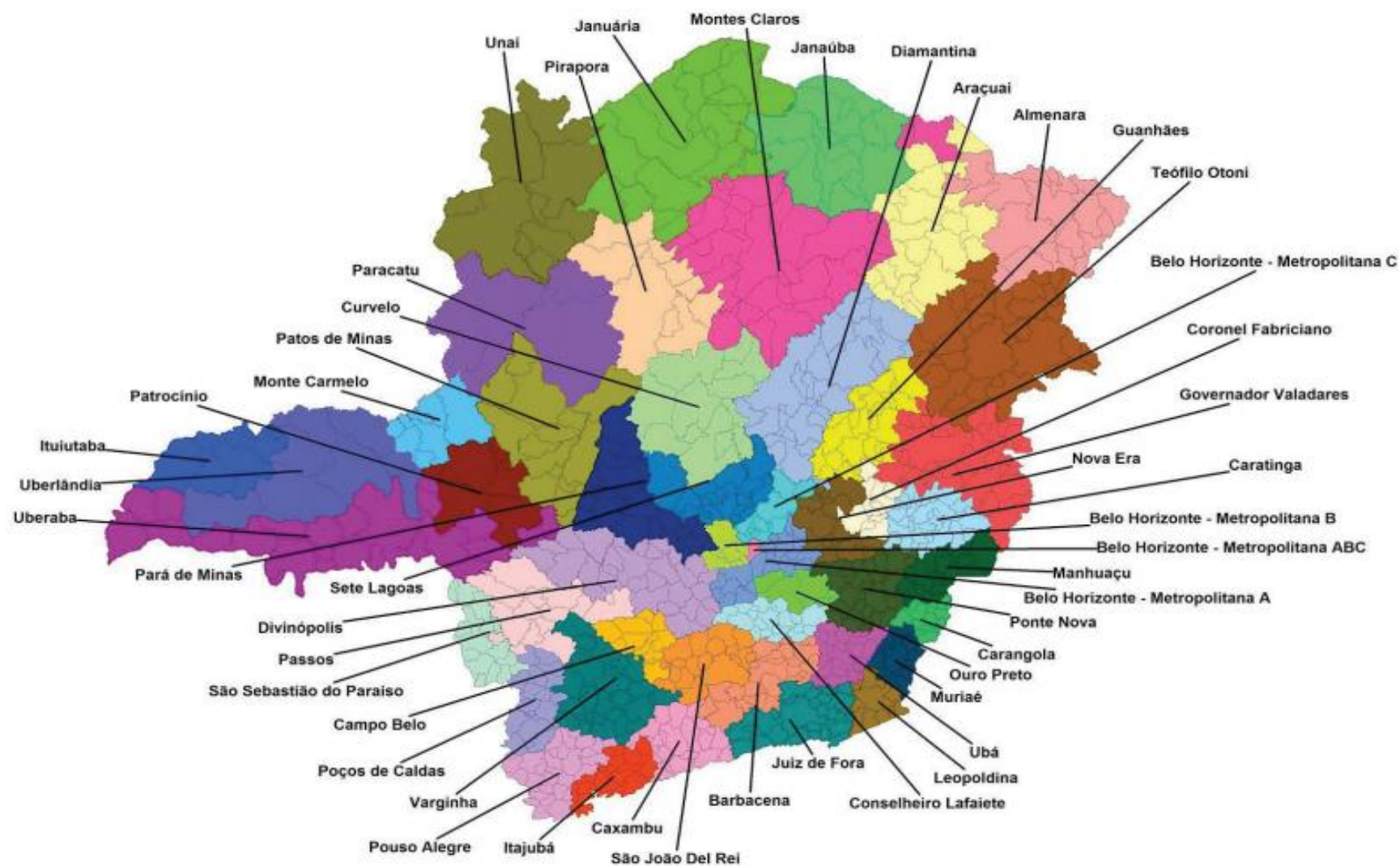
Essa redução das taxas de crescimento populacional, notadamente nos índices de natalidade, têm se refletido nos números de estudantes nas redes de ensino geral do estado e demonstram, por exemplo, uma redução do número de matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2018).

Em relação ao quantitativo de alunos, as redes de ensino de Minas Gerais perfazem um total de 4.624.409 de estudantes matriculados, sendo 86% na rede pública de ensino, com dados de 2017 (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2018).

Em termos educacionais, nosso estado conta com 16.151 escolas, das quais 3.622 são estaduais, 8.751 municipais e 3.778 privadas, distribuídas em 47 Superintendências Regionais de Ensino (SRE), representadas no mapa da Figura 1.

As SRE's estão organizadas em 6 polos regionais no estado, definidos a partir da posição geográfica de cada uma das SRE's e estão listadas no Quadro 1 (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2018).

Figura 1 – Representação das 47 Superintendências Regionais de Ensino no estado de Minas Gerais



Fonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2016).

Quadro 1 – Composição dos polos regionais e suas respectivas Superintendências Regionais de Ensino

POLO CENTRO	POLO REGIONAL SUL	POLO REGIONAL MATA	POLO REGIONAL TRIÂNGULO	POLO REGIONAL NORTE	POLO REGIONAL VALE DO AÇO
SRE Metropolitana A	SRE Campo Belo	SRE Barbacena	SRE Ituiutaba	SRE Curvelo	SRE Almenara
SRE Metropolitana B	SRE Caxambu	SRE Leopoldina	SRE Uberaba	SRE Diamantina	SRE Araçuaí
SRE Metropolitana C	SRE Itajubá	SRE Juiz de Fora	SRE Monte Carmelo	SRE Janaúba	SRE Caratinga
SRE Divinópolis	SRE Passos	SRE Muriaé	SRE Paracatu	SRE Pirapora	SRE Coronel Fabriciano
SRE Pará de Minas	SRE Varginha	SRE Ubá	SRE Unaí	SRE Januária	SRE Governador Valadares
SRE Conselheiro Lafaiete	SRE Pouso Alegre	SRE Carangola	SRE Patrocínio	SRE Montes Claros	SRE Teófilo Otoni
SRE Ouro Preto	SRE São Sebastião do Paraíso	SRE Ponte Nova	SRE Patos de Minas	-	SRE Manhuaçu
SRE Sete Lagoas	SRE Poços de Caldas	SRE São João Del Rey	SRE Uberlândia	-	SRE Nova Era
-	-	-	-	-	SRE Guanhães

Fonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2017).

A SEE-MG tem sua organização regida pelo Decreto nº 45.849 de 27 de dezembro de 2011 e possui finalidade de planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado, relativas à garantia e promoção da educação com a participação da sociedade e define as competências da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais em relação às políticas educacionais. Essas competências são apresentadas no Quadro 2 (MINAS GERAIS, 2011).

Quadro 2 – Competências da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais definidas pelo Decreto 45849/2011

ITEM	COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MG
I	Formular e coordenar a política estadual de educação e supervisionar sua execução nas instituições que compõem sua área de competência.
II	Formular planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais de Governo, em articulação com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG.
III	Estabelecer mecanismos que garantam a qualidade do ensino público estadual.
IV	Promover e acompanhar as ações de planejamento e desenvolvimento dos currículos e programas e a pesquisa referente ao desenvolvimento escolar, viabilizando a organização e o funcionamento da escola.
V	Realizar a avaliação da educação e dos recursos humanos no setor, gerando indicadores educacionais e mantendo sistemas de informações.
VI	Desenvolver parcerias, no âmbito da sua competência, com a União, Estados, Municípios e organizações nacionais e internacionais, na forma da lei.
VII	Fortalecer a cooperação com os municípios, com vistas ao desenvolvimento da educação básica no Estado.
VIII	Coordenar a gestão e a adequação da rede de ensino estadual, o planejamento e a caracterização das obras a serem executadas em prédios escolares, o aparelhamento e o suprimento das escolas e as ações de apoio ao aluno.
IX	Exercer a supervisão das atividades dos órgãos e entidades de sua área de competência.
X	Definir, coordenar e executar as ações da política de capacitação dos educadores e diretores da rede pública de ensino estadual, observadas as diretrizes estabelecidas pela SEPLAG.
XI	Coordenar, em articulação com a SEPLAG, a gestão das carreiras da educação.
XII	Divulgar as ações da política educacional do Estado e seus resultados, em articulação com a Subsecretaria de Comunicação da Secretaria de Estado de Governo – SEGOV.
XIII	Exercer atividades correlatas.

Fonte: Minas Gerais (2011, p. 1).

Ademais, dentre as diversas funções da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG), está a atribuição em formular e coordenar a política estadual de educação e supervisionar sua execução nas instituições que compõem sua área de competência, com a garantia de qualidade do ensino público estadual, além de realizar a avaliação da educação e dos recursos humanos, gerando indicadores educacionais e mantendo sistemas de informações (MINAS GERAIS, 2011).

Ao longo das últimas décadas, a questão da avaliação educacional e a geração de indicadores educacionais ganharam destaque em todas as redes de ensino, que procuraram desenvolver mecanismos de verificação da aprendizagem de seus estudantes, sendo o estado de Minas Gerais um dos pioneiros, ao implementar o SIMAVE (VIEIRA, 2017).

O SIMAVE é um sistema que visa a diagnosticar o desempenho dos alunos em diferentes áreas do conhecimento e níveis de escolaridade, bem como subsidiar a implementação, a (re) formulação e o monitoramento de políticas educacionais, contribuindo ativamente para a melhoria da qualidade da educação no Estado. Foi instituído pela Secretaria de Estado da Educação–SEE/MG, no ano de 2000, com o objetivo de avaliar, de modo permanente e contínuo, o sistema de ensino mineiro. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2009, p. 12)

O SIMAVE busca ter medidas para avaliar o sistema educacional da rede pública, a sala de aula, a escola, a ação docente, a gestão escolar e as políticas públicas para a educação e do nível de aprendizagem dos estudantes na alfabetização e nos conteúdos básicos do ensino fundamental e médio (FILGUEIRAS, 2009).

De acordo com Filgueiras (2009, p. 4) os objetivos do SIMAVE são voltados ao:

[...] desenvolvimento de programas de avaliação integrados visando fornecer informações importantes para o planejamento de ações em todos os níveis do sistema de ensino, para que, através da mensuração dos resultados, esses possam apontar as prioridades educacionais tanto para professores, especialistas e diretores quanto para os gestores do sistema, sendo fundamental na definição de ações para uma educação eficaz.

Nesse contexto, as avaliações em larga estão cada vez mais presentes nas escolas, com objetivo de fazerem o diagnóstico da realidade educacional e da qualidade da educação, por meio da aplicação de testes padronizados, muitas vezes realizados de forma censitária. Nas escolas, o desafio é saber utilizar os dados das avaliações em larga escala para modificar a prática pedagógica dos professores e assim obter uma melhor aprendizagem dos seus estudantes (BONAMINO e SOUZA, 2012).

Assim ao verificar o desempenho do sistema educacional, o SIMAVE tem o objetivo é mostrar a realidade da rede pública estadual, identificar problemas a serem resolvidos e demandas a serem supridas. Com isso, é importante que os gestores e os professores sejam capazes de entender o que dizem o resultados das avaliações em larga escala.

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2014), a avaliação só se completa quando a análise é acompanhada de ações e práticas

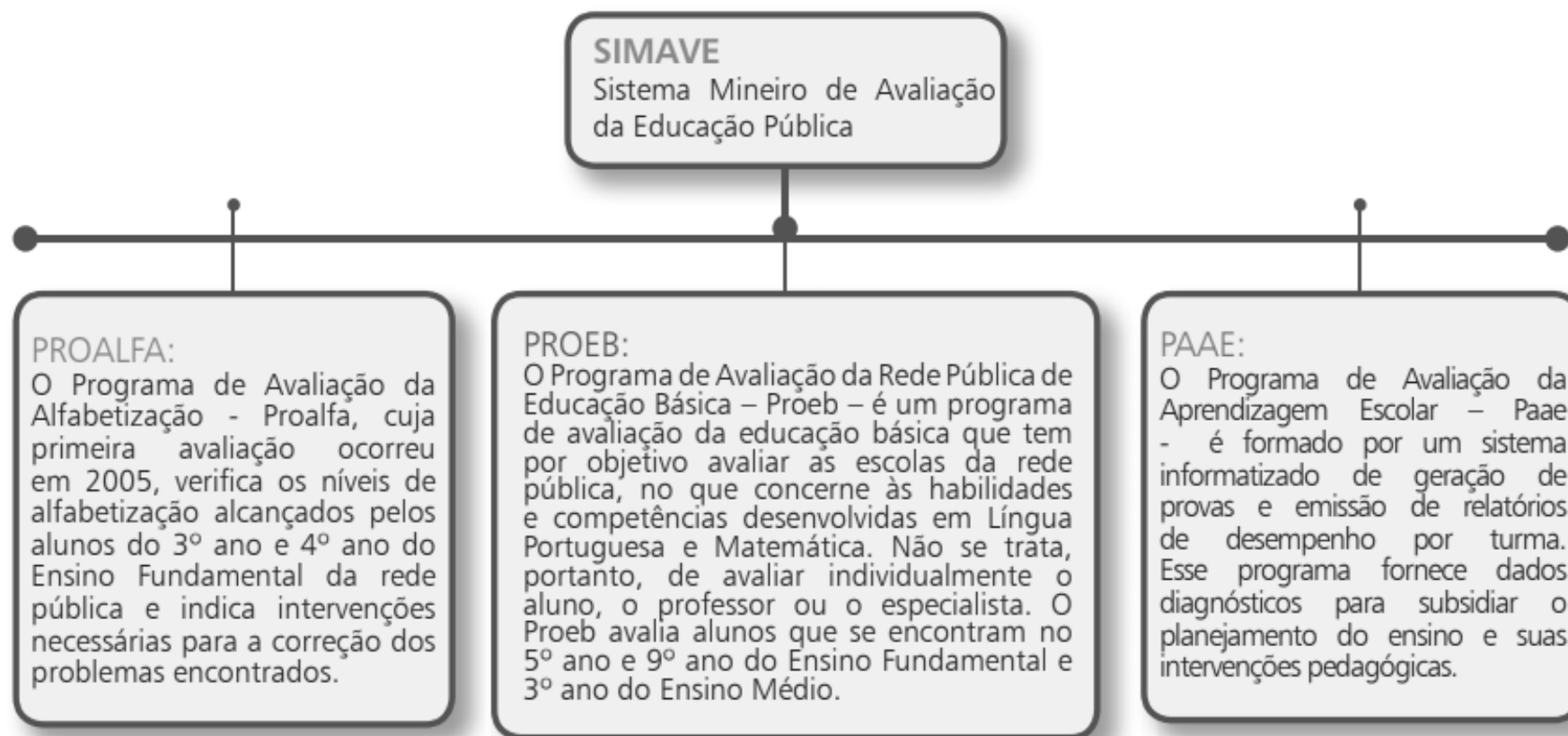
pedagógicas que alteram a realidade educacional em nossas escolas e busque a melhoria da qualidade da educação.

Portanto, para promover modificações, é necessário repensar o planejamento pedagógico e gerencial da escola com base nos diagnósticos produzidos. Isso significa utilizar os resultados da avaliação para redefinir práticas pedagógicas no contexto escolar (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2014).

Na atualidade, o SIMAVE é composto de três programas de avaliação, sendo: o Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA), que apura os níveis de alfabetização, o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), que avalia as competências e habilidades em Português e Matemática dos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE), que fornecem dados e diagnósticos para subsidiar o planejamento do ensino e suas intervenções pedagógicas (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS 2009).

Na Figura 2, apresentamos o detalhamento desses diferentes programas de avaliação do SIMAVE.

Figura 2 – Programas de Avaliação que integram o SIMAVE



Fonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2009).

Os resultados do SIMAVE oferecem, por meio de seus programas de avaliação e seus resultados, um diagnóstico da situação dos estudantes em relação ao nível individual de proficiência e assim “proporciona aos gestores da educação importantes informações para a elaboração de políticas públicas e, às escolas, um diagnóstico das habilidades desenvolvidas pelos alunos” (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2009, p. 15).

Nesse sentido, os resultados dos programas do SIMAVE podem auxiliar as redes de ensino no planejamento de ações de intervenção pedagógica, de acordo com a necessidade de aprendizagem dos estudantes, a partir do nível de proficiência diagnosticado pelos dados das avaliações em larga escala do SIMAVE (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2009).

O SIMAVE busca, assim, oferecer aos usuários das diversas instâncias do sistema educacional, central, regional, municipal e escolar, um diagnóstico mais preciso do desempenho escolar. A compreensão dos objetivos do SIMAVE/PROEB, bem como das Matrizes nas quais se baseiam os testes aplicados aos alunos, é de suma importância para o entendimento geral da avaliação realizada pelo programa. (MINAS GERAIS, 2009, p. 43)

Desse modo, dentre as diversas competências atribuídas à SEE-MG, apresentadas no Quadro 2, o item V, de realizar a avaliação da educação, gerar indicadores educacionais e manter sistemas de informações vai ao encontro dos objetivos de criação do SIMAVE, que é avaliar de forma sistemática o ensino público mineiro e fornecer dados para subsidiar a implementação de políticas públicas (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2009).

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA 38ª SRE DE UBÁ

Com relação às Superintendências Regionais de Ensino (SRE), o Decreto nº 45.849 de 27 de dezembro de 2011, define que as mesmas têm por finalidade exercer, em nível regional, as ações de supervisão técnica, orientação normativa, cooperação, articulação e integração entre estado e município, em consonância com as diretrizes e políticas educacionais do estado (MINAS GERAIS, 2011).

O Decreto 45.849/2011 define as competências das Superintendências Regionais de Ensino, apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Competências das Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais definidas pelo Decreto 45849/2011

ITEM	COMPETÊNCIAS DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE ENSINO DE MINAS GERAIS
I	promover a coordenação e implantação da política educacional do Estado no âmbito de sua jurisdição;
II	orientar as comunidades escolares e prefeituras municipais na elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos educacionais;
III	promover o desenvolvimento de recursos humanos em consonância com as diretrizes e políticas educacionais do Estado;
IV	coordenar os processos de organização do atendimento escolar e de apoio ao aluno;
V	propor a celebração e acompanhar a execução de convênios e contratos e termos de compromisso;
VI	aplicar as normas de administração de pessoal, garantindo o seu cumprimento na respectiva jurisdição;
VII	planejar e coordenar as ações administrativas e financeiras necessárias ao desempenho das suas atividades;
VIII	coordenar o funcionamento da Inspeção Escolar no âmbito da sua jurisdição;
IX	coordenar e promover a produção de dados e informações educacionais na sua jurisdição;
X	exercer outras atividades correlatas.

Fonte: Minas Gerais (2011).

De forma análoga à SEE-MG, as atribuições das competências das SRE's estão alinhadas com as do Órgão Central e dentre as diversas previstas na legislação, destacamos as que fazem referência à promoção da coordenação da política educacional do estado, o acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos educacionais e a coordenação e produção de dados e informações educacionais. Salientamos que estas competências estão relacionadas à área de abrangência de cada SRE.

. O destaque que realizamos destas competências, tanto do Órgão Central quanto das SRE's se justificam devido ao fato de estarem ligadas diretamente à motivação de nossa pesquisa, que é a analisar a implementação dos Itinerários Avaliativos na rede estadual de Minas Gerais, especificamente nas escolas vinculadas à 38ª SRE de Ubá.

Ainda de acordo com o Decreto 45849/2011, as Superintendências Regionais de Ensino podem ser classificadas como porte I ou II. No caso da 38ª SRE de Ubá, ela é classificada como porte II e possui como estrutura orgânica, uma Diretoria Administrativa e Financeira (DAFI), uma Diretoria Educacional (DIRE) e uma Diretoria de Pessoal (DIPE), conforme Figura 3 (MINAS GERAIS, 2011).

A 38º SRE de Ubá se localiza na Região da Zona da Mata, foi criada pela Lei nº 7.292, de 4 de julho de 1978 e possui um total de 69.265 estudantes, matriculados nas redes federal, estadual, municipal e particular de ensino, conforme Quadro 4 (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2018).

Quadro 4 – Distribuição das matrículas na 38º SRE de Ubá em relação às redes de ensino

REDE DE ENSINO	NÚMERO DE MATRÍCULAS
Federal	731
Estadual	36.148
Municipal	24.720
Particular	7.666
TOTAL	69.265

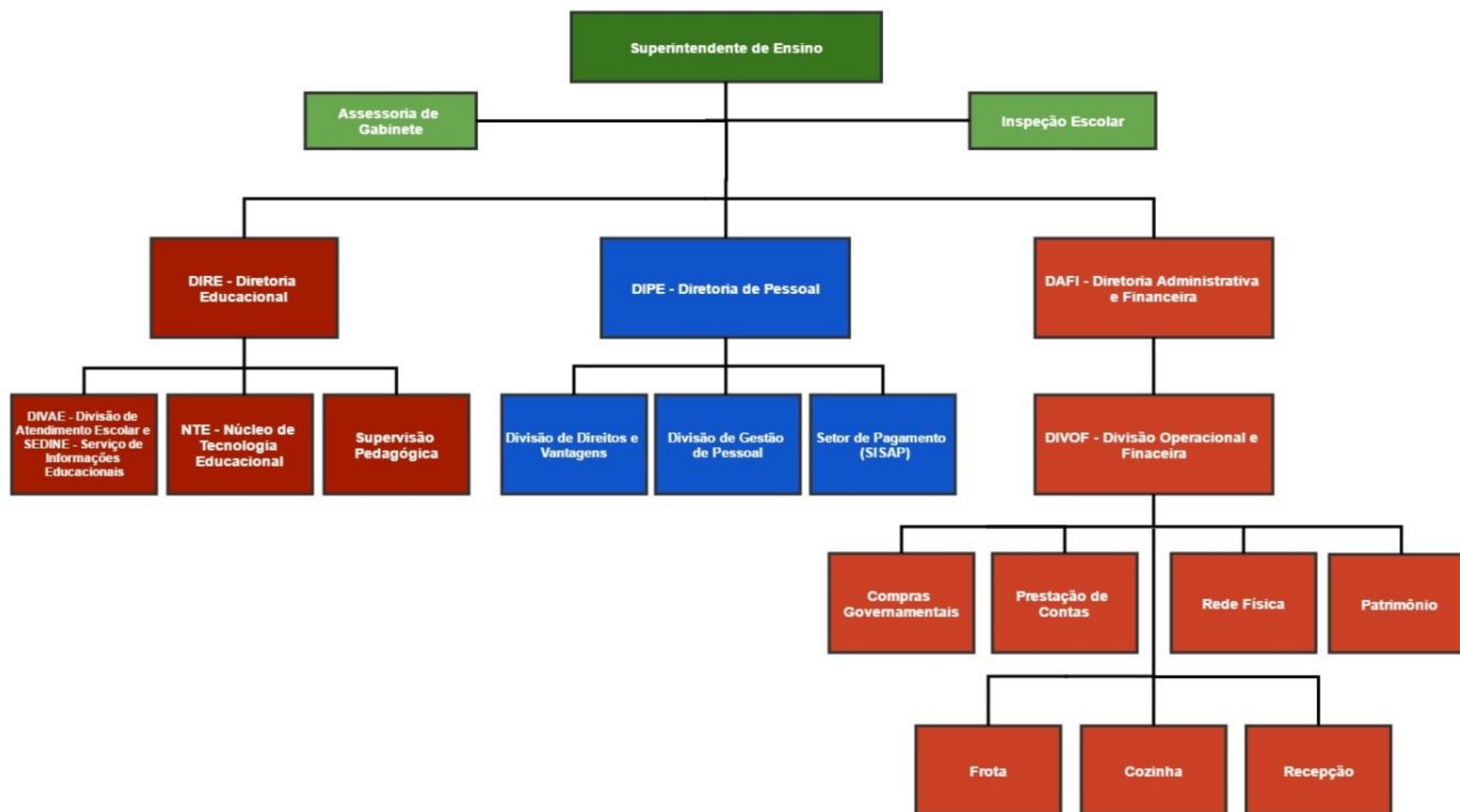
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2018).

Com relação ao quantitativo de escolas da rede estadual de ensino, vinculadas à 38º SRE de Ubá, possui um total de 71 (setenta e uma) escolas e 01 (um) conservatório estadual de música (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2018).

Na Figura 4 apresentamos a localização da 38º SRE de Ubá em relação ao estado de Minas Gerais e da Zona da Mata do estado. A Figura 4 possui o recurso geográfico do encarte, que permite uma ampliação da informação de localização da 38º SRE de Ubá, com os 22 municípios¹ que compõem a área abrangência da 38º SRE de Ubá.

¹ Os 22 municípios que fazem parte da área de abrangência da 38º SRE de Ubá são os seguintes: Astolfo Dutra, Brás Pires, Coimbra, Divinésia, Dona Eusébia, Dolores do Turvo, Ervália, Guarani, Guidoal, Guiricema, Paula Cândido, Piraúba, Presidente Bernardes, Rio Pomba, Rodeiro, São Geraldo, Senador Firmino, Silverânia, Tabuleiro, Tocantins, Ubá, e Visconde do Rio Branco. (Superintendência Regional de Ensino de Ubá, 2017).

Figura 3 - Apresentação da estrutura da 38ª SRE de Ubá com suas diretorias e seus respectivos setores



Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Ubá (2017).

Já em relação ao quantitativo de servidores, na 38º SRE de Ubá, até o final de 2018, trabalhavam 96 servidores, distribuídos entre as três diretorias.

A Superintendência Regional de Ensino de Ubá é uma instituição pública que tem horizontes bem definidos: promove a implantação da Política Educacional do Estado em 22 municípios jurisdicionados, zela pelo cumprimento da legislação vigente, estimula o desenvolvimento pedagógico nas instituições, inspeciona a organização e o funcionamento das escolas públicas e privadas, reestrutura a rede física, implementa novas tecnologias, incentiva as olimpíadas, desenvolve programas e projetos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, na perspectiva do sucesso do aluno. Com apoio da Diretoria de Administração e Finanças – DAFI, Diretoria Educacional – DIRE, Diretoria de Pessoal – DIPE e Assessoria de Gabinete, esse órgão educacional trabalha a fim de formar uma juventude cidadã e ética para a construção de uma pátria soberana. (NOÉ, 2014, p. 58)

Os projetos e ações desenvolvidos pela SEE-MG têm como interlocução as Superintendências Regionais de Ensino. No campo pedagógico, o setor responsável na 38º SRE de Ubá para fazer a interlocução e acompanhamento dos projetos e ações desenvolvidas no campo pedagógico é a Diretoria Educacional (DIRE), composta por 10 servidores, entre Técnicos e Analistas da Educação do setor de Supervisão Pedagógica (NOÉ, 2014). Este acompanhamento é feito com a realização de reuniões periódicas, que são realizadas com a equipe gestora das escolas, notadamente com o Diretor e/ou com o Especialista da Educação Básica.

Os projetos desenvolvidos pela SEE-MG possuem um ou mais servidores da 38º SRE de Ubá, que ficam com a responsabilidade direta pelo apoio às escolas. Por exemplo, podemos citar as ações de Educação Integral, voltadas para a ampliação da jornada escolar, que são desenvolvidas na rede estadual de ensino, ou ainda, as ações da educação especial, na perspectiva da educação inclusiva.

Em ambas as ações citadas, há um ou mais Técnicos ou Analistas Educacionais que são a referência dentro da 38º SRE de Ubá sobre o assunto e quando as escolas possuem dúvidas, são estes servidores que dão suporte.

No caso do apoio e acompanhamento do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos na rede estadual de ensino, a equipe de servidores da 38º SRE de Ubá tinha a responsabilidade de fazer a interlocução entre as ações propostas pelos Itinerários Avaliativos, a SEE-MG e as escolas.

2.3 A PROPOSTA DOS ITINERÁRIOS AVALIATIVOS

No Brasil, principalmente a partir da década de 1990, as diversas instâncias governamentais (federal, estadual e municipal) iniciaram a construção de Sistemas de Avaliação em larga escala, com a finalidade de medir a qualidade da educação no país.

Conforme destacamos na seção 2.1 um dos estados pioneiro nessa iniciativa foi o de Minas Gerais, que no ano 2.000 criou o SIMAVE e, conforme destacamos, tem objetivo de avaliar a rede pública de ensino do estado de Minas Gerais e, a partir dos resultados, pensar a construção de políticas públicas educacionais, como a melhoria do planejamento pedagógico nas escolas.

Em 2000, para subsidiar ações e políticas públicas de melhoria na qualidade da educação em Minas Gerais, foi criado o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE. Ampliado em 2003, o SIMAVE se constituiu num dos principais aparatos de regulação das ações da política educacional em Minas Gerais, abrangendo três programas de avaliação integrados que perpassam toda a Educação Básica. (NOÉ, 2014, p. 28)

Em relação aos programas que integram o SIMAVE, citados por NOÉ (2014), há o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), o PROALFA e o PAAE.

O PROEB faz parte do SIMAVE desde o início do ano 2000 e avalia os estudantes do 5º e do 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, das escolas municipais e estaduais de Minas Gerais, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (NOÉ, 2014).

Além do PROEB, compõe o SIMAVE o Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA), criado em 2006. O PROALFA avalia os alunos do 3º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa de forma censitária e possui como objetivo a promoção de um diagnóstico do processo de alfabetização e letramento dos estudantes da rede pública de Minas Gerais e assim possibilitar as intervenções necessárias no processo de ensino-aprendizagem de alfabetização dos estudantes (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2014).

Também integra o SIMAVE, o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE), criado no ano de 2005. O PAAE é um sistema informatizado que permite às escolas o acesso a um banco de itens, que contém questões de múltipla

escolha de todas as disciplinas do ensino fundamental e médio e possibilita a geração de provas e emissão de relatórios e gráficos de resultados. Esse sistema é disponibilizado para uso dos professores (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2014).

As avaliações fornecem importantes indicadores de qualidade da educação brasileira, servindo de subsídio para a elaboração e redefinição das políticas educacionais. Entretanto, apenas os resultados das avaliações não são suficientes, se não houver um direcionamento, um objetivo claro com relação aonde se quer chegar. (SIMAVE, 2014, p. 11)

Assim, o histórico do SIMAVE é de um constante aprimoramento e consolidação. Desse modo, em 2015, a SEE/MG apresentou um “novo SIMAVE” com a ampliação do PROEB, que passou a avaliar os estudantes do 7º ano do ensino fundamental e do 1º ano do ensino médio, além de mudanças no desenho do teste, aplicação das provas em um único dia e mudança nos critérios de divulgação dos resultados (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2015).

Outra mudança ocorrida em 2015 foram as alterações no PROALFA, com o crescimento do número de modelos de cadernos de provas, a autonomia do respondente, os itens não seriam mais lidos pelo professor. Além disso, os resultados de estudantes que apresentam algum tipo de deficiência e das escolas indígenas foram incorporados às médias gerais de proficiência (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2015).

Com o SIMAVE já são quase duas décadas de conhecimento e avanços na construção de indicadores e instrumentos de medição da qualidade do ensino. Atualmente, o desafio é desenvolver ferramentas para que as escolas e seus profissionais possam se apropriar dos resultados das avaliações em larga escala, compreender melhor os resultados e planejar melhor as ações pedagógicas. Portanto, na reestruturação do seu sistema de avaliação, o estado de Minas Gerais procurou consolidar sua política de avaliação educacional, com o objetivo de reduzir as desigualdades educacionais, ampliar o diálogo entre a avaliação interna e externa e transformar o sistema de avaliação em um importante instrumento de planejamento pedagógico e de tomada de decisões (MINAS GERAIS, 2015).

A divulgação e apropriação dos resultados do SIMAVE possibilitam a tomada de decisões educacionais, contribuindo para a adoção de práticas pedagógicas mais eficazes. Entende-se que a conscientização sobre a importância e a devida compreensão acerca da função diagnóstica da avaliação externa leva o comprometimento para com a melhoria dos resultados, motivando a equipe pedagógica para a criação de estratégias a fim de que os resultados espelhem a melhoria da qualidade do ensino. (FERREIRA, 2012, p. 43)

Para transformar o sistema de avaliação em importante instrumento de planejamento pedagógico, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, em parceria com o CAEd/UFJF iniciou, no ano de 2015, as discussões para elaboração de uma proposta de implementação de uma ferramenta de gestão, que possibilitasse às escolas se apropriarem, de uma forma mais qualitativa, do resultado das avaliações externas e que também articulasse com os resultados da avaliação interna (FREITAS, 2017).

Eram os primeiros passos para disponibilizar a ferramenta de gestão dos Itinerários Avaliativos para a rede estadual de ensino, conforme destacado por Freitas (2017).

A intenção da SEE com a tecnologia, conforme relatou a superintendente de avaliação educacional Geniana Faria, era a de ampliar nas escolas, qualitativamente, a apropriação dos resultados das avaliações externas (estadual e nacional) de modo a possibilitar uma auto avaliação. Para isso, as escolas deveriam considerar o desempenho dos estudantes e os fatores que afetam a aprendizagem escolar, de modo a subsidiar planos de ação educacionais. (FREITAS, 2017, p. 39)

Inicialmente, a pauta de reunião entre a SEE-MG e o CAEd, foi definir o nome que esta ferramenta de gestão e análise dos resultados educacionais teria. De acordo com Freitas (2017), durante o período de desenvolvimento da parceria entre o CAEd e a SEE-MG para disponibilizar a ferramenta, a nomenclatura foi alterada algumas vezes.

Inicialmente teve o nome de “Protocolos de Gestão e Monitoramento Escolar”, mas após os testes em algumas escolas, realizados na cidade de Juiz de Fora - MG, o nome passou para “Protocolos de Construção Coletiva” e, finalmente, após uma segunda versão apresentada à SEE-MG, passou a ser chamado de “Itinerários Avaliativos” (FREITAS, 2017).

Freitas (2017, p. 48) ao entrevistar a Superintendente da SEE-MG, Geniana Faria, obteve a seguinte afirmação:

[...] ela (escola) iria ter todo um caminhar, caminhar por cada uma dessas discussões, cada uma dessas etapas e aí por isso a gente (SEE) prefere a nomenclatura de Itinerários Avaliativos porque é um movimento de avaliação, movimento de auto avaliação, autorreflexão. É na perspectiva de avaliação institucional, num caráter coletivo; então por isso os Itinerários Avaliativos.

Definida a nomenclatura para Itinerários Avaliativos, a ferramenta de gestão foi desenvolvida para ser implementada em todas as escolas da rede estadual de Minas Gerais e deveria ser realizada de forma coletiva, em parceria com a comunidade escolar (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

De acordo com a superintendente de avaliação educacional da SEE, Geniana Faria, o principal aspecto do processo de negociação foi a escolha da secretaria de que o produto, possibilitador de uma mudança de cultura dentro da escola, não fosse encarado como uma medida imposta, simplesmente, mas que os agentes educacionais pudessem encontrar nela os meios de autorreflexão e de planejamento para o desenvolvimento de políticas públicas, partindo da própria escola. (FREITAS, 2017, p. 12)

Freitas (2017) ao descrever o conjunto de protocolos que passou a serem denominados Itinerários Avaliativos, destaca que os mesmos contêm um passo a passo que deveria ser seguido pelas escolas, centrados na análise dos indicadores educacionais e dados dos resultados das avaliações externas e internas e servirem para nortear ações de melhoria da qualidade do ensino ofertado.

Ao disponibilizar ferramentas para analisar os dados dos resultados de avaliações externas e internas, os Itinerários Avaliativos têm o propósito de tornar a escola mais reflexiva e assim possibilitar a identificação dos principais fatores que interferem na qualidade do ensino ofertado e na aprendizagem dos estudantes (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

Nesse contexto, a parceria com o CAEd/UFJF é uma iniciativa para a avaliação da educação ofertada e, conseqüentemente, o diagnóstico que pode servir de subsídio para a formulação dessas políticas públicas. Além da aplicação dos testes e dos produtos tradicionais oferecidos pelo CAEd, tais como portal da avaliação, revistas, planilhas e relatórios, surgiram, em 2015, a demanda por protocolos

que contivessem passos, etapas, procedimentos para que os profissionais da educação tivessem um direcionamento para analisar os dados da avaliação externa em larga escala, discutir coletivamente e traçar ações, possíveis de avaliação e monitoramento, sobre a qualidade do ensino ofertado. (FREITAS, 2017, p. 21)

De acordo com a SEE-MG (2016), o uso de dados das avaliações em larga escala e a realização do conjunto de ações contidas nos Itinerários Avaliativos, pressupõe um papel mais ativo de todos os profissionais da gestão da escola, mas principalmente do Diretor Escolar e do Especialista da Educação Básica (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

Na perspectiva de debates sobre as avaliações em larga escala como instrumento de planejamento de ações pedagógicas, diversos autores defendem seu uso para a melhoria da qualidade da educação, conforme perspectiva apresentada por Bauer, Alavarse e Oliveira (2015), que reconhecem a importância do uso dos dados das avaliações em larga escala e destacam pontos positivos, como a criação de uma cultura de avaliação, transparência dos resultados, auxílio para a tomada de decisões e para melhorar a qualidade da educação.

Nessa mesma linha, Depresbiteris (2001), faz a defesa do uso das avaliações em larga escala como instrumento de planejamento pedagógico, pois possibilita levantar possíveis causas de problemas de aprendizagem dos estudantes e reforçam a necessidade de capacitação dos professores para uso das informações geradas pelo desempenho dos estudantes, diagnosticado pelos resultados das avaliações em larga escala.

A apropriação dos resultados dessas avaliações refere-se ao uso dos dados como meio, potencial, de subsidiar políticas públicas educacionais para melhorar a qualidade do ensino ofertado. No entanto, para que isso aconteça, os gestores e os demais profissionais envolvidos com o planejamento educacional necessitam compreender os resultados, seus limites e possibilidades, contextualizá-los com a realidade da rede e ter ciência sobre o que o diagnóstico aponta como as habilidades dominadas pelos estudantes e àquelas que ainda precisam ser dominadas por eles, de acordo com cada disciplina e série avaliada. (FREITAS, 2017, p.14)

Assim, no ano de 2017, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais implementou nas escolas da rede estadual de Minas Gerais, os Itinerários Avaliativos, definidos como uma proposta de política para gestão de resultados

educacionais (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

Desse modo, os Itinerários Avaliativos englobam um conjunto de ações que deveriam ser desenvolvidos pelas escolas e culminarem com a elaboração de um Plano de Ação, cujo objetivo era melhorar o desempenho educacional dos estudantes, com base nas informações geradas pelas avaliações em larga escala e pelas avaliações internas da escola (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

Atenta ao movimento de reforma democrática da gestão escolar, esta proposta defende e valoriza o uso sistemático de resultados de avaliações externas e demais indicadores educacionais produzidos pelas escolas públicas brasileiras, para a construção de uma avaliação interna. Nesse sentido, seu objetivo consiste em disponibilizar um conjunto de procedimentos que possibilite a identificação e a construção de consensos em torno dos principais fatores que interferem na aprendizagem, apostando no trabalho coletivo de gestores e professores. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016)

Os Itinerários Avaliativos possuem ainda como objetivos: proporcionar uma reflexão dos gestores e da equipe das escolas sobre as suas práticas pedagógicas, permitir uma construção coletiva das avaliações internas, analisar dados educacionais e definir um Plano de Ação para ser aplicado nas escolas (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

Na sua concepção, os Itinerários Avaliativos se estruturam em um passo a passo de 16 partes, divididas em 4 etapas e eixos, cada uma contendo um determinado número de itinerários, pensados em uma sequência lógica que vai desde a preparação da comunidade escolar até o monitoramento das propostas contidas no Plano de Ação. A estrutura definida pela SEE-MG para ser implementado nas escolas está apresentada na Figura 5 (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

Figura 5 - Estrutura dos Itinerários Avaliativos de Minas Gerais



Fonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2016, p. 9).

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2016), o passo a passo de realização dos Itinerários Avaliativos também pode melhorar a gestão democrática da escola, na medida em que possibilita a participação de toda comunidade escolar, dos professores e demais servidores, em um processo coletivo de reflexão sobre os resultados das avaliações em larga escala e das avaliações internas da escola.

Um dos preceitos do processo de apropriação dos resultados das avaliações em larga é que ele não acontece por mobilização de um agente apenas. É preciso do envolvimento de todos os atores em cada escola, por meio de contribuições colaborativas, unidos no propósito de melhorar a educação ofertada. (FREITAS, 2017, p. 16)

O conjunto dos 16 Itinerários Avaliativos constitui, portanto, em uma contribuição para uma gestão mais democrática da escola, de melhorar o relacionamento com a comunidade escolar e também proporcionar maior autonomia nas decisões de planejamento pedagógico (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

Na definição apresentada pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2016), os Itinerários Avaliativos reúnem procedimentos para análise de dados das avaliações em larga escala e para a construção coletiva e participativa de uma avaliação interna nas escolas da rede estadual de educação.

Nesse ponto de vista, os Itinerários Avaliativos buscam uma participação mais ativa de todos os profissionais da escola, com engajamento no trabalho coletivo e na gestão e desenvolvimento de ações pedagógicas com base na evidência dos dados das avaliações em larga escala e assim promover maior equidade no processo de aprendizagem dos estudantes (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

Em relação ao detalhamento dos Itinerários Avaliativos, eles foram agrupados em 04 etapas: a primeira foi uma etapa preparação, composta pelo itinerário 1, com o objetivo de apresentar para o Diretor e o Especialista da Educação Básica, as tecnologias de gestão utilizadas e para o planejamento inicial das atividades e orientar estes profissionais na condução do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos na escola (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

A Etapa 1, de Preparação, apresentada no Quadro 5, contém as características da etapa, os objetivos do itinerário e as atividades a serem desenvolvidas, com a orientação do Diretor e do Especialista da Educação Básica para uso dos Itinerários Avaliativos.

Quadro 5 - Estruturação dos Itinerários Avaliativos na plataforma *moodle* - Etapa 1

ETAPA 1 - Preparação	Objetivo do Itinerário	Atividade a ser desenvolvida
Orientar os profissionais quanto aos pressupostos e as etapas de aplicação dos Itinerários Avaliativos.	Itinerário 1 Preparação e orientação para o uso dos Itinerários Avaliativos.	Orientar o diretor escolar e o especialista para o processo de implementação dos Itinerários Avaliativos.

Fonte: Adaptado de Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2016).

Já a Etapa 2, da Avaliação Interna, é formada a partir de um conjunto de 10 Itinerários Avaliativos, divididos nos Eixos 1, 2, 3 e 4.

O Eixo 1, que trata do Direito à Aprendizagem é composto pelos itinerários de 2 a 5, apresentados no Quadro 6, contêm as características do Eixo, os objetivos dos itinerários e as atividades a serem desenvolvidas em cada um deles.

Basicamente, o Eixo 1 tem por finalidade fazer a comunidade escolar refletir sobre a garantia de aprendizagem dos estudantes matriculados na rede estadual de ensino. Além de buscar sensibilizar os profissionais da escola sobre o papel da avaliação externa e como seus resultados devem ser uma referência para o processo de avaliação interna da instituição.

Essa discussão foi realizada a partir dos resultados da avaliação externa e também a partir de diversos indicadores, em especial os padrões de desempenho dos estudantes e sua distribuição na escola.

Nesse sentido, o Eixo 1, busca apoiar os profissionais para um trabalho de análise e debate dos indicadores de rendimento e dados de frequência dos estudantes para promover a análise e reflexão coletiva acerca das competências e habilidades desenvolvidas pelos estudantes com base na Matriz de Referência das disciplinas avaliadas externamente.

Quadro 6 – Estruturação dos Itinerários Avaliativos na plataforma *moodle*– Etapa 2 – Eixo 1

ETAPA 2 – Avaliação Interna	Objetivo do Itinerário	Atividades a serem desenvolvidas
EIXO 1 – DIREITO À APRENDIZAGEM Debater sobre a capacidade da rede e da escola de garantir a aprendizagem de todos os estudantes matriculados em cada etapa e segmento da Educação Básica.	Itinerário 2 A articulação entre a avaliação externa e a avaliação interna.	Sensibilizar os profissionais da escola sobre o papel da avaliação externa e como seus resultados devem ser uma referência para o processo de avaliação interna da instituição.
	Itinerário 3 Análise de desempenho dos estudantes.	Promover uma análise e discussão em torno dos resultados da avaliação externa a partir de diversos indicadores, em especial os padrões de desempenho dos estudantes e sua distribuição na escola.
	Itinerário 4 Análise de rendimento e de frequência dos estudantes.	Apoiar os profissionais para um trabalho de análise e debate dos indicadores de rendimento e dados de frequência dos estudantes.
	Itinerário 5 Análise dos percentuais de acerto por descritor.	Promover a análise e reflexão coletiva acerca das competências e habilidades desenvolvidas pelos estudantes com base na Matriz de Referência das disciplinas avaliadas externamente.

Fonte: Adaptado de Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2016).

O Eixo 2, que trata da Gestão Democrática e Participativa, composto pelos itinerários 6 e 7, apresentados no Quadro 6.1, contêm as características do Eixo, os objetivos dos itinerários e as atividades a serem desenvolvidas em cada um dos Itinerários Avaliativos, principalmente voltado para buscar a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão e assim promover um debate acerca da comunicação e participação de alunos, professores, colegiados e conselhos de classe na gestão escolar.

Quadro 6.1 – Estruturação dos Itinerários Avaliativos na plataforma *moodle*– Etapa 2 – Eixo 2

ETAPA 2 – Avaliação Interna	Objetivo do Itinerário	Atividades a serem desenvolvidas
EIXO 2 - GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA Estimular a discussão em torno da gestão escolar e da promoção de um ambiente de aprendizagem para todos os estudantes.	Itinerário 6 Ambiente de aprendizagem: percepções sobre o impacto da violência nas expectativas de aprendizagem.	Incorporar uma discussão sobre o impacto da violência no ambiente de aprendizagem, questão comumente relatada por profissionais da escola.
	Itinerário 7 Ambiente participativo	Contribuir para uma discussão sobre a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão da gestão escolar. A intenção é promover um debate acerca da comunicação e participação de alunos, professores, colegiados e conselhos de classe na gestão escolar.

Fonte: Adaptado de Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2016).

Já no Eixo 3, do Fortalecimento do Trabalho Coletivo, é composto pelo itinerário 8, apresentado no Quadro 6.2, contêm os objetivos dos itinerários e cada uma das atividades a serem desenvolvidas em torno do engajamento dos professores com o trabalho coletivo dentro da escola para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.

Quadro 6.2 – Estruturação dos Itinerários Avaliativos na plataforma *moodle*– Etapa 2 – Eixo 3

ETAPA 2 – Avaliação Interna	Objetivo do Itinerário	Atividades a serem desenvolvidas
EIXO 3 - FORTALECIMENTO DO TRABALHO COLETIVO Debater acerca das questões que influenciam, direta e indiretamente, a realização do trabalho coletivo nas escolas.	Itinerário 8 Engajamento e participação dos professores.	Promover uma discussão em torno do engajamento dos professores com o trabalho coletivo dentro da escola e do impacto desse comprometimento para o desenvolvimento da aprendizagem.

Fonte: Adaptado de Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2016).

Finalmente, na finalização da Etapa 2, o Eixo 4 trata da Relação da Escola com a Comunidade, composto pelos itinerários 9 a 11 e contêm os objetivos e atividades de cada itinerário, apresentados no Quadro 6.3.

Quadro 6.3 – Estruturação dos Itinerários Avaliativos na plataforma *moodle*– Etapa 2 – Eixo 4

ETAPA 2 – Avaliação Interna	Objetivo do Itinerário	Atividades a serem desenvolvidas
EIXO 4 - RELAÇÃO DA ESCOLA COM A COMUNIDADE Entender a escola como promotora de mobilização comunitária, isto é, como agente de articulação, de participação, possibilitando o espaço compartilhado de vivência, garantindo o entrelaçamento da escola com a comunidade.	Itinerário 9 Relações interinstitucionais: família, comunidade e sociedade.	Contribuir para uma reflexão sobre a relação da escola com a família, responsáveis pedagógicos, instituições da comunidade e da sociedade e seu impacto na aprendizagem dos estudantes.
	Itinerário 10 Síntese da Avaliação Interna e recomendações.	Promover uma síntese do resultado das discussões anteriores, etapa final do processo de Avaliação Interna da escola. Com base na sistematização das questões analisadas e debatidas, formulam-se recomendações para o Plano de Ação.
	Itinerário 11 Consolidação da Avaliação Interna e definição de prioridades.	Consolidar e validar as conclusões e as recomendações junto aos professores e à comunidade escolar.

Fonte: Adaptado de Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2016).

A Etapa 3, composta por Itinerários Avaliativos 12 a 14, apoiam a elaboração de um Plano de Ação e consolidam as ações que devem ser desenvolvidas pelas escolas, além de buscar uma articulação entre a avaliação interna e as ações pedagógicas definidas no Plano de Ação (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

A descrição da Etapa 3, do Plano de Ação, os objetivos dos Itinerários e as atividades a serem desenvolvidas, estão apresentados no Quadro 7 e busca consolidar as ações propostas nos Itinerários Avaliativos e assim possibilitar que todos os envolvidos tenham conhecimento das atividades e das tarefas que compõem cada uma das ações desenhadas.

Quadro 7 – Estruturação dos Itinerários Avaliativos na plataforma *moodle* – Etapa 3

ETAPA 3 – Plano de Ação	Objetivo do Itinerário	Atividades a serem desenvolvidas
Definir uma agenda de ações a serem implementadas para a melhoria da aprendizagem na escola.	Itinerário 12 Definição do Plano de Ação;	Apresentar uma metodologia para a definição do Plano de Ação da escola. Define os profissionais envolvidos e as linhas gerais das ações a serem implementadas. Define os profissionais envolvidos e as linhas gerais das ações a serem implementadas, a partir de definições do “o que será feito?”, “por que será feito?” e “como será feito?”.
	Itinerário 13 Validação do Plano de Ação.	Dar sequência à construção do Plano de Ação, com o detalhamento das ações, respondendo às perguntas: “Quando será feito?” e “Quem irá fazer?”.
	Itinerário 14 Consolidação do Plano de Ação.	Consolidar as ações propostas e possibilitar que todos os envolvidos tenham conhecimento das atividades e das tarefas que compõem cada uma das ações desenhadas.

Fonte: Adaptado de Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2016).

Na Etapa 4, da Avaliação e Monitoramento do Plano de Ação, formada pelos itinerários 15 e 16, têm objetivo de acompanhar as ações propostas e assim permitir aos profissionais da escola e a comunidade escolar verificarem se as medidas propostas foram cumpridas, realizar seu monitoramento e possíveis correções no Plano de Ação (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

Nessa etapa, após a aprovação do Plano de Ação pela comunidade escolar é realizada a definição de como ocorrerá o monitoramento de sua execução, indicando formas de acompanhamento das tarefas previstas, assim como a sua efetividade, ou seja, se seus resultados estão alcançando os objetivos. Além disso, a proposta desta etapa é detalhar os procedimentos para promover ajustes e correções de rumos do Plano de Ação.

A descrição da Etapa 4, Avaliação e Monitoramento, com os objetivos e atividades a serem desenvolvidas, estão apresentados no Quadro 8 e é voltado para acompanhamento das ações propostas ao longo do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos e consolidado pela elaboração do Plano de Ação.

Quadro 8 – Estruturação dos Itinerários Avaliativos na plataforma *moodle* – Etapa 4

ETAPA 4 – Avaliação e Monitoramento	Objetivo do Itinerário	Atividades a serem desenvolvidas
Apresentar itinerários para o monitoramento da execução do plano de ação, a avaliação de seus resultados e, caso necessário, possíveis ajustes e correções de rumos.	Itinerário 15 Monitoramento e avaliação do Plano de Ação.	Após a aprovação dos projetos e do plano de ação, este itinerário visa colaborar para a definição de como ocorrerá o monitoramento de sua execução, indicando formas de acompanhamento das tarefas previstas, assim como a sua efetividade, ou seja, se seus resultados estão alcançando os objetivos desejados.
	Itinerário 16 Ajustes e correção de rumos.	Detalhar os procedimentos para promover ajustes e correções de rumos no Plano de Ação.

Fonte: Adaptado de Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2016).

Todas as etapas consistem em disponibilizar para a gestão da escola um conjunto de procedimentos que possibilite a identificação e a construção de consensos em torno dos principais fatores que interferem na aprendizagem dos estudantes, apostando no trabalho coletivo de gestores, professores e demais profissionais da escola, para desenvolvimento de ações pedagógicas que promova a melhoria da educação ofertada (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

A intenção da SEE com a tecnologia, conforme relatou a superintendente de avaliação educacional Geniana Faria, era a de ampliar nas escolas, qualitativamente, a apropriação dos resultados das avaliações externas (estadual e nacional) de modo a possibilitar uma auto avaliação. Para isso, as escolas deveriam considerar o desempenho dos estudantes e os fatores que afetam a aprendizagem escolar, de modo a subsidiar planos de ação educacionais. (FREITAS, 2017, p. 40)

Então, a intenção da SEE-MG com os Itinerários Avaliativos era ampliar a apropriação dos resultados das avaliações externas para que pudessem elaborar um Plano de Ação. Reforçamos que as informações e dados disponibilizados para a equipe das escolas eram extraídas dos resultados das avaliações em larga escala do SIMAVE e do SAEB e utilizados para elaboração do Plano de Ação.

A SEE-MG, por meio do uso dos dados diagnósticos do SIMAVE, organiza-se para que os profissionais da educação se apropriem desses resultados e, após o trabalho de análise, elaborem planos de ação voltados para melhoria da educação pública ofertada. A avaliação e o monitoramento desses planos de ação estão previstos para medir a eficácia deles e corrigi-los, quando necessário. Os

resultados da própria avaliação no ciclo seguinte podem servir como meio de avaliar os resultados de uma política pública. (FREITAS, 2017, p. 22)

Para que as escolas cumprissem todas as etapas previstas pelos Itinerários Avaliativos, a Superintendência de Avaliação Educacional da SEE-MG estabeleceu um cronograma para cada uma das 4 etapas.

A Etapa 1, consiste em uma etapa de Preparação, a Etapa 2, relacionada à Avaliação Interna, a Etapa 3, de elaboração do Plano de Ação e a Etapa 4, de Avaliação e Monitoramento.

O cronograma com as datas para que as equipes das escolas cumprissem os prazos para implementação das ações dos Itinerários Avaliativos, estão apresentados no Quadro 9.

Quadro 9 – Cronograma estabelecido pela SEE-MG para implementação dos Itinerários Avaliativos pelas escolas

ETAPAS	PRAZOS/DATAS
Etapa 1- Preparação.	21/11 a 22/11/2016
Etapa 2 - Avaliação Interna, compreendendo os eixos de 1 a 4 e a Consolidação da Avaliação Interna, composta pelos itinerários 10 e 11.	01/02 a 24/02/2017
Etapa 3 - Plano de Ação.	13/03 a 31/03/2017
Etapa 4 - Avaliação e Monitoramento.	03/04 a 20/04/2017

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações da Superintendência de Avaliação Educacional (2017a).

Para acompanhar o cumprimento dos prazos estabelecidos para cada uma das etapas dos Itinerários Avaliativos, a Superintendência de Avaliação Educacional produziu Relatórios de Acompanhamento, que forneciam a informação sobre qual escola havia acessado ou não, os campos da plataforma *on-line* dos Itinerários Avaliativos.

O acompanhamento da verificação de acesso pelas escolas aos Itinerários Avaliativos era realizado pelos servidores da 38ª SRE de Ubá, justamente a partir de informações contidas nos Relatórios de Acompanhamento, encaminhados por *e-mail* pela Superintendência de Avaliação Educacional às SRE's que continham a situação das escolas em relação ao cumprimento dos prazos.

No processo de implementação dos Itinerários Avaliativos, coube ao Diretor Escolar e ao Especialista da Educação Básica, a responsabilidade pela coleta e preparação dos dados da escola e sua apresentação para os professores e

comunidade escolar (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

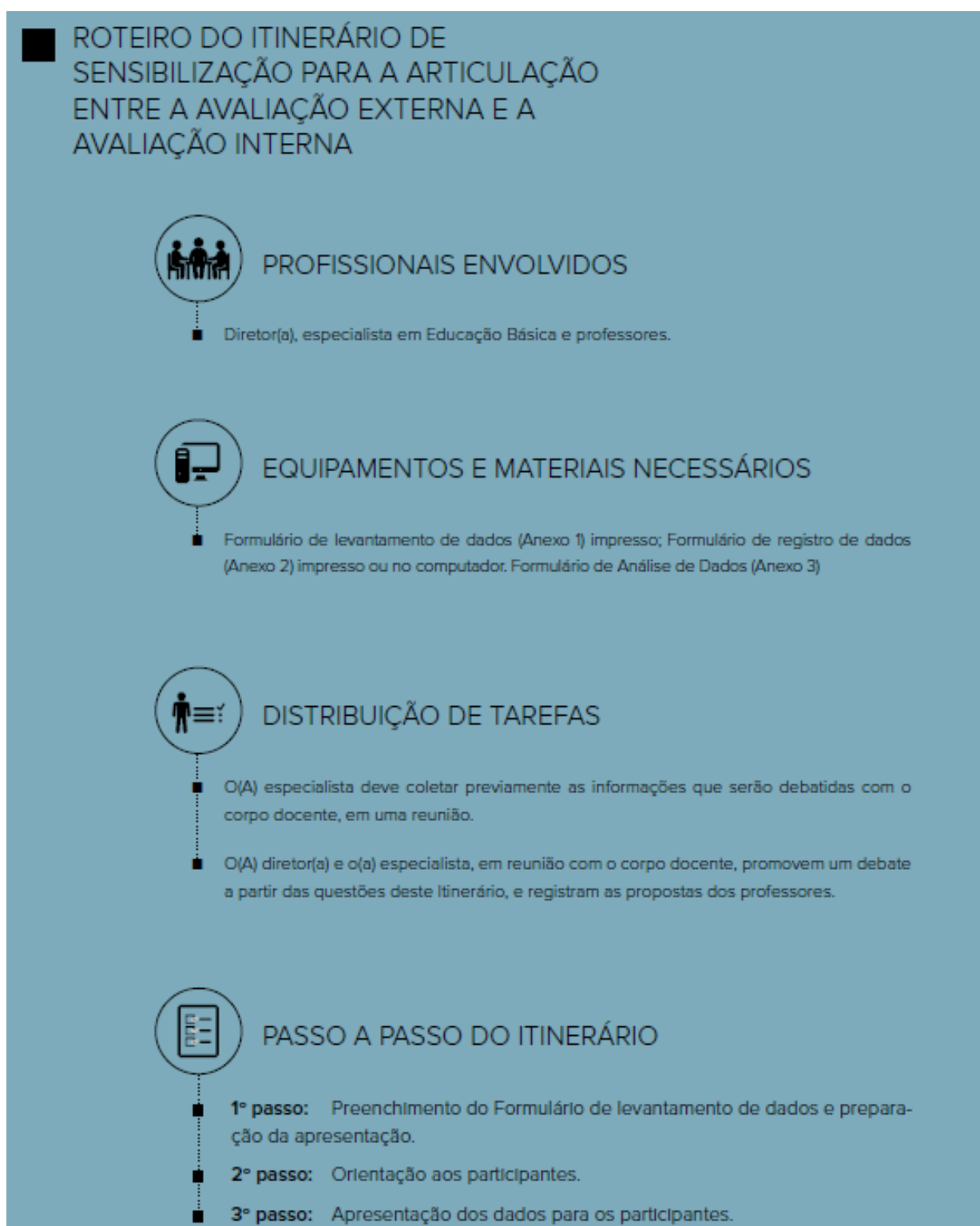
Além disso, era o Diretor Escolar e o Especialista da Educação Básica que agendavam as reuniões, providenciavam os materiais necessários e buscavam envolver todos os profissionais para terem ciência das ações contidas em cada uma das etapas dos Itinerários Avaliativos (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

Para que o Diretor Escolar e o Especialista da Educação Básica pudessem desenvolver a implementação de cada um dos 16 Itinerários Avaliativos, foi disponibilizado pela SEE-MG, via plataforma *moodle* dos Itinerários Avaliativos, um material de apoio, que descreve o passo a passo das ações que deveriam ser desenvolvidas (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

A tarefa dos gestores na reunião é a de se apropriarem das quatro etapas que estruturam os Itinerários, discutindo e esclarecendo suas funções ao longo da aplicação das tecnologias de gestão. Além disso, devem definir um cronograma de trabalho que viabilize sua realização. (Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2016, p.7)

Para compreender como eram as orientações contidas no passo a passo do material de apoio a serem seguidas pela escola, em especial pelo Diretor e pelo Especialista da Educação Básica, apresentamos na Figura 6, um exemplo da descrição desse passo a passo, relativa ao Itinerário 2 – Sensibilização para articulação entre a avaliação externa e a avaliação interna.

Figura 6 – Exemplo da descrição do passo a passo dos Itinerários Avaliativos



Fonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2016, p. 5)

Conforme citado, a Figura 6 contém um exemplo do passo a passo e como deveria ser sua execução, cujo objetivo, no caso do Itinerário 2, era sensibilizar a equipe escolar para estabelecer a articulação entre a avaliação externa e a avaliação interna.

Nesse roteiro, o passo a passo se configura em apresentar os dados dos resultados das avaliações externas da escola pelo Diretor ou pelo Especialista da Educação Básica para a equipe escolar e assim buscar promover a compreensão da necessidade de apropriação e uso dos resultados das avaliações externas (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

No detalhamento do passo a passo, o Diretor ou Especialista da Educação Básica faria uma reflexão sobre o tema da reunião, para logo em seguida descreverem sua organização, bem como fazer a apresentação do Itinerário Avaliativo.

Além disso, o roteiro apresenta também quais os profissionais deveriam ser envolvidos, os equipamentos e materiais necessários, a distribuição das tarefas, o passo a passo e, finalmente, o tempo estipulado para a reunião.

Já no anexo do roteiro de apresentação de cada itinerário, está presente o formulário de registro das atividades desenvolvidas ao longo da reunião e deveria ser feito seu *upload* na plataforma *on-line* dos Itinerários Avaliativos. Assim, ao descrevermos os Itinerários Avaliativos, reforçamos que ele é uma ferramenta para análise de resultados educacionais e proporciona à escola refletir sobre o contexto da aprendizagem dos seus estudantes, elaborarem um Plano de Ação e seu respectivo monitoramento e assim buscar melhorar a aprendizagem dos estudantes.

2.4 A IMPLEMENTAÇÃO DOS ITINERÁRIOS AVALIATIVOS NA 38º SRE DE UBÁ

Com relação à implementação dos Itinerários Avaliativos na 38º SRE de Ubá, foram 70 (escolas) cadastradas, pois dentre aquelas que perfaziam a jurisdição da SRE no ano de 2017, uma delas estava em processo de fechamento, ou seja, das 71 escolas, 70 deveriam implementar os Itinerários Avaliativos.

Para apoio no desenvolvimento dos Itinerários Avaliativos, conforme já mencionado, caberia aos servidores da 38º SRE, na condição de Técnicos e Analistas em Educação, realizarem a sensibilização das escolas em relação ao processo de implementação.

Para isso, os servidores do setor de Supervisão Pedagógica dividiram a área de abrangência da 38ª SRE de Ubá em 4 polos de reuniões, onde em cada um deles foi realizada, no dia 16 de abril de 2017, um encontro com os Especialistas da Educação Básica ou com o Diretor das escolas, na temática dos Itinerários Avaliativos e do Sistema de Monitoramento da Aprendizagem (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBÁ, 2017).

A divisão dos polos, apresentada no Quadro 10, teve como critério de regionalização a proximidade geográfica entre as cidades pertencentes à 38ª SRE de Ubá, cuja finalidade era facilitar o descolamento dos servidores das escolas para estarem presentes na sensibilização sobre os Itinerários Avaliativos e Sistema de Monitoramento da Aprendizagem (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBÁ, 2017).

Quadro 10 – Cidades polo para sensibilização das ações contidas nos Itinerários Avaliativos nas escolas da 38ª SRE de Ubá

POLOS	CIDADES
Polo 1 – Ubá	Ubá, Tocantins, Guidoal, Rodeiro, Astolfo Dutra e Dona Eusébia.
Polo 2 – Rio Pomba	Rio Pomba, Tabuleiro, Silverânia, Piraúba e Guarani.
Polo 3 – Visconde do Rio Branco	Visconde do Rio Branco, Coimbra, Guiricema, São Geraldo e Ervália.
Polo 4 – Senador Firmino	Senador Firmino, Divinésia, Paula Cândido, Presidente Bernardes, Brás Pires e Dores do Turbo.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Superintendência Regional de Ensino de Ubá (2017).

Além da sensibilização sobre os Itinerários Avaliativos também foi apresentado o Sistema de Monitoramento da Aprendizagem, que contém informações e dados das avaliações em larga escala, como a proficiência dos estudantes, informações sobre a escola como infraestrutura, número de turmas, turnos, professores, estudantes, etc.

A apresentação do Sistema de Monitoramento foi importante, pois no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos, a fonte de informações eram os dados contidos no portal de Monitoramento do CAEd, *site* que reúne informações e indicadores educacionais de toda a rede de ensino do estado de Minas Gerais.

Os dados do Sistema de Monitoramento da Aprendizagem são apresentados de forma consolidada, provenientes de sistemas de gestão e avaliação, como o

Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE) e o SIMAVE (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

O Sistema de Monitoramento da Aprendizagem disponibiliza um perfil completo das escolas, que descreve as características da sua infraestrutura física, o quantitativo de estudantes e professores, bem como os resultados das avaliações da aprendizagem, como as médias de proficiência, a distribuição dos estudantes por padrões de desempenho, as taxas de aprovação, reprovação, evasão escolar e distorção idade-série. O sistema permite também a análise comparativa de indicadores ao longo dos anos (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

Os dados disponibilizados pelo Sistema de Monitoramento da Aprendizagem permitem também o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem da escola e a comparação, por parte da gestão escolar, dos resultados em relação ao estado e às instâncias regionais de ensino (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

A reunião de sensibilização sobre os Itinerários Avaliativos e Sistema de Acompanhamento da Aprendizagem, realizada pelos servidores da 38º SRE de Ubá, também envolveu a apresentação do cronograma de trabalho definido pela SEE-MG para cada uma das 4 etapas de implementação, evidenciando os prazos para que as escolas completassem os percursos e lançassem os dados na plataforma *on-line* dos Itinerários Avaliativos (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBÁ, 2017).

Como dissemos, após o início das atividades de implementação dos Itinerários Avaliativos pelas escolas, caberia aos servidores da 38º SRE de Ubá do setor de Supervisão Pedagógica, fazerem seu acompanhamento via Relatórios de Acompanhamento, encaminhados por *e-mail* pela Superintendência de Avaliação Educacional da SEE-MG.

Os Relatórios de Acompanhamento demonstravam qual escola havia cumprido ou não o Itinerário Avaliativo dentro do prazo estabelecido e, a partir desses dados, a equipe pedagógica da SRE entrava em contato com as escolas para verificar o motivo do não cumprimento e disponibilizava o apoio necessário para a execução dos mesmos.

Sobre os motivos descritos pelas escolas, para os servidores da equipe de Supervisão Pedagógica da 38º SRE de Ubá não cumprirem os prazos, a maior parte

estava relacionado à dificuldade de acesso à plataforma, prazos curtos para cumprimento dos percursos de cada Itinerário Avaliativo e ao movimento de greve, que ocorreu na rede estadual de ensino no início do ano de 2017, conforme *e-mail* encaminhado pela Superintendência de Avaliação Educacional (SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 2017a).

Com relação aos Relatórios de Acompanhamento, eles continham o nome da escola, a Superintendência de Ensino, o município do qual a escola pertence, o nome do diretor e o registro de todas as etapas que deveriam ser percorridos pela escola na plataforma dos Itinerários Avaliativos.

Dessa maneira, nos Relatórios de Acompanhamento constavam a situação da escola em relação ao cumprimento das ações previstas no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos, ou seja, se havia acessado a plataforma *on-line* e se fizeram e quando fizeram o *upload* dos formulários relacionados ao levantamento e análise de dados e a apresentação das reuniões, previstos em cada um dos Itinerários Avaliativos.

Desse modo, todas as ações eram registradas na plataforma *on-line* dos Itinerários Avaliativos, com as datas de acesso e do *upload* dos arquivos. Essas informações eram transformadas pela Superintendência de Avaliação Educacional da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais em Relatórios de Acompanhamento que eram então encaminhados para as Superintendências Regionais de Ensino para fazerem o acompanhamento do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos juntos às escolas.

Um exemplo de Relatório de Acompanhamento dos Itinerários Avaliativos, encaminhado pela Superintendência de Avaliação Educação às Superintendências Regionais de Ensino, está apresentado no Quadro 11.

Quadro 11 – Modelo do Relatório de Acompanhamento dos Itinerários Avaliativos encaminhados pela Superintendência de Avaliação Educacional da SEE-MG - 2017

SRE	Nome do Município	Nome do Diretor	1- ANTES DA REUNIÃO	1 - A REUNIÃO	2 - ANTES DA REUNIÃO	2 - MONTE SUA APRESENTAÇÃO	2 - ENVIE SUA APRESENTAÇÃO	2 - A REUNIÃO	2 - DEPOIS DA REUNIÃO
Ubá	X	X	15/02/2017	26/04/2017	14/02/2017	14/02/2017	16/02/2017	16/02/2017	16/02/2017
Ubá	X	X	18/05/2017	Nunca acessou	Nunca acessou	17/05/2017	Nunca acessou	Nunca acessou	Nunca acessou
Ubá	X	X	Nunca acessou	Nunca acessou	20/02/2017	20/02/2017	20/02/2017	20/02/2017	20/02/2017
Ubá	X	X	17/03/2017	07/02/2017	17/03/2017	10/02/2017	10/02/2017	10/02/2017	10/02/2017
Ubá	X	X	02/05/2017	02/05/2017	22/03/2017	22/03/2017	22/03/2017	22/03/2017	22/03/2017
Ubá	X	X	22/02/2017	22/02/2017	20/02/2017	20/02/2017	09/03/2017	06/03/2017	23/02/2017
Ubá	X	X	29/03/2017	29/03/2017	29/03/2017	29/03/2017	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2017
Ubá	X	X	18/05/2017	18/05/2017	11/04/2017	11/04/2017	11/04/2017	15/04/2017	15/04/2017

Fonte: Adaptado de Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2017).

Também foram gerados pela Superintendência de Avaliação Educacional, Relatórios de Acompanhamento Resumidos que continham o panorama geral da situação da 38ª SRE de Ubá em relação ao quantitativo de escolas que não haviam acessado, ou acessaram parcialmente ou ainda já haviam acessado e cumprido todas as etapas dos Itinerários Avaliativos.

Nos Relatórios de Acompanhamento Resumidos, as informações estavam organizadas de acordo com as quatro etapas e eixos que as escolas deveriam percorrer no processo de desenvolvimento dos Itinerários Avaliativos.

Os Relatórios de Acompanhamento Resumidos contêm informações para acompanhamento, pela Superintendência de Avaliação Educacional da SEE-MG e pela 38ª SRE de Ubá, do desenvolvimento dos Itinerários Avaliativos pelas escolas e estão divididos em 4 colunas, conforme apresentado no Quadro 12.

Quadro 12 – Descrição das informações contidas nos Relatórios de Acompanhamento Resumidos, encaminhados pela Superintendência de Avaliação Educacional da SEE-MG – 2017

COLUNA	DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO
1	Uma coluna com o quantitativo de escolas que nunca haviam acessado a plataforma dos Itinerários Avaliativos, ou seja, 0% de acesso.
2	Uma coluna com quantitativo de escolas que acessaram menos da metade das etapas dos Itinerários Avaliativos, ou seja, acessaram entre 1% a 49%.
3	Uma coluna com o quantitativo de escolas que acessaram metade ou mais das etapas dos Itinerários Avaliativos, ou seja, escolas que cumpriram entre 50% a 99%.
4	Uma coluna com o quantitativo de escolas que completaram todas as etapas dos Itinerários Avaliativos, ou seja, escolas que terminaram todo o processo de implementação dos Itinerários Avaliativos.

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir das informações contidas nos Relatório de Acompanhamento da Superintendência de Avaliação Educacional (2017).

Conforme já mencionado, o acompanhamento de acesso à plataforma *on-line* dos Itinerários Avaliativos foi realizado pelos servidores do setor de Supervisão Pedagógica da 38ª SRE de Ubá.

Para descrevermos como ocorreu o acompanhamento dos acessos, recorreremos aos *e-mails*, encaminhados pela Superintendência de Avaliação Educacional da SEE-MG, à 38ª SRE de Ubá.

Então, no dia 21 de fevereiro de 2017, foi comunicado, por *e-mail*, uma mudança nas datas estabelecidas para cumprimento dos prazos de implementação das etapas e eixos dos Itinerários Avaliativos.

A razão desta mudança no cronograma foi justificada em função das dificuldades em relação ao cadastro da escola na plataforma, da coincidência com as datas de implementação dos Itinerários Avaliativos com o processo de designação dos trabalhadores da educação para atuarem nas escolas e, também, ao início do ano letivo na rede estadual de educação de Minas Gerais (SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 2017a). Assim, foi reestruturado o cronograma de implementação das etapas e eixos dos Itinerários Avaliativos. As novas datas do cronograma estão apresentadas no Quadro 13.

Quadro 13 – Novo cronograma de implementação dos Itinerários Avaliativos - ano 2017

ITINERÁRIOS	DATAS DE IMPLEMENTAÇÃO
Itinerário Avaliativo 1.	22/12/2016
Itinerários Avaliativos 2 ao 9.	11/02/2017 a 24/03/2017
Itinerários Avaliativos 10 e 11.	27/03/2017 a 07/04/2017
Itinerários Avaliativos 12, 13 e 14.	10/04/2017 a 24/04/2017
Itinerários Avaliativos 15 e 16.	25/04/2017 a 10/05/2017

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL (2017a).

Em relação ao acompanhamento das ações de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas, no dia 10 de março de 2017, um primeiro Relatório de Acompanhamento, foi encaminhado por *e-mail* pela Superintendência de Avaliação Educacional da SEE-MG e relacionava as escolas que acessaram os Itinerários Avaliativos até o dia 06/03/2017 (SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 2017b).

Neste primeiro relatório, relacionado ao cumprimento do Itinerário 1, do total de 70 escolas apenas 23 realizaram o acesso. Neste *e-mail*, a Superintendência de Avaliação Educacional alertava também para o fato das escolas não estarem seguindo a sequência dos acessos, ou seja, o passo a passo dos Itinerários Avaliativos, pois estavam pulando etapas (SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 2017b).

De acordo com a Superintendência de Avaliação Educacional, não era aconselhado pular etapas do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos, pois o importante cumprir a sequência proposta, já que existia uma continuidade no processo de coleta de dados e ações de cada Itinerário Avaliativo (SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 2017b).

No dia 21 de março de 2017 a Superintendência de Avaliação Educacional encaminhou um segundo *e-mail*, para todas as escolas e informava que os Itinerários Avaliativos estavam na sua Etapa 2 e que a data final para postagem dos documentos seria sexta-feira, dia 24/03/2017 (SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 2017c).

Na ocasião, o *e-mail* esclarece que mesmo as escolas que aderiram à greve, iniciada no dia 15/03/2017, o cronograma de realização dos Itinerários Avaliativos não sofreria alteração, pois este já havia sido alterado uma vez e seria importante manter a data estabelecida (SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 2017c).

Ainda assim, o *e-mail* informa que as ações previstas da Etapa 2 não ficariam bloqueadas, nem na plataforma dos Itinerários Avaliativos, nem no Sistema de Monitoramento da Aprendizagem e assim possibilitar, mesmo após 24 de março de 2017, o lançamento das informações. No mesmo *e-mail*, foi solicitado que as escolas continuassem a formação e o *upload* dos formulários e outros documentos solicitados em cada Itinerário Avaliativo (SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 2017c).

Além disso, foi destacado que mesmo as escolas que não conseguissem terminar a Etapa 2 até o dia 24 de março de 2017, poderiam seguir para as demais etapas, porém atentas à data final do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos, que seria no dia 10 de maio de 2017 (SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 2017c).

Em 28 de março de 2017, um novo *e-mail* da Superintendência de Avaliação Educacional, informa que foi dado início à fase de consolidação da Avaliação Interna, que visava promover uma síntese do resultado das discussões da Avaliação Interna da escola, consolidar e validar as conclusões e as recomendações junto aos professores e à comunidade escolar, bem como definir prioridades a serem trabalhadas no Plano de Ação. O *e-mail* alertava que os Itinerários 10 e 11 já se encontravam disponíveis na plataforma *on-line*, com prazo de realização de 27 de março de 2017 a 07 de abril de 2017 (SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 2017d).

Ao final dos prazos estabelecidos, foi encaminhado por *e-mail* da Superintendência de Avaliação Educacional, um Relatório de Acompanhamento Resumido, em 15/05/2017, e continha o panorama da situação das escolas

vinculadas à 38ª SRE de Ubá, relacionado ao processo de implementação dos Itinerários Avaliativos nas suas diversas etapas (SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 2017e).

Para analisar o processo de implementação dos Itinerários Avaliativos na 38ª SRE de Ubá, realizamos uma adaptação nas tabelas dos Relatórios de Acompanhamento Resumidos, encaminhados pela Superintendência de Avaliação Educacional. As tabelas demonstram a situação final das escolas, após os prazos estabelecidos para cumprimento das ações propostas em cada etapa.

Tabela 1 - Acesso à plataforma dos Itinerários Avaliativos por Etapas e Eixos das escolas na 38ª SRE de Ubá – ano 2017 – Relatório Resumido de 15 de maio de 2017

	Nunca acessou	%	Acessou menos da metade	%	Acessou metade ou mais	%	Completo	%	TOTAL
ETAPA 1: Preparação	2	3	8	11	27	39	33	47	70
ETAPA 2: Avaliação Interna	5	7	34	49	22	31	9	13	70
Eixo 1: Direito à aprendizagem	6	9	19	27	23	33	22	31	70
Eixo 2: Gestão democrática e participação	27	39	12	17	10	14	21	30	70
Eixo 3: Fortalecimento do trabalho coletivo	30	43	12	17	9	13	19	27	70
Eixo 4: Relação da escola com a comunidade	32	46	13	19	10	14	15	21	70
Consolidação da avaliação interna	33	47	9	13	13	19	15	21	70
ETAPA 3: Plano de Ação	39	56	8	11	7	10	16	23	70
ETAPA 4: Monitoramento e Avaliação	48	69	7	10	2	3	13	19	70

Fonte: Adaptado de Superintendência de Avaliação Educacional, (2017e).

O primeiro Relatório de Acompanhamento Resumido foi encaminhado por e-mail, com a situação de acesso das escolas à plataforma *on-line* dos Itinerários Avaliativos até o dia 15 de maio de 2017, conforme dados apresentados na Tabela 1 (SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 2017e).

A partir da análise da Tabela 1, podemos perceber que, após o prazo final estabelecido pela Superintendência de Avaliação Educacional, inicialmente previsto para 20 de abril de 2017 e prorrogado para 10 de maio de 2017, o panorama de

desenvolvimento dos Itinerários Avaliativos nas escolas da SRE de Ubá passa a ser descrito na sequência.

Com relação à Etapa 1, de Preparação, somente 2 escolas não haviam iniciado o percurso dos Itinerários Avaliativos, que correspondem a 3% do total de escolas; 8 escolas acessaram menos da metade do percurso, que correspondem a 11% do total; 27 escolas acessaram mais da metade do percurso dos Itinerários Avaliativos, que correspondem a 39% do total e 33 escolas completaram a totalidade a Etapa 1, que correspondem a 47% do número total de escolas. Assim, com relação à Tabela 1, percebemos que menos da metade das escolas completaram o passo a passo das ações propostas na Etapa 1.

Já com relação à Etapa 2, da Avaliação Interna, 5 escolas nunca haviam acessado a plataforma, que correspondem a 7% do total; 34 escolas acessaram menos da metade das ações propostas, que correspondem a 49% do total de escolas; 22 escolas acessaram metade ou mais do percurso do Itinerários Avaliativos, que correspondem a 31% do total de escolas e 9 escolas completaram a Etapa 2 dos Itinerários Avaliativos, que correspondem a 13% do número total de escolas. Portanto, podemos perceber que, se na Etapa 1 praticamente a metade das escolas completaram o Itinerário. Já na Etapa 2, a situação foi bem mais crítica, ou seja, quase 90% das escolas não completaram a etapa no prazo previsto.

Salientamos que a Etapa 2 é dividida em quatro eixos, apresentados na Tabela 1 e descrevem o quantitativo de escolas que acessaram ou não a plataforma *on-line* para realizar os Itinerários Avaliativos.

Em relação à Etapa 3 referente ao Plano de Ação, 39 escolas nunca haviam acessado a plataforma dos Itinerários Avaliativos, que correspondem a 56% das escolas; 8 escolas acessaram menos da metade e correspondem a 11% do total de escolas; 7 escolas acessaram metade ou mais dos percursos dos Itinerários Avaliativos, que correspondem a 10% do total de escolas e, finalmente, 16 escolas completaram essa fase dos Itinerários Avaliativos, que correspondem a 23% do total de escolas.

Já em relação à Etapa 4, de Monitoramento e Avaliação, 48 escolas nunca haviam acessado a plataforma dos Itinerários Avaliativos, que correspondem a 69% do total; 7 escolas acessaram menos da metade, que correspondem a 10% do total de escolas; 2 escolas acessaram metade ou mais do percurso dos Itinerários Avaliativos, que correspondem a 3% do total de escolas e ao final dos Itinerários, 13

escolas cumpriram integralmente o percurso dos Itinerários avaliativos, que correspondem a 19% do total de escolas, vinculadas à 38º SRE de Ubá.

Os Relatórios de Acompanhamento Resumidos além de trazerem as informações em relação a cada Etapa dos Itinerários Avaliativos, também forneciam informações sobre o desenvolvimento da implementação dos mesmos, divididos em cada um dos 16 Itinerários Avaliativos, com a descrição da situação do quantitativo de escolas vinculadas à 38º SRE de Ubá.

A Tabela 2 demonstra a situação das escolas em relação ao cumprimento da implementação em cada um dos 16 Itinerários Avaliativos.

Tabela 2 – Implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas da 38º SRE Ubá – ano 2017 – Relatório Resumido de 15/05/2017

	Nunca acessou		Acessou menos da metade		Acessou metade ou mais		Completo		TOTAL
Itinerário 1	9	14%	-	-	15	23%	46	71%	70
Itinerário 2	6	9%	4	6%	13	20%	47	72%	70
Itinerário 3	12	18%	10	15%	17	26%	31	48%	70
Itinerário 4	15	23%	19	29%	12	18%	24	37%	70
Itinerário 5	19	29%	14	22%	11	17%	26	40%	70
Itinerário 6	30	46%	7	11%	6	9%	27	42%	70
Itinerário 7	33	51%	7	11%	8	12%	22	34%	70
Itinerário 8	30	46%	12	18%	9	14%	19	29%	70
Itinerário 9	32	49%	13	20%	10	15%	15	23%	70
Itinerário 10	35	54%	5	8%	15	23%	15	23%	70
Itinerário 11	42	65%	-	-	6	9%	22	34%	70
Itinerário 12	46	71%	-	-	2	3%	22	34%	70
Itinerário 13	45	69%	5	8%	1	2%	19	29%	70
Itinerário 14	43	66%	6	9%	2	3%	19	29%	70
Itinerário 15	50	77%	5	8%	1	2%	14	22%	70
Itinerário 16	55	85%	-	-	-	-	15	23%	70

Fonte: Adaptado de Superintendência de Avaliação Educacional, (2017e).

Dessa forma, a Tabela 2 possui informações de acesso das escolas e cumprimento das etapas dos Itinerários Avaliativos e ao invés de demonstrar as informações por Etapas, conforme Tabela 1, a Tabela 2 demonstra o número de escolas que cumpriram ou não o processo de implementação da ferramenta de gestão, dividida por cada um dos 16 Itinerários Avaliativos.

Ao analisarmos os dados, podemos perceber tanto na Tabela 1 quanto na Tabela 2, as escolas passaram a não cumprirem mais os prazos estabelecidos pela

Superintendência de Avaliação Educacional, para implementarem cada uma dos 16 Itinerários Avaliativos, pois à medida que avançavam o quantitativo, um número menor de escolas conseguiu cumpri-los dentro dos prazos.

Como exemplo, das 70 escolas vinculadas à 38ª SRE de Ubá, ao final do prazo estabelecido pela Superintendência de Avaliação Educacional, 9 escolas nunca haviam acessado o Itinerário 1 e 55 escolas nunca haviam acessado o último Itinerário, de número 16 e apenas 15 escolas terminaram todo o percurso de implementação.

Essa situação demonstra que as escolas, ao longo do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos, diminuíram o acesso à plataforma *on-line* e das ações previstas, nos prazos estipulados pela Superintendência de Avaliação Educacional.

No decorrer do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos, a Superintendência de Avaliação Educacional encaminhou, via *e-mail*, um segundo Relatório de Acompanhamento Resumido, datado de 05 de junho de 2017, com informações de acesso à plataforma *on-line* das 70 escolas vinculadas à 38ª Superintendência Regional de Ensino de Ubá, nos mesmos moldes apresentados nas Tabelas 1 e 2 (SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 2017f).

O Relatório Resumido de 05 de junho de 2017, apresentado na Tabela 3, demonstra que todas as escolas haviam iniciado os percursos dos Itinerários Avaliativos e 33 delas haviam terminado 100% das etapas previstas.

O Relatório Resumido de 05 de junho de 2017, com os dados de acesso das escolas em cada uma das etapas e eixos, contidos no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas da rede estadual de Minas Gerais, está apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 - Implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas da 38º SRE Ubá – ano 2017 – Relatório Resumido de 05/06/2017

	Nunca acessou	Acessou menos da metade	Acessou metade ou mais	Completo	TOTAL
ETAPA 1: Preparação	-	7	23	40	70
ETAPA 2: Avaliação Interna	2	19	27	22	70
Eixo 1: Direito à aprendizagem	2	12	19	37	70
Eixo 2: Gestão democrática e participação	15	7	11	37	70
Eixo 3: Fortalecimento do trabalho coletivo	19	8	8	35	70
Eixo 4: Relação da escola com a comunidade	20	9	11	30	70
Consolidação da avaliação interna	20	6	14	30	70
ETAPA 3: Plano de Ação	20	11	4	35	70
ETAPA 4: Monitoramento e Avaliação	27	5	5	33	70

Fonte: Adaptado de Superintendência de Avaliação Educacional, (2017f).

Se compararmos os dados da Tabela 1, datado de 15 de maio de 2017, onde apenas 13 escolas cumpriram todas as etapas², podemos considerar que no Relatório de Acompanhamento Resumido do dia 05 de junho de 2017, onde 33 escolas cumpriram as etapas, ocorreu um acréscimo considerável. Ainda assim, menos de 50% das escolas terminaram os percursos previstos dos Itinerários Avaliativos.

Ocorre que, mesmo após o término dos prazos estabelecidos, a SEE-MG não retirou o acesso das escolas à plataforma dos Itinerários Avaliativos e as mesmas continuaram a percorrer as etapas. Portanto, ao final do ano de 2017, um último Relatório de Acompanhamento de envio de formulários, datado de 12 de dezembro de 2017, demonstrou que praticamente a totalidade das escolas, vinculadas à área de abrangência da 38º SRE de Ubá, cumpriram todas as etapas dos Itinerários Avaliativos, conforme demonstrado na Tabela 4 (SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 2017g).

O Relatório de envio formulários das Etapas dos Itinerários Avaliativos, apresentado na Tabela 4, demonstra que, das 70 escolas vinculadas à 38º SRE de Ubá, 66 delas concluíram 100% dos Itinerários Avaliativos, o que pode ser considerado um caso de sucesso.

² Cumprir todas as etapas corresponde terminar a Etapa 4 – de monitoramento e avaliação, dos Itinerários 15 e 16.

Tabela 4 - Implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas da 38ª SRE Ubá – ano 2017 – Relatório de envio de formulários, do dia 13 de dezembro de 2017

ETAPA	Não inseriu	Inseriu Parcialmente	Inseriu Todos os Formulários	TOTAL
Avaliação Interna	-	1	69	70
Eixo 1: Direito à aprendizagem	-	1	69	70
Eixo 2: Gestão democrática e participação	-	-	70	70
Eixo 3: Fortalecimento do trabalho coletivo	-	-	70	70
Eixo 4: Relação da escola com a comunidade	-	-	70	70
Consolidação da avaliação interna	1	-	69	70
Plano de Ação	1	-	69	70
Monitoramento e Avaliação	3	1	66	70

Fonte: Adaptado de Superintendência de Avaliação Educacional (2017g).

Da mesma forma da manutenção do acesso pelas escolas, mesmo com o final dos prazos estipulados nos cronogramas, a equipe de servidores da 38ª SRE de Ubá, responsáveis pelo acompanhamento do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos, continuaram em contato com as escolas que ainda não haviam realizado a implementação dos itinerários, para retomarem os acessos e terminarem os percursos estabelecidos. Assim, podemos considerar que essa ação dos servidores da 38ª SRE de Ubá, resultou no aumento considerável do acesso à plataforma dos Itinerários Avaliativos, conforme demonstrado na Tabela 4.

Destacamos que, ao analisar somente o cumprimento dos prazos do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos na rede estadual de ensino de Minas Gerais e, de forma específica, nas escolas vinculadas à 38ª SRE de Ubá, eles nos dizem pouco sobre a eficácia ou não dos Itinerários Avaliativos, pois cumprir ou não os prazos é apenas uma das formas de podermos efetivamente dizer se os objetivos propostos foram atingidos.

Em vista disso, cabem-nos indagar sobre algo além da questão do cumprimento dos prazos do cronograma de trabalho proposto de implementação dos Itinerários Avaliativos. Como exemplo, a indagação sobre como ocorreu a participação dos professores e demais servidores da escola nas ações propostas ou ainda, se ao percorrerem todas as etapas dos Itinerários Avaliativos, a equipe da escola realizou a discussão dos resultados das avaliações em larga escala e se esta

ação possibilitou à escola e, de forma específica aos professores, realizarem um melhor planejamento pedagógico.

Além disso, devemos nos indagar também se as escolas, ao elaborarem o Plano de Ação e seu monitoramento, o fizeram de forma democrática ou simplesmente apenas cumpriram os prazos ou se os percursos dos Itinerários Avaliativos foram realizados de forma “obrigatória”, pois assim foi estabelecido pela SEE-MG e pela 38ª SRE de Ubá. Finalmente, cabe nos indagar em quais seriam as dificuldades enfrentadas pelas escolas no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos.

Dito isso, salientamos que esses questionamentos estão analisados na seção 3.3 de nossa pesquisa e têm como fonte a tabulação do questionário *on-line* encaminhado às escolas, conforme proposta metodológica contida na seção 3.2.

Destarte, ao longo do ano de 2017, as escolas da rede estadual de Minas Gerais deveriam realizar o percurso dos 16 Itinerários Avaliativos, em um passo a passo de procedimentos para levá-las a discutirem sobre os resultados das avaliações internas e externas, montarem um Plano de Ação e seu respectivo monitoramento e assim buscar a melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Neste contexto de uso dos resultados das avaliações em larga escala pelas escolas, há uma diversidade de autores que tratam dessa temática. Dentre os autores, alguns fazem críticas à existência e consolidação das avaliações em larga escala no Brasil. Outros, apesar das críticas, defendem a necessidade das escolas utilizarem os dados gerados para a melhoria da qualidade do ensino. Assim, ao longo do desenvolvimento de nossa pesquisa, consideramos tanto os autores que fazem críticas à existência das avaliações em larga escala, quanto àqueles que, mesmo com ressalvas, defendem o uso dos dados na melhoria da educação, principalmente em relação ao seu uso no direcionamento do planejamento pedagógico dos professores, conforme apresentado na seção 3 da dissertação, relacionada ao nosso referencial teórico.

3 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

As avaliações em larga escala têm assumido uma posição central em relação às políticas educacionais, com objetivo central de monitorar o desenvolvimento da qualidade da educação ofertada aos nossos estudantes.

Nas últimas duas décadas, governo federal, estados e municípios consolidaram sistemas de avaliação em larga escala que proporcionaram a existência de informações sobre o desempenho educacional dos estudantes, principalmente dos níveis de proficiência em português e matemática.

Os resultados das avaliações em larga em escala geraram uma importante base de dados sobre a educação brasileira, além da criação de indicadores de desempenho, metas de desempenho e uma série de políticas educacionais voltadas para a busca da melhoria da qualidade da educação.

Nesse contexto de criação de indicadores de desempenho, temos uma vasta amplitude de autores que pesquisaram o processo de consolidação das políticas de avaliação em larga escala no Brasil. Muitos desses autores vinculam esse processo há influências dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Ainda assim, mesmo com a produção de uma grande quantidade de informações sobre a qualidade do ensino no país, consolidadas a partir dos resultados das avaliações em larga escala, os indicadores educacionais, como o IDEB, mostram que temos um longo caminho pela frente para garantir a aprendizagem de nossos estudantes.

Nesse caso, acreditamos que os dados das avaliações em larga escala podem servir de base para tomadas de decisões no âmbito das escolas e nas diferentes esferas dos sistemas educacionais, na busca da melhoria da educação.

Dito isso, nosso referencial teórico tem como base justamente os autores que fazem a abordagem da temática das avaliações em larga escala e seu uso pelas redes de ensino, com a finalidade de planejarem ações pedagógicas que interfiram positivamente na aprendizagem dos estudantes.

Baseado em Prodanov & Freitas (2013) podemos considerar que a forma de abordagem do tema de nossa pesquisa foi qualitativa, pois permitiu a reflexão e a

análise da realidade do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas da 38ª SRE de Ubá, com a compreensão detalhada do objeto de estudo.

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. (Prodanov & Freitas, 2013, p. 70)

No embasamento da pesquisa, apresentamos na seção 3.1 nosso referencial teórico, apoiado em autores que dialogam sobre o uso dos dados das avaliações em larga escala nas redes de ensino e fundamentam as análises das respostas das escolas aos itens do questionário.

Já na seção 3.2 apresentamos nossa metodologia e os instrumentos de pesquisa utilizados, com objetivo em diagnosticar as dificuldades encontradas pelas escolas, no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos, bem como levantar sugestões de melhorias neste processo.

Finalmente, na seção 3.3 apresentamos as análises dos dados, resultantes da aplicação do questionário *on-line* nas escolas, relacionando-as ao nosso referencial teórico. Com o diagnóstico dos principais problemas encontrados pelas escolas no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos, elaboramos nosso Plano de Ação Educacional (PAE), apresentado na seção 4 de nossa dissertação.

3.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Sabemos que há um vasto referencial teórico sobre as avaliações em larga escala e seu processo de criação, evolução e consolidação no Brasil.

No histórico de consolidação das avaliações em larga escala, desde a criação do SAEB no início dos anos 90 até as mais recentes alterações, como a criação do IDEB no ano de 2007, há autores que tecem críticas à implementação e consolidação das avaliações em larga escala e sua relação com a qualidade do ensino.

De acordo com Esteban; Fetzner (2015), as avaliações em larga escala reduzem o papel da escola e resumem as discussões sobre a qualidade da

educação aos indicadores de proficiência em português e matemática, como os apresentados pelo IDEB.

Outros autores relacionam suas críticas às avaliações em larga escala por sua utilização como políticas remuneratórias, vinculadas à melhoria de indicadores educacionais, ou ainda do seu uso para *ranqueamento* de escolas e responsabilização de gestores e professores.

Em nossa pesquisa, a escolha do referencial teórico ocorreu a partir da análise da ênfase que os autores deram ao uso das avaliações externas como instrumento de melhoria da qualidade da educação, notadamente no planejamento pedagógico da escola, pois esse é também um dos objetivos dos Itinerários Avaliativos.

Salientamos que não iremos desconsiderarmos as críticas dos autores que fazem outros tipos de análises, como Alavarse; Bravo; Machado (2013), mesmo concordando do uso das avaliações em larga escala como indutor da qualidade da educação, os autores evidenciam pontos negativos, como as políticas de meritocracia e responsabilização dos professores.

No geral, os autores que discutem a temática da consolidação dos sistemas de avaliações em larga escala no país, fazem uma contextualização histórica da criação do SAEB na década de 90, sob a influência de organismos internacionais e da implementação de reforma administrativa do Estado, durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Alavarse; Bravo; Machado (2013) salientam que a reforma administrativa promovida no Estado brasileiro foi baseada em premissas neoliberais, ou seja, de Estado mínimo, da descentralização, da responsabilização, da busca da eficácia e da eficiência e em critérios da economia de mercado e chega à educação com criação dos sistemas de avaliação em larga escala.

O apanhado histórico de criação dos sistemas de avaliação também é abordado por Sousa; Oliveira (2010), e assim como Alavarse; Bravo; Machado (2013) opinam que os sistemas de avaliação em larga escala surgiram em razão de mudanças na concepção de Estado e influência das agências internacionais, sob o viés de políticas neoliberais.

Outra constante crítica é sobre as políticas de avaliação em larga escala relacionadas à meritocracia, que vinculam os resultados das escolas à remuneração dos servidores da educação.

Os posicionamentos críticos mais evidentes estabelecem que os resultados das avaliações externas não devam ser utilizados como critério de incentivos financeiros, pois só aumentam as desigualdades, mas sim, devem servir para produzir informações que levem à democratização da educação (SOUSA; OLIVEIRA, 2010).

Entre as críticas ao crescimento e consolidação das avaliações em larga escala como política educacional, Silva; Coelho (2014) discorrem que as avaliações externas estão alinhadas com as políticas neoliberais e a educação é tratada como mercadoria, voltada para atender aos interesses do mercado de trabalho, formando uma massa de trabalhadores alienados.

Silva; Ribeiro; David (2011) ao apresentarem que as avaliações externas têm o objetivo de monitorar a melhoria da qualidade do ensino e racionalizar o financiamento da educação, afirmam ser essa uma tendência mundial, ancorada na influência de políticas neoliberais. Visão essa também defendida por Coelho (2008) e acrescenta que as avaliações externas foram inseridas na gestão educacional a partir de meados dos anos 90, com a criação do SAEB e do discurso de ineficácia do sistema educacional, demonstrado pelo baixo desempenho das escolas.

Bauer; Alavarse; Oliveira (2015), ao criticarem a influência dos organismos multilaterais na definição das políticas educacionais e responsabilização dos professores, cita o exemplo dos EUA, onde, de acordo com os autores, aprofundou as desigualdades regionais e que há necessidade de controle social na sua implementação.

Horta Neto (2005), ao fazer um histórico de todo o processo consolidação das avaliações externas no Brasil até a criação do SAEB, também cita a influência de organismos internacionais nesse processo.

Esteban; Fetzner (2015) ao realizarem uma crítica a esse processo salientam que a influência da política neoliberal e a criação dos sistemas de avaliação têm fracassado na promoção da melhoria da qualidade da educação. Segundo esses autores, ao contrário de promover a melhoria da qualidade da educação, têm contribuído para o aumento das desigualdades, pois produz um *ranqueamento*, desconsideram a complexidade do cotidiano das escolas e engessam e definem o conteúdo curricular, que passa a ser orientado para os objetivos das provas e assim apresentam uma visão reducionista da escola.

Os autores continuam as críticas às avaliações externas no uso dos resultados para o *ranqueamento* das escolas e que essa forma de uso produz competição entre elas, reforçam a individualidade, provocam currículos escolares homogêneos e o treinamento dos estudantes para a realização das provas (ESTEBAN; FETZNER, 2015).

Além disso, outra crítica dos autores é o uso das avaliações em larga escala para a implementação de processos de meritocracia por resultados, que só aumentam as desigualdades, geram insatisfação entre os professores e, muitas vezes, dos governos considerarem os resultados como o único critério para definir a qualidade da educação, diante de uma enorme complexidade do que é educação de qualidade (ESTEBAN; FETZNER, 2015).

Na temática qualidade da educação, alguns autores fazem uma relação entre a melhoria dos resultados nas avaliações em larga escala como sinônimo de qualidade da educação.

Sobre essa questão, Sordi (2012) faz uma crítica do uso das avaliações como parâmetro absoluto de qualidade da educação. De acordo com a autora, com a divulgação dos resultados na forma de *ranqueamento*, as escolas são induzidas à competição e esse fato acaba por prestar um desserviço à educação, pois produz a padronização das práticas pedagógicas, a responsabilização dos profissionais da educação e é necessária uma maior participação dos professores para um processo de avaliação institucional, que deve ser construído de forma participativa e plural.

Nesta mesma ótica, ao fazerem críticas às avaliações externas, Silva; Ribeiro; David (2011) afirmam que a construção dos sistemas de avaliação possui caráter reducionista e produzem a responsabilização das escolas, dos professores e dos estudantes pelo baixo desempenho e, por isso, precisam ser melhor discutidas. Porém, salientam que as avaliações externas possuem potencial importante para orientar a construção de um ensino público de maior qualidade.

Na mesma ótica de pensamento, Coelho (2008), Machado (2012), Machado; Alavarse (2014), e Soligo (2010), fazem críticas à divulgação equivocada dos resultados das avaliações externas, na forma de *ranqueamento*, que provoca a competição entre escolas e redes de ensino. Esses autores também criticam o uso das avaliações externas como a última palavra na melhoria da qualidade do ensino, submetendo os professores há uma pressão externa e perda de autonomia, pois estimula a competição entre as escolas, em uma lógica de economia de mercado.

Machado (2012) alerta do risco das avaliações externas favorecerem a meritocracia, com a culpabilização e responsabilização da escola e isso dificulta sua organização de forma democrática e que é preciso reconhecer os limites das avaliações externas, mas ressaltar suas potencialidades.

Alavarse; Bravo; Machado (2013) também criticam as políticas de meritocracia, como a vinculação dos resultados das escolas à remuneração e responsabilização dos professores.

Ferreira (2015) destaca que a política de responsabilização e vinculação dos resultados à remuneração dos servidores, não têm sido aprovadas pelos movimentos sindicais da educação, pois quebram a isonomia salarial da classe, geram competição, reduzem o currículo e ferem a autonomia das escolas.

Há ainda autores que defendem as políticas de meritocracia e responsabilização e que elas produzem a melhoria da qualidade da educação.

Por exemplo, Castro (2009) defende que a responsabilização pela melhoria dos resultados da escola, vinculada à remuneração dos professores e demais servidores, produz avanços na qualidade da educação e cita o Estado de São Paulo, que implementou essa política e produziu resultados positivos nas avaliações externas no estado.

Vários autores também questionam que as avaliações externas causam um empobrecimento curricular, tiram a autonomia da escola e dos professores e prejudicam o processo de ensino-aprendizagem, a exemplo de Bauer; Alavarse; Oliveira (2015). Estes autores consideram que as avaliações externas levam ao empobrecimento curricular, à perda de autonomia dos professores e ao processo de ensino-aprendizagem, pois direcionam as ações pedagógicas de aprendizagem dos estudantes, que passam a serem voltadas para o treinamento na realização das provas.

Mas há também autores que defendem as avaliações em larga escala e, mesmo com críticas, colocam que as mesmas podem ser um importante instrumento de planejamento das políticas públicas na educação, pois, a partir do diagnóstico da situação de aprendizagem, podem servir como base para auxiliar o trabalho pedagógico dos professores e das equipes das escolas, na busca da melhoria da qualidade da educação, mas é preciso melhorar a capacitação das equipes, tanto dos técnicos como dos professores e gestores das escolas.

Essa situação é apresentada por Bauer; Alavarse; Oliveira (2015), onde reconhecem a utilidade das avaliações externas e destacam pontos positivos como a criação de uma cultura de avaliação, transparência dos resultados e auxílio para a tomada de deliberações, além do auxílio no planejamento pedagógico dos professores e assim servirem para melhorar a qualidade da educação.

Nessa mesma linha, Deppresbiteris (2001) faz a defesa do uso das avaliações externas como instrumento de planejamento pedagógico, como levantar possíveis causas de problemas de aprendizagem e realça a necessidade de capacitação dos professores para uso das informações do desempenho dos estudantes.

Machado (2012) salienta que as avaliações externas passaram a ocupar posição de destaque na definição das políticas educacionais, mas são insuficientes para elaborar propostas de melhoria da qualidade da educação. A autora coloca que é preciso desenvolver ações que possibilitem o uso dos resultados das avaliações externas pelas equipes das escolas e assim permitir a reflexão sobre o trabalho desenvolvido e que os dados precisam ser apropriados pelo diretor e equipe pedagógica.

Ainda de acordo com a autora, as escolas têm dificuldade de compreender os resultados produzidos pelas avaliações externas e faz a defesa do seu uso como subsídio da tomada de decisões, no acompanhamento do ensino, da aprendizagem e orientação do trabalho pedagógico (MACHADO, 2012).

Machado (2012, p. 10) enfatiza ainda que “presenciamos o incremento do uso das avaliações externas e a consequente responsabilização dos estabelecimentos de ensino pelo desempenho educacional”.

A partir desse contexto, a questão da qualidade da educação passou a estar atrelada ao desenvolvimento das avaliações em larga escala, concebidas como política pública de regulação dos sistemas educacionais (MACHADO, 2012).

As avaliações externas [...] fornecem dados que, se apropriados de forma consistente, podem revigorar os contornos da escola pública que realiza a sua função social na sociedade democrática de garantir o ensino-aprendizagem para todos os seus alunos. Porém, a avaliação da escola e a reflexão sobre sua realidade não podem se esgotar nelas, que podem ser tomadas como o ponto de partida para a trajetória da escola rumo à sua avaliação institucional, que não pode prescindir de uma auto avaliação. (MACHADO, 2012, p. 79)

De acordo com Castro (2009), ocorreu uma consolidação das avaliações externas como critério de planejamento, gestão e melhoria da qualidade da educação, pois foram demonstrados os efeitos perversos da repetência e da distorção idade-série na aprendizagem.

Nesse sentido, muitos autores ao defenderem a apropriação dos resultados das avaliações externas no planejamento pedagógico, evidenciam a necessidade de capacitação dos profissionais das escolas, tais como os professores, diretores, especialistas.

Essa linha é seguida por Castro (2009), que faz uma crítica à incapacidade técnica dos gestores em aproveitar os resultados das avaliações externas como um instrumento pedagógico e de apoio às escolas.

De acordo com Ferreira (2015) e Querido (2016) o uso das avaliações externas para corrigir os rumos do planejamento pedagógico estão a serviço das discussões pedagógicas, porém há a necessidade de um processo contínuo de formação dos gestores das escolas.

Já Silva (2013), ao colocar que as avaliações externas seguem uma tendência internacional, comenta que é necessário que os resultados das avaliações externas sejam apropriados pelas escolas e não fiquem restritos aos gestores das secretarias e sua aceitação como instrumento pedagógico é cada vez maior, mas ainda faltam estudos sobre como esse uso está sendo realizado pelas escolas, restando muitas dúvidas e insegurança no seu uso como instrumento para melhorar o ensino.

Soligo (2010) justifica que o pouco uso dos dados e resultados das avaliações externas nas escolas ocorre devido à falta de treinamento para manuseio das informações. Todavia, o autor defende que as informações geradas podem contribuir para a melhoria da qualidade da educação e as avaliações externas são um importante instrumento de diagnóstico e precisam ser apropriadas pelos professores.

Conhecer e entender o uso dos resultados das avaliações externas pelas instituições parece um importante aspecto a ser investigado. Se, pela literatura, as avaliações externas ganham sentido quando subsidiam intervenções que levam às transformações e a democratização da educação, em suas dimensões de acesso, permanência e qualidade, nos parece interessante e pertinente compreender como seus resultados têm sido utilizados pelas escolas. (SILVEIRA, 2016, p. 17)

Sousa; Oliveira (2010) argumentam que as avaliações externas são indutoras da melhoria da qualidade do ensino, mas não podem se limitar apenas à verificação de aprendizagem e cita como exemplo a criação de vários sistemas estaduais de avaliação, como os de Minas Gerais e Ceará, que auxiliaram na melhoria dos indicadores educacionais.

De acordo com esses autores, o desafio é vencer a dificuldade das escolas em lerem e compreenderem os resultados das avaliações externas e, portanto, é preciso produzir materiais com linguagem mais acessível, pois o uso ainda é escasso.

Nesse ponto de vista, Silva (2017 p. 16) alega que as avaliações em larga escala:

Produzem dados e informações valiosos, tanto dos sistemas quanto das unidades de ensino, da gestão, dos professores e dos alunos. Tais informações podem se constituir em diagnóstico e subsidiar a implementação de políticas educacionais, proporcionam o acompanhamento dos indicadores de qualidade da educação ao longo dos anos e subsidiam a definição de ações, mediações e/ou intervenções voltadas para solucionar os problemas identificados nos sistemas de ensino. Além disso, podem orientar o uso dos recursos técnicos e financeiros, tendo em vista melhorar a qualidade do Sistema Educacional Brasileiro.

Machado (2012) e Machado; Alavarse (2014) corroboram com as afirmações de Silva (2017) e salientam que a escola deve promover discussões sobre os dados das avaliações em larga escala e estes são fundamentais para realização de análise dos possíveis fatores que interferem no desempenho dos estudantes, com intuito de delinear ações estratégicas e contempladas no planejamento do trabalho pedagógico, com a finalidade de garantir a aprendizagem de todos os estudantes. Assim, baseado nos autores que argumentam sobre o uso das avaliações em larga escala como instrumento de melhoria do planejamento pedagógico e da qualidade da educação, acreditamos na relevância da criação pela SEE-MG, em parceria com o CAEd, dos Itinerários Avaliativos, implementados nas escolas da rede de ensino de Minas Gerais, pois os Itinerários têm o objetivo de fazerem as escolas debaterem e analisarem os resultados das avaliações em larga escala e assim traçarem estratégias, a partir da elaboração de um Plano de Ação, para melhorar o planejamento pedagógico dos professores.

3.2 METODOLOGIA

Para desenvolvermos a proposta de estudar os Itinerários Avaliativos, no âmbito da jurisdição da 38ª SRE de Ubá, foi realizada pesquisa bibliográfica do material, na forma de arquivo digital, disponibilizado pela SEE-MG sobre os Itinerários Avaliativos e contém informações da concepção, objetivos, etapas e ações a serem desenvolvidas.

Além disso, fizemos uso dos Relatórios de Acompanhamento, encaminhados pela Superintendência de Avaliação Educacional, que contém a relação numérica das escolas que haviam cumprido ou não as etapas do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos.

Para a coleta de dados nas escolas sobre a implementação dos Itinerários Avaliativos, realizamos a aplicação de um questionário *on-line*, com o recurso do *google forms*, que foi encaminhado por e-mail aos profissionais responsáveis nas 70 escolas pertencentes à 38ª SRE de Ubá, notadamente para o Diretor Escolar e/ou Especialista da Educação Básica, o que fez um público alvo de 70 pessoas.

Sobre o questionário *on-line*, destacamos que seu formulário foi desenvolvido no *google forms* e disponibilizado e salvo no *google drive*, pois permite que o usuário recolha e organize gratuitamente as informações que são armazenadas em planilhas e visualizadas em gráficos. O *google forms* permite a criação de formulários com opções de respostas no formato múltipla escolha ou questões abertas (OLIVEIRA; JACINSKI, 2017).

Conforme apresentado por Vieira; Castro; Schuch Júnior (2010) as pesquisas realizadas por meio da *internet*, apesar de possuírem muitas vantagens para os pesquisadores, também possuem desvantagens que atuam como empecilhos durante a realização do planejamento do questionário e da coleta de dados. Porém, mesmo com as desvantagens, a tendência é que as pesquisas com uso de questionários via *e-mail* e de *websites* continuem crescendo, dado a velocidade de expansão dos usuários da *internet*.

Ainda de acordo com os autores, as pesquisas *on-line* podem ser consideradas muito semelhantes metodologicamente às pesquisas realizadas utilizando questionários auto preenchidos ou por telefone, diferindo apenas na maneira como são conduzidas.

Geralmente são usados dois meios para esse tipo de pesquisa, ou são conduzidas em uma página na *Internet* ou com o uso do *e-mail*, sendo que na primeira o instrumento de coleta de dados deve ser postado na rede para que os usuários acessem e respondam-no, já na segunda opção o instrumento é enviado para o endereço particular da pessoa, não sendo necessário que ela visite outras páginas na *Internet* (VIEIRA; CASTRO; SCHUCH JÚNIOR, 2010).

Em nossa pesquisa, a chamada para as escolas responderem ao questionário foi encaminhada por *e-mail* pela 38ª SRE de Ubá e continha as orientações para acesso ao *site* da pesquisa, que continha itens do questionário a serem respondidos, desenvolvidos no *google forms*, conforme orientação de Gil (2002).

No desenvolvimento das pesquisas realizadas de forma *on-line*, é significativo que os pesquisadores conheçam maneiras de minimizar suas desvantagens, a fim de aproveitar melhor a potencialidade dessa ferramenta, podendo assim proporcionar maiores vantagens tanto para o pesquisador quanto para o entrevistado (VIEIRA; CASTRO; SCHUCH JÚNIOR, 2010).

Uma das maneiras é conhecer melhor como os entrevistados percebem o uso dos questionários *on-line* e também o perfil dos mesmos, tornando possível planejar o instrumento de coleta de dados da maneira mais adequada às necessidades de quem irá respondê-lo (VIEIRA; CASTRO; SCHUCH JÚNIOR, 2010).

Chaer; Diniz; Ribeiro (2011) ao descreverem diversas técnicas de coleta de dados, destacam o uso do questionário entre as mais relevantes, pois é uma técnica que servirá para coletar as informações da realidade, possui baixo custo e se usado de forma correta, é um poderoso instrumento na obtenção de informações, pois a aplicação do questionário é de fácil manejo e a padronização dos dados garante uniformidade na sua tabulação.

O questionário, de acordo com Chaer; Diniz; Ribeiro (2011) pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, etc.”.

Chaer; Diniz & Ribeiro (2011) salientam que a escolha da técnica de pesquisa está intimamente ligada ao tipo de pesquisa a ser desenvolvida e precisam estar adequados ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e sua confirmação ou não.

Gil (2008, p. 121), descreve a conceituação desse método de pesquisa e destaca a definição do uso do questionário.

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

Gil (2008) também evidencia uma série de vantagens do uso do questionário como método de pesquisa, principalmente em relação ao seu uso na entrevista, para obtenção de dados. De acordo com o autor o uso do questionário

- a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio;
- b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores;
- c) garante o anonimato das respostas;
- d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais convenientes;
- e) não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado. (GIL, 2008, p. 122)

Quanto às limitações do uso do questionário citamos a exclusão de pessoas analfabetas, a impossibilidade de auxílio ao informante quando este não entende corretamente as questões, o desconhecimento das circunstâncias em que foi respondido e a necessidade de envolverem um número relativamente pequeno de perguntas, pois se muito extensos, podem não serem respondidos (GIL, 2008).

De acordo com Gil (2002) a elaboração de um questionário deve traduzir os objetivos específicos da pesquisa em questões, mas não existem normas rígidas a respeito da elaboração do questionário, mas é preciso ressaltar algumas regras, com base nas experiências dos pesquisadores.

Entre essas regras, o autor ressalta a indicação para o questionário ser preferencialmente formado por questões fechadas e envolver o maior número de alternativas possíveis, restritas ao tema proposto e formuladas de maneira objetiva. Além disso, deve contar com uma introdução que descreva as razões da pesquisa e instruções acerca do correto preenchimento das questões (GIL, 2002). Portanto, a opção de usar o questionário *on-line* como método de obtenção de dados ocorreu pela facilidade de aplicação deste instrumento na obtenção de informações, o baixo

custo e a facilidade na tabulação e padronização dos dados, o que garante uniformidade (CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2011).

Dessa maneira, com a aplicação do questionário *on-line*, foi possível averiguar como se deu o processo de realização dos Itinerários Avaliativos pelas escolas, sua utilidade, os problemas enfrentados, o cumprimento dos prazos estabelecidos, a participação dos professores e demais servidores da escola, além de levantarmos a opinião das escolas sobre esse processo.

Ademais, nosso objetivo com a aplicação do questionário *on-line* e sua respectiva tabulação e análise, foi servir de base para a elaboração do Plano de Ação Educacional (PAE) para orientar a SEE-MG e a 38ª SRE de Ubá, promoverem adaptações e melhorias na continuidade do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos na rede estadual de Minas Gerais e, de forma específica, nas escolas vinculadas à área de jurisdição da 38ª SRE de Ubá.

3.3 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

O questionário *on-line*, inicialmente previsto para ser aplicado nas 70 escolas vinculadas à 38ª SRE de Ubá, foi aplicado em 69 escolas. Ocorre que em uma das escolas, a E.E. Cândido Martins de Oliveira, foi transferida sua gestão para o comando da Polícia Militar de Minas Gerais, com a criação de uma unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar (DEEAS, 2017). Com isso, a escola deixou de seguir as diretrizes da SEE-MG e, conseqüentemente, do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos.

Nesse sentido, nosso universo de pesquisa está relacionado às 69 escolas que fazem parte da 38ª SRE de Ubá e responderam ao questionário *on-line* encaminhado.

No contexto geral, ao utilizarmos o questionário *on-line* nas escolas para obtenção de dados, reafirmamos o objetivo em levantarmos quais seriam, na visão da escola, a utilidade e importância dos Itinerários Avaliativos, as dificuldades encontradas para cumprir o passo a passo das ações, como por exemplo, a realização de reuniões, o preenchimento de formulários e o lançamento das informações na plataforma *on-line*.

Também foram pesquisadas outras dificuldades, como o cumprimento ou não dos prazos estabelecidos, a elaboração e execução do Plano de Ação, a

participação e envolvimento dos servidores da escola e, principalmente, se os Itinerários Avaliativos foram capazes de promover o debate sobre os resultados das avaliações em larga escala e seu uso na orientação do planejamento pedagógico dos professores.

Posto isto, nesta seção faremos a análise das respostas das escolas. No total, o questionário aplicado possui 11 itens, com questões de múltipla escolha e também descritiva, que possibilitaram coletarmos as opiniões das escolas sobre as dificuldades encontradas, utilidade e cumprimento de prazos do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos.

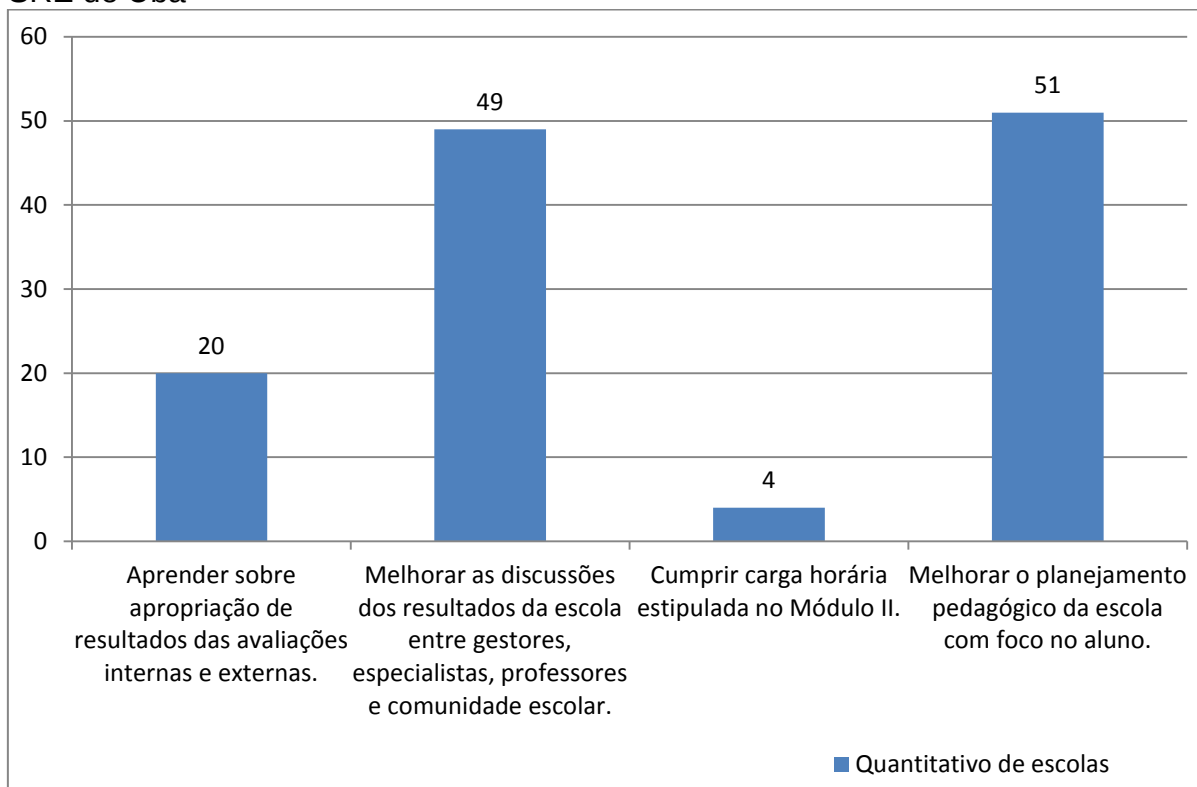
O questionário elaborado, com os 11 itens e as respectivas alternativas de cada um deles, apresentadas para as escolas responderem, estão contidos no Apêndice A, ao final da dissertação.

No encaminhamento do questionário *on-line* às escolas por *e-mail*, realizado pela 38ª SRE de Ubá, foi acrescentado uma introdução no corpo do *e-mail* que descrevia os objetivos da pesquisa e orientações para acesso ao questionário, conforme orientação de Gil (2002).

Com relação aos itens do questionário, após sua aplicação nas escolas, realizamos a tabulação dos resultados, apresentados na forma de gráficos e quadros, com suas respectivas análises e relação com nosso referencial teórico.

Portanto, em relação ao item 1 do questionário, levantamos a opinião das escolas sobre a utilidade mais relevante dos Itinerários Avaliativos e as respostas estão representadas no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Utilidade dos Itinerários Avaliativos segundo as escolas vinculadas à 38ª SRE de Ubá



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da tabulação do questionário aplicado às escolas vinculadas à 38ª SRE Ubá (2019).

Ao analisarmos as respostas apresentadas pelas escolas e demonstrada no Gráfico 1 podemos observar que as mesmas entenderam que os Itinerários Avaliativos possuem como maior utilidade, a melhoria do planejamento pedagógico, com foco no aluno, seguida da utilidade de melhorar as discussões dos resultados entre gestores, especialistas, professores e comunidade escolar.

Além dessas, em menor número, as escolas disseram que os Itinerários Avaliativos são úteis para a equipe escolar aprender sobre a apropriação de resultados das avaliações internas e externas e apenas 4 escolas disseram que os Itinerários Avaliativos são úteis para fazerem os servidores cumprirem a carga horária do Módulo II³.

Além das opções apresentadas às escolas no item 1 do questionário, foi disponibilizado um espaço para que as mesmas pudessem descrever uma ou mais utilidade dos Itinerários Avaliativos que julgassem importantes, apresentada no Quadro 14.

³Carga horária de trabalho extra classe, definida pelo DECRETO 46125, DE 04/01/2013, que regulamenta dispositivos da Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004 (MINAS GERAIS, 2013).

Quadro 14 – Utilidade dos Itinerários Avaliativos apresentados pelas escolas vinculadas à 38ª SRE de Ubá

1	Cooperação de toda a comunidade escolar
2	Identificar os problemas da Escola pela visão da comunidade escolar.
3	Educação Inclusiva
4	Interação Família x Escola x Comunidade
5	Consolidação do processo de aprendizagem.
6	Apropriação dos resultados das avaliações.
7	Otimizar o planejamento curricular e os métodos de avaliações. Através do diagnóstico foi possível analisar o perfil da escola através das suas características. Priorizar o que realmente importa baseado nas demandas da escola para ajudar no processo de ensino e aprendizagem.
8	Resultados da escola, discussão e apropriação de resultados das avaliações internas e externas.
9	Fazer com que todos conheçam melhor a realidade da escola.
10	Discutir o projeto político pedagógico da escola.
11	Levantamento de problemas que servem de base para reelaboração do PPP.
12	Reconhecer dificuldades existentes no processo de aprendizagem e administração da escola e implementar mudanças que possam melhorar os processos.
13	Melhorar o planejamento pedagógico da escola.
14	Reavaliar a proposta pedagógica da escola, possibilitando sua reconstrução.
15	Participação dos responsáveis no ambiente escolar, capacitar os profissionais, intervenções pedagógicas diferenciadas.
16	Envolvimento de toda a comunidade escolar.
17	Conhecer a escola como um todo.
18	A importância do repensar da prática pedagógica cabendo principalmente ao especialista mediar este processo no espaço escolar, como o apoio da direção e demais membros da comunidade escolar.
19	Reavaliar os pontos positivos e modificar os negativos, tendo assim uma ideia mais ampla para o desenvolvimento do plano de ação.
20	A construção dos itinerários possibilita maior participação dos funcionários da escola e comunidade escolar, rever o planejamento de sala e questões comportamentais dos alunos.
21	Os Itinerários Avaliativos proporcionaram momentos de discussões, reflexões e análises das ações da escola, bem como revelou a importância da participação da comunidade escolar.
22	Conhecer mais o PPP, mais interação entre todos na escola.
23	Estudo e pesquisa.
24	Melhorar a relação entre escola e comunidade escolar, melhorar as discussões dos resultados da escola entre gestores, especialistas, professores e comunidade escolar, discutir temas importantes no contexto escolar, para que sejam planejadas ações a serem trabalhadas em forma de projetos que envolvam professores, alunos e comunidade escolar.
25	Conhecer mais sobre a escola e fazer um plano de ação executável para melhorar a escola em todos os sentidos.

26	Elaborar o PPP, documento este que norteará o processo ensino aprendizagem.
27	Importante para promover discussão sobre pontos relevantes na melhoria do processo educacional da escola.
28	É um processo norteador para a aprendizagem dos alunos e melhoria na qualidade de ensino.
29	Promover a reflexão dos alunos sobre assuntos relacionados ao cotidiano da escola. Conscientização da Equipe Escolar em relação a gestão participativa. Avaliação das práticas pedagógicas no intuito de melhorar o aprendizado.
30	Os Itinerários Avaliativos contribuem para a construção do Projeto Político Pedagógico de forma a assegurar melhorias de ensino-aprendizagem dos estudantes.
31	Direcionar o Projeto Político Pedagógico da Escola com o objetivo de melhorar os rendimentos dos alunos na aprendizagem e estreitar laços com a comunidade escolar.
32	A conscientização da comunidade (em torno) a trabalhar junto com a escola.
33	Levantar dados importantes sobre a situação da escola em todos os setores; apresentar possíveis soluções e estipular metas.
34	Propiciar precioso momento de reflexão a respeito do desafio que está colocado para nós em uma escola localizada no distrito com custoso acesso por estrada rural mal preservada, cujos professores em sua totalidade residem fora da comunidade do entorno.
35	Possibilita implementar práticas pedagógicas diversificadas de acordo com a realidade da escola.
36	Através dos Itinerários aprofundamos mais nas mudanças para conseguir atingir nossos objetivos.
37	Envolvimento de todos nas questões pedagógicas, estudos do novo currículo, proximidade à realidade da escola.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da tabulação do questionário aplicado às escolas vinculadas à 38ª SRE Ubá (2019).

De acordo com o Quadro 14, do total de 69 escolas que responderam ao questionário, 37 delas entenderam que havia outras utilidades dos Itinerários Avaliativos, além daquelas apresentadas no item 1 do questionário.

Ocorre que ao analisarmos as respostas apresentadas pelas escolas, notamos que estão relativamente próximas às opções de alternativas já disponibilizadas no item 1, com a concentração de respostas relacionadas à utilidade dos Itinerários Avaliativos como instrumento de proporcionar momentos de discussão dos problemas da escola junto à comunidade escolar, de melhorar o planejamento pedagógico e de refletirem sobre a situação da aprendizagem dos estudantes, a partir dos resultados das avaliações em larga escala.

Nesse sentido, destacamos que o entendimento da escola sobre a utilidade dos Itinerários Avaliativos, de melhorar o planejamento pedagógico e discutir sobre os resultados da escola, corresponde à apresentada por Bauer; Alavarse; Oliveira (2015), que reconhecem a utilidade das avaliações externas e destacam seu auxílio para a tomada de deliberações e apoio no planejamento pedagógico dos professores, dando-lhes pistas sobre o que e quando ensinar aos estudantes.

Além disso, ainda de acordo com esses autores, as avaliações em larga escala geram informações que ficam disponibilizadas para os professores e as escolas e podem apoiar a tomada de decisões em seu interior (BAUER; ALAVARSE; OLIVEIRA, 2015).

Deppresbiteris (2001), assim como na percepção das escolas, faz a defesa do uso das avaliações externas como instrumento de planejamento pedagógico, levantar possíveis causas de problemas de aprendizagem e salienta a necessidade de capacitação dos professores para uso das informações do desempenho dos estudantes.

Ainda de acordo com Quadro 14, dentre as 37 escolas que entenderam haver outra utilidade para os Itinerários Avaliativos, 6 delas descreveram que os Itinerários Avaliativos são úteis para contribuir na reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP) e assim assegurar melhorias no processo de ensino-aprendizagem e de rendimento dos estudantes. Destacamos esse apontamento apresentado pelas escolas, pois será objeto de uma das ações propostas no nosso PAE.

Já no item 2 do questionário aplicado nas escolas, nosso objetivo foi levantar as dificuldades apresentadas pelas mesmas na utilização dos Itinerários Avaliativos.

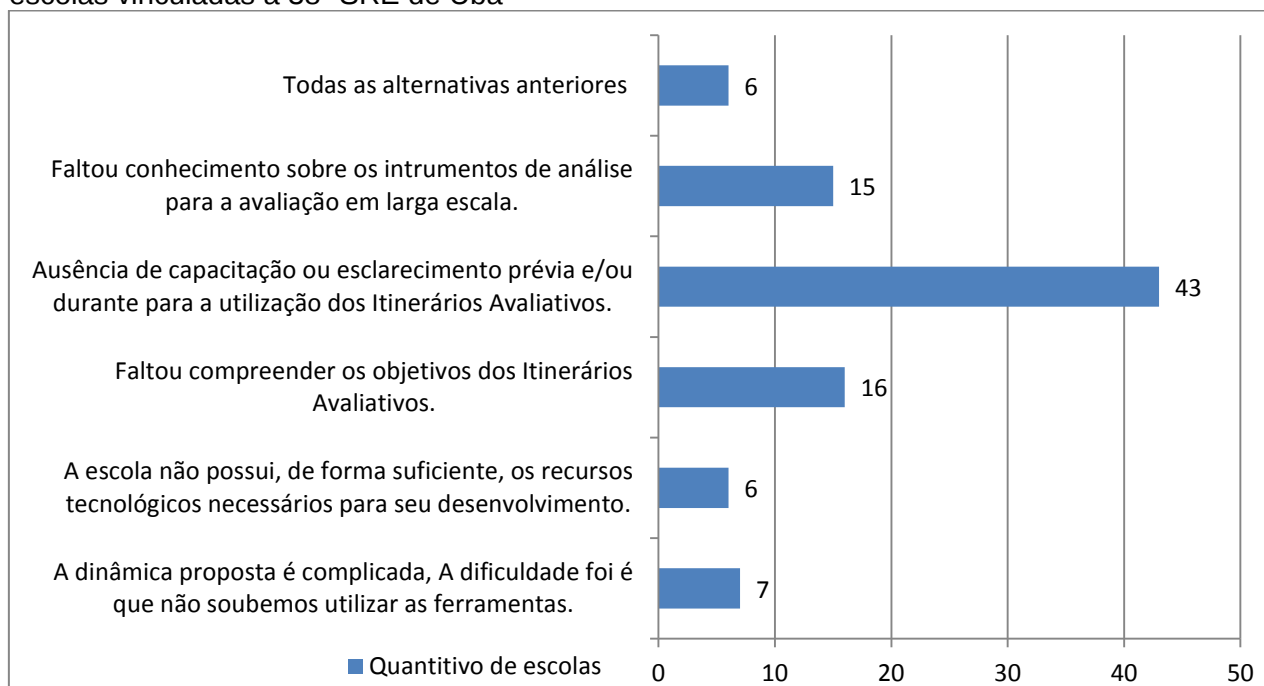
Para fazermos esse levantamento, o item 2 apresentou 5 alternativas às escolas. A primeira alternativa estava relacionada à dinâmica proposta, se, na visão da escola, ela era complicada, ou seja, se a dificuldade foi não saber utilizar as ferramentas disponíveis dos Itinerários Avaliativos. A segunda alternativa do item 2 era relacionada a levantarmos se as escolas possuíam, de forma suficiente, os recursos tecnológicos necessários para o desenvolvimento dos Itinerários Avaliativos.

Além dessas, uma terceira alternativa era levantarmos se faltou à escola compreender os objetivos dos Itinerários Avaliativos. Já a quarta alternativa disponível no item 2 do questionário, o objetivo era levantarmos se ocorreu uma ausência de capacitação ou esclarecimento prévio durante a utilização dos Itinerários Avaliativos. Na quinta alternativa, o objetivo foi sabermos se faltou conhecimento para análise dos resultados da avaliação em larga escala.

Além disso, dentre as alternativas propostas no item 2 do questionário, a escola tinha ainda a opção de escolher todas as alternativas anteriores.

Em relação às dificuldades que as escolas tiveram para utilização dos Itinerários Avaliativos levantadas pelo item 2 do questionário, os resultados estão no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Dificuldades para utilização dos Itinerários Avaliativos apresentados pelas escolas vinculadas à 38ª SRE de Ubá



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da tabulação do questionário aplicado às escolas vinculadas à 38ª SRE Ubá (2019).

Ao analisarmos o Gráfico 2, percebemos a escolha da alternativa que apresenta como maior dificuldade para utilização dos Itinerários Avaliativos a “Ausência de capacitação ou esclarecimento prévio e durante o processo de implementação dos Itinerários Avaliativos”, citado por 43 escolas, seguido da dificuldade que “Faltou compreender os objetivos dos Itinerários Avaliativos”, citado por 16 escolas.

Essa situação, de ausência de capacitação, é apontada por muitos autores que, ao defenderem a apropriação dos resultados das avaliações externas e no planejamento pedagógico, destacam a necessidade de capacitação dos profissionais das escolas, tais como os professores, diretores, especialistas.

Essa linha é seguida por Castro (2009), quando faz uma crítica à incapacidade técnica dos gestores em aproveitar os resultados das avaliações externas como um instrumento pedagógico e de apoio às escolas.

Já Ferreira (2015) e Querido (2016) reforçam a defesa do uso das avaliações externas para corrigir os rumos do planejamento pedagógico e das avaliações externas e estarem a serviço das discussões pedagógicas, reafirmando a necessidade de um processo contínuo de formação dos gestores das escolas.

Querido (2016) salienta ainda que diante da complexidade que envolve a gestão dos resultados, justifica-se a necessidade de um constante trabalho formativo junto às escolas, como estratégia para ampliar os conhecimentos e habilidades para realizar uma boa gestão dos resultados das avaliações em larga escala no contexto escolar. Portanto, dentre as dificuldades apresentadas pelas escolas, de ausência de capacitação para compreensão dos Itinerários Avaliativos, do desconhecimento dos instrumentos para análise dos dados das avaliações em larga escala, aliadas às afirmações dos autores citados, demonstram a necessidade de uma ação de formação continuada para os profissionais das escolas sobre esses temas.

As escolas também citaram que a dinâmica proposta pelos Itinerários Avaliativos é complicada, o que também evidencia a necessidade de um processo de formação continuada para os profissionais envolvidos nas ações de implementação dos Itinerários Avaliativos.

Além das opções apresentadas no item 2 do questionário, as escolas tinham a opção de descreveram outras dificuldades encontradas. A descrição das dificuldades apresentadas pelas escolas está demonstrada no Quadro 15.

Quadro 15 – Dificuldade de utilização dos Itinerários Avaliativos apresentado pelas escolas vinculadas à 38ª SRE de Ubá

1	Pouco tempo de atuação frente aos atores da educação. Prazos pequenos para discussões, atividades e registros.
2	O tempo estipulado para a grande demanda de levantamento dos dados e encontros com os envolvidos é insuficiente para se fazer um trabalho bem elaborado. O trabalho deveria ser de longo prazo para um melhor resultado.
3	Curto prazo para realização dos itinerários.
4	A plataforma estava sempre indisponível.
5	Não há dificuldade.
6	Método e modus operandi.
7	Inconsistência do programa e prazos para a execução do mesmo.
8	Tempo curto para realização de cada itinerário devido a outras demandas da escola.
9	Pouco prazo para levantar os dados pedidos nos formulários e abertura demorada dos itinerários.
10	Achamos muito extenso.
11	O que identificamos como dificuldade e que coloca em risco sua implementação, esta relacionado ao pouco tempo para execução das etapas, por considerarmos ser um processo mais complexo, cujo tempo para estudo deveria ser bem maior do que foi proposto.
12	A participação da família na escola, o resultados das avaliações externas.
13	A dificuldade foi reunir todos os professores, visto que, muitos trabalham em outras escolas.
14	Maior participação da comunidade escolar.
15	O que consideramos uma dificuldade na elaboração dos itinerários é a falta de instrução de como utiliza-los, mas ao ligarmos para a SRE conseguimos as orientações.
16	Período de tempo curto entre um Itinerário e outro; Dificuldades para acessar o site (problemas técnicos).
17	Ser mais claro nos objetivos propostos, ter acesso à inserção aos itinerários.
18	Falta de capacitação.
19	Habituar-se a utilizar os dados do SIMAVE para traçar estratégias para melhorar o desempenho de nossos alunos, trabalhar mais efetivamente temas com racismo, preconceito, discriminação, respeito à diversidade e cultura africana, mais efetivamente.
20	Muito prolongado.
21	Falta de alguns instrumentos de análise, para dar continuidade aos trabalhos.
22	Nossa maior dificuldade é a questão de organização e otimização do tempo para atender a tantas demandas diversas que temos na nossa escola e poucos recursos humanos para isso.
23	A plataforma onde inserimos os itinerários é inconstante, uma vez que tivemos que refazer o serviço várias vezes e todo o trabalho eram perdidos.
24	É um documento que durante a construção exige muito tempo o que interfere em outras atividades não realizadas, relacionadas à aprendizagem dos alunos.
25	O tempo do professor é pouco, devido ao grande nº de projetos que deve ser desenvolvido.
26	Promover a participação de pais.

27	No itinerário 9 havia discussões que abordavam o Currículo Referência de Minas Gerais e até então, não tinham sido ofertadas capacitações para nortear o trabalho.
28	Tempo disponível para as reuniões.
29	Na verdade os próprios responsáveis pelos itinerários não liberaram dentro do prazo estabelecido; há demora; não há maiores explicações; devolutivas que chegam em cima da hora.
30	Algumas perguntas não tinham relevância para o contexto da escola ou faltaram perguntas relativas diretamente ao nosso contexto.
31	Em linhas gerais, a maior dificuldade esta em reunir toda força de trabalho pedagógico da escola.
32	Fazer com que a família participe mais.
33	No decorrer dos estudos sobre os itinerários e durante as conversas com os professores, constatamos a carência da escola em treinamentos e capacitações para a prática em sala de aula.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da tabulação do questionário aplicado às escolas vinculadas à 38º SRE Ubá (2019).

Ao analisarmos a descrição das respostas das escolas no Quadro 15, como maior dificuldade de utilização dos Itinerários Avaliativos, predominam as citações de tempo curto para realização das atividades, ausência de capacitação prévia, dificuldades de acesso e inconstância da plataforma dos Itinerários Avaliativos.

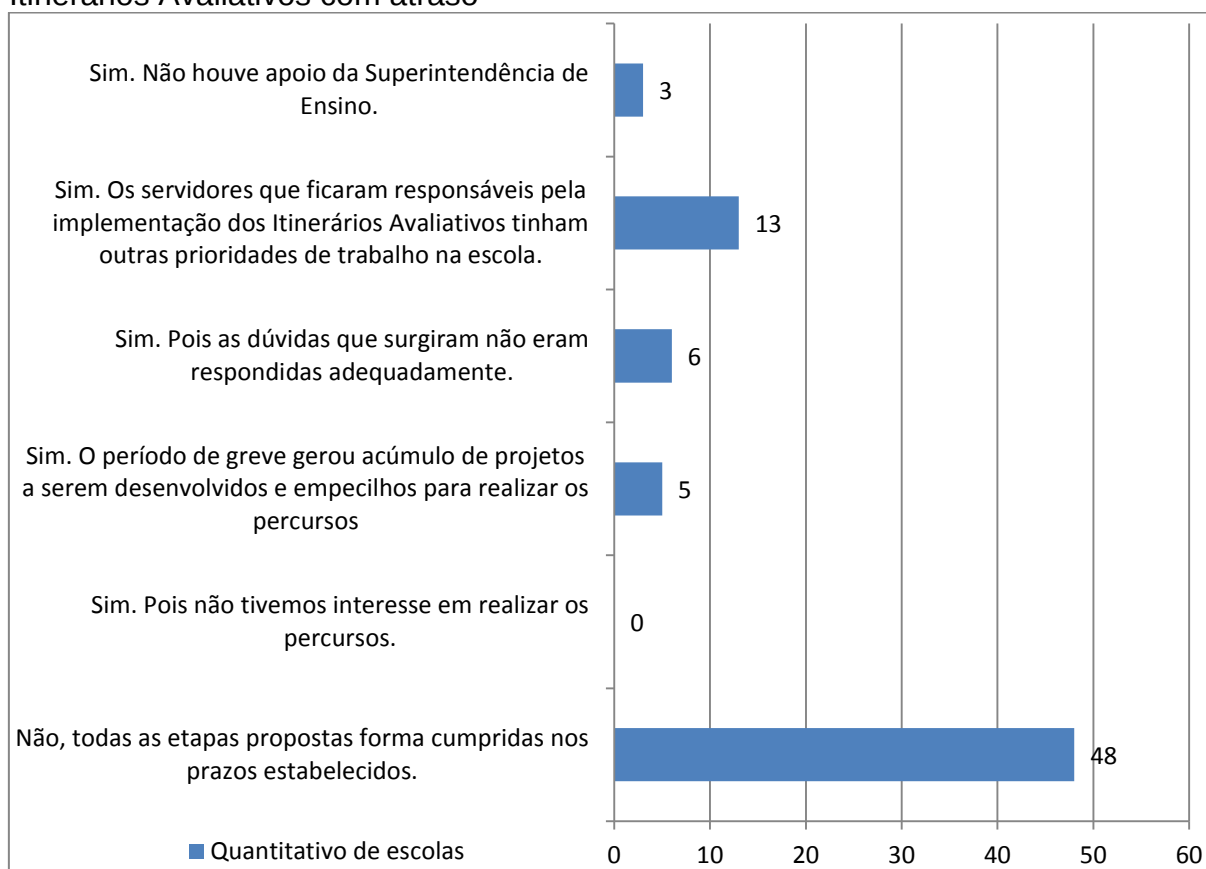
Mapear as dificuldades nos levou a formularmos o item número 3 do questionário, com objetivo levantar o quantitativo de escolas que realizaram os percursos propostos pelos Itinerários Avaliativos com atraso e o motivo desse atraso.

Nesse item as escolas tinham a opção de escolherem 6 alternativas de respostas, relacionadas ao cumprimento dos prazos de implementação dos Itinerários Avaliativos.

As primeiras 5 opções estavam relacionadas às justificativas das escolas que não conseguiram cumprir os prazos. Já última opção estava relacionada às escolas que cumpriram os prazos estabelecidos

O resultado da tabulação do item 3 do questionário está representado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Escolas vinculadas à 38º SRE de Ubá que realizaram os percursos dos Itinerários Avaliativos com atraso



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da tabulação do questionário aplicado às escolas vinculadas à 38º SRE Ubá (2019).

Na análise do Gráfico 3, as opções existentes que justificaram o atraso no cumprimento dos prazos de implementação dos itinerários Avaliativos, disponíveis nas alternativas do item 3, estão relacionados à escola não ter interesse em realizar os percursos, do período de greve que gerou acúmulo de projetos a serem desenvolvidos e empecilhos para realizar os percursos, da existência de dúvidas que surgiram e não eram respondidas adequadamente, dos servidores que ficaram responsáveis pela implementação dos Itinerários Avaliativos mas tinham outras prioridades de trabalho na escola e que não houve apoio suficiente da SRE ou da SEE-MG.

Dentre as alternativas apresentadas no item 3, representada no Gráfico 3, 48 escolas disseram que não houve atrasos na implementação das etapas dos Itinerários Avaliativos, que correspondem a 69,6% do total de escolas.

Outras 13 escolas disseram que sim, houve atraso na implementação dos Itinerários avaliativos e justificaram o atraso em razão dos servidores que ficaram

responsáveis pela implementação dos Itinerários Avaliativos terem outras demandas de trabalho e projetos da SEE-MG para serem desenvolvidos e correspondem a 18,8% do quantitativo de escolas.

Além dessas, 6 escolas disseram que realizaram o processo de implementação dos Itinerários Avaliativos em atraso em função das dúvidas que surgiram e não eram respondidas adequadamente, que correspondem a 8,7% do total de escolas.

Outro motivo utilizado pelas escolas para justificarem o atraso na implementação dos Itinerários Avaliativos foi o período de greve, que gerou acúmulo de projetos a serem desenvolvidos e empecilhos para realizar as ações previstas nos Itinerários Avaliativos, motivo esse indicado por 5 escolas, que correspondem a 7,2% do total de escolas.

Apenas 3 escolas, que correspondem a 4,3% do total, disseram que realizaram os Itinerários Avaliativos em atraso, pois não houve apoio da Superintendência de Ensino.

Finalmente, nenhuma das 69 escolas que responderam a este item do questionário disse que não realizaram o percurso dos 16 Itinerários Avaliativos em função do desinteresse em realizá-lo. Assim como nos itens 1 e 2 do questionário, também foi deixado uma opção para que as escolas pudessem descrever outros motivos para a realização dos Itinerários Avaliativos em atraso e estão apresentados no Quadro 16.

Quadro 16 – Motivos apresentados pelas escolas vinculadas à 38ª SRE de Ubá, para realização das etapas dos Itinerários Avaliativos em atraso

1	Muitas dúvidas e plataforma que não abriam para os registros necessários.
2	O acúmulo de projetos no decorrer do ano dentro de uma escola dificulta, e muito, para realizar em tempo hábil. O Estado deveria definir alguns projetos como prioritário em cada ano letivo, pois são inúmeros projetos em um único ano letivo e acaba que os mesmos não são realizados em sua excelência.
3	Inconsistência na plataforma.
4	Má vontade dos servidores.
5	Erros na plataforma do curso geraram dificuldades.
6	Dificuldade de atender as sequências de eventos propostos.
7	No prazo estabelecido, quando o sistema liberava.
8	O que ocorreu é que às vezes inseríamos os dados na plataforma dos itinerários em atraso porque a mesma não estava aberta para preenchimento no prazo estabelecido. Mas as reuniões foram feitas dentro do prazo.
9	Atrasos na plataforma para abertura dos Itinerários, demanda de assuntos importantes a ser desenvolvido ao mesmo tempo em que era preciso realizar a discussão dos Itinerários.
10	Achamos que muitos dados ali presentes já estavam no sistema de monitoramento e poderiam não ser "pedidos" nos relatórios e sim somente utilizados para a reunião. O próprio sistema já poderia ter migrado os dados. Os formulários eram extensos e cansativos de serem preenchidos.
11	As etapas foram cumpridas no prazo estabelecido, porém tivemos que solicitar a reabertura dos Itinerários para que pudéssemos realizar a correção dos pontos de melhoria.
12	Nossa escola situa-se na zona rural e devida a algumas particularidades da comunidade os encontros não aconteciam nas datas previamente agendadas.
13	As etapas propostas só não foram enviadas na data por motivo do sistema estar indisponível.
14	O Itinerário foi feito dentro do prazo, mas a plataforma de envio estava fechada.
15	Houve atraso para inserir os dados, pois o sistema estava falho.
16	Não houve atraso.
17	Não se aplica.
18	Não teve atraso.
19	A Supervisora anterior tirou licença, por este motivo acumulou os serviços, gerando transtornos e atraso de envio.
20	Não houve atrasos praticamente, somente por causa de problemas de correções nas inconsistências do sistema realizadas pelo próprio CAEd, quando a plataforma do sistema ficava fechada, impedindo a inserção de dados nas datas previstas.
21	Nenhum.
22	Muitas outras prioridades no dia a dia do trabalho pedagógico.
23	Vencemos as atribuições propostas nos itinerários nos prazos limite, mesmo assim, realizando lançamentos à noite, vencidos o

	horário de trabalho para que fossem possíveis tais realizações, devido às várias demandas a serem atendidas pela escola no transcorrer do horário de trabalho.
24	Nenhum.
25	A plataforma não abria na data certa.
26	O cronograma é muito apertado para execução do Itinerário em tempo hábil, aliado também a outras demandas que surgem durante o processo, dificultando o cumprimento dos prazos.
27	Não houve atraso em responder os questionamentos do curso, porém houve sim uma demora dos Itinerários está aberto para a realização de tal atividade.
28	Havia atrasos para liberar a plataforma dos Itinerários Avaliativos. Algumas vezes, o campo dos Itinerários era preenchido e salvo, mas não constava o lançamento das respostas no sistema, o que gerava atrasos, pois tínhamos que lançar tudo novamente.
29	A plataforma utilizada para inserir os resultados estava sempre em atraso em relação ao cronograma e as datas propostas nem sempre em acordo com o cotidiano da escola.
30	Dúvidas, tempo para reunir.
31	Não foi liberado dentro do prazo estabelecido; demorada; não há maiores explicações; devolutivas que chegam em cima da hora, além de muita demanda de trabalho. Assim, tanto a escola quanto a SRE/Ubá ficaram sem o devido apoio da SEE-MG.
32	Problemas no site que atrasaram alguns lançamentos.
33	Os itinerários foram criados de uma forma muito generalizada e não estão adequados à realidade do(s) CESEC(s).
34	A falta de prévio preparo para o pessoal da escola que desenvolveu os itinerários com os colegas de trabalho.
35	Quando teve atraso foi realmente por ter que atender grandes demandas de projetos.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da tabulação do questionário aplicado às escolas vinculadas à 38ª SRE Ubá (2019).

Na análise do Quadro 16, do total de 69 escolas que responderam ao questionário aplicado, 35 delas utilizaram o espaço disponível nesse item do questionário para descreverem outros motivos que poderiam justificar o atraso no cumprimento do cronograma previsto de implementação dos Itinerários Avaliativos.

Dos motivos descritos pelas escolas, a maior parte deles já estavam relacionados aos mesmos que foram disponibilizados no item 3, como a existência de outras demandas de trabalho.

Várias escolas reforçaram essa argumentação e, de acordo com as mesmas, o acúmulo de projetos no decorrer do ano letivo dificultava a realização em tempo hábil e que o estado deveria definir alguns projetos como prioritários em cada ano letivo. Ainda de acordo com essa justificativa do atraso, segundo as escolas, o acúmulo de inúmeros projetos em um único ano letivo resulta que os mesmos não são realizados em sua excelência.

Além dessa justificativa, as escolas também reafirmam que os atrasos ocorreram em função da ausência de capacitação, do prazo curto para cumprir as etapas e o período de greve ocorrido no momento de implementação dos Itinerários Avaliativos.

Um motivo que não constava dentre as alternativas propostas pelo item do questionário, foi o atraso justificado em função de problemas no acesso à plataforma *on-line* dos Itinerários Avaliativos, como o atraso na abertura da plataforma para lançamentos, atraso nas devolutivas, sistema *on-line* indisponível ou inconsistência da plataforma, citado por 15 escolas.

Várias escolas citaram que os atrasos ocorrem em função de problemas na liberação do acesso à plataforma dos Itinerários Avaliativos. Outras citaram que, algumas vezes, o campo dos Itinerários era preenchido e salvo, mas não constava o lançamento das respostas no sistema, o que gerava atrasos, pois a ação teria que ser lançada novamente.

Pela relevância do quantitativo de citações pelas escolas na aplicação do questionário sobre problemas de inconsistência da plataforma *on-line* dos Itinerários Avaliativos entre outras dificuldades descritas relacionadas à plataforma, essa situação será objeto de nosso PAE e descrito na seção 4 de nossa dissertação.

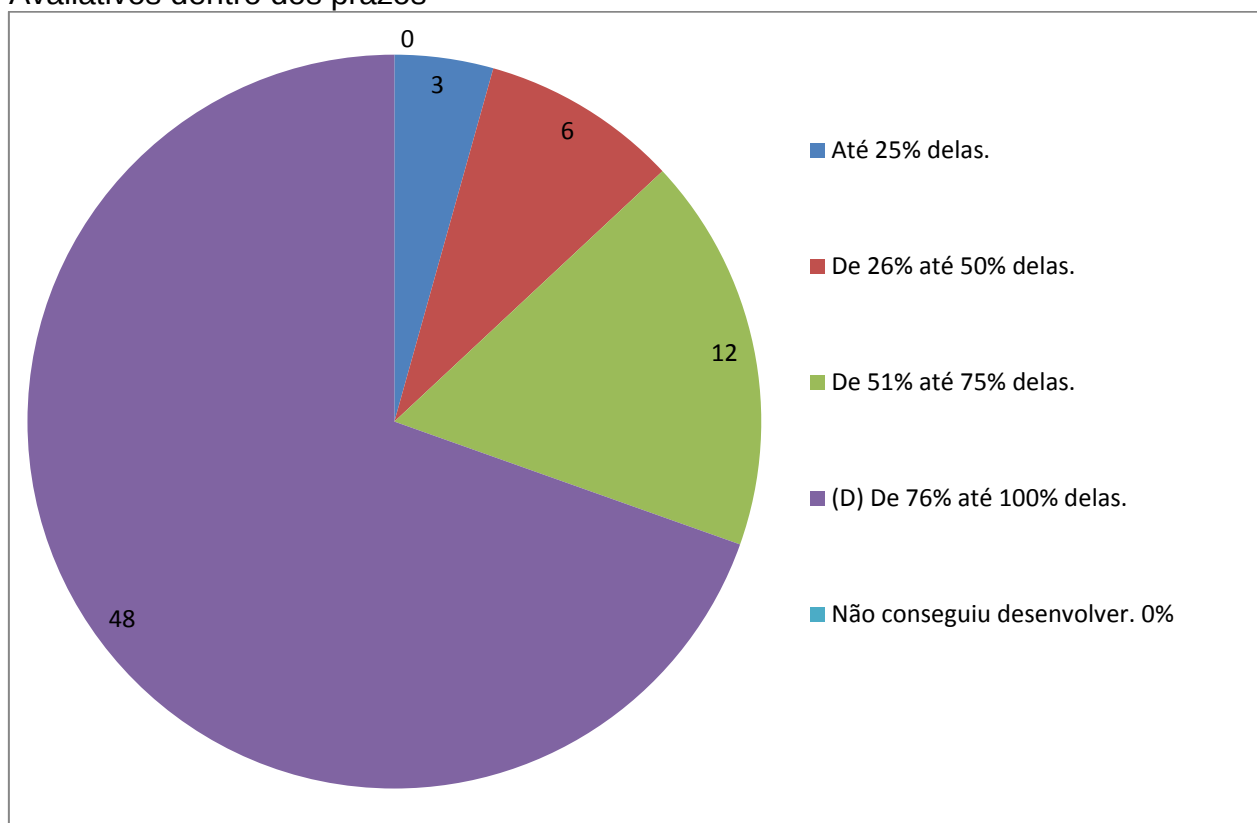
Ainda referente ao item 3 do questionário, das escolas que descreverem os motivos do atrasos, várias delas reafirmaram que não ocorreram atrasos, apesar dessa alternativa já constar dentre as existentes no item 3.

Com relação ao item 4 do questionário, o objetivo foi levantar o percentual de atividades e discussões propostas pelos Itinerários Avaliativos que a escola considera que conseguiu desenvolver dentro dos prazos.

Esse item do questionário possui 5 gradações de alternativas para as escolas escolherem. As gradações eram variáveis de 0% para escolas que não conseguiram desenvolver nenhuma atividade proposta, seguida das gradações de até 25%, entre 26% e 50%, de 51% a 75% e finaliza com a gradação de 76% a 100% de atividades e discussões propostas pelos Itinerários Avaliativos que as escolas conseguiram fazer dentro dos prazos estipulados.

A tabulação desse item do questionário está representada no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Percentagem das escolas, vinculadas à 38º SRE de Ubá, que conseguiram desenvolver as atividades e discussões propostas pelos Itinerários Avaliativos dentro dos prazos



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da tabulação do questionário aplicado às escolas vinculadas à 38º SRE Ubá (2019).

Na análise do Gráfico 4, do total de 69 escolas que responderam a este item do questionário, a maioria delas, 48 escolas, disseram que conseguiram desenvolver as atividades e discussões propostas pelos Itinerários Avaliativos dentro dos prazos

estabelecidos, ou seja, entre 76% e 100%, que correspondem a 69,6% do total de escolas.

Já na faixa de cumprimento dos prazos de 51% a 75%, 12 escolas disseram que cumpriram esse percentual, o que correspondem a 17,4% do total de escolas que responderam ao questionário.

Portanto, se somarmos essas duas faixas propostas no item 4, teremos um quantitativo de 60 escolas que disseram que conseguiram desenvolver mais de 50% das atividades e discussões propostas pelos Itinerários Avaliativos, dentro dos prazos previstos, que correspondem a 86,9% do total de escolas que responderam a este item do questionário.

Com isso, podemos dizer que as escolas cumpriram de forma satisfatória os prazos previstos para desenvolverem as atividades e discussões propostas pelos Itinerários Avaliativos, apesar das dificuldades apresentadas.

Além dessas gradações citadas, o item 4 apresentou mais três. Uma gradação entre 26% a 50%, tendo 6 escolas que alcançaram esses percentuais de conseguirem desenvolver as atividades e discussões propostas pelos Itinerários Avaliativos dentro dos prazos, que correspondem a 8,7% do total.

Já dentro da gradação de até 25%, tivemos apenas 3 escolas que disseram que conseguiram desenvolver as atividades e discussões propostas pelos Itinerários Avaliativos dentro dos prazos, que correspondem a 4,3% do total de escolas que responderam ao questionário.

Finalmente, dentro item 4 do questionário, havia a opção da escolas não terem conseguido desenvolver nenhum dos percursos previstos dos Itinerários Avaliativos.

Nessa alternativa, nenhuma escola escolheu, ou seja, significa que todas elas haviam iniciado a implementação dos Itinerários Avaliativos.

Após iniciado a implementação dos Itinerários Avaliativos, as escolas deveriam seguir uma série de percursos e etapas, no total de 16 Itinerários Avaliativos, como a montagem de apresentação para as reuniões, preenchimento de formulários e registro das atividades na plataforma *on-line* dos Itinerários Avaliativos.

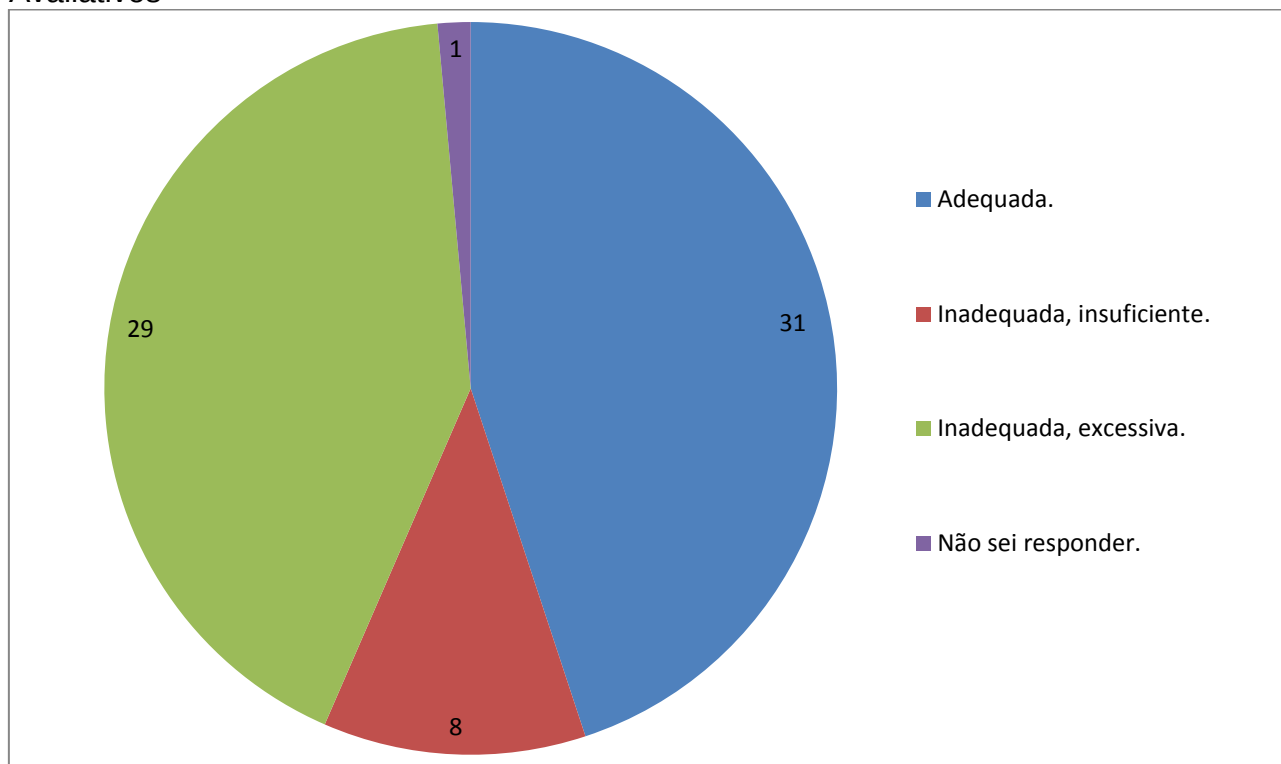
Para levantarmos se, na visão da escola, as ações propostas pelos Itinerários Avaliativos sobre a quantidade de reuniões, preenchimento de formulários e apresentações foram Adequadas ou Inadequadas (insuficientes ou excessivas), apresentamos às escolas o item 5 do questionário.

Neste item as escolas tinham 4 opções de escolha. Uma se considerassem que as ações contidas nos Itinerários Avaliativos eram adequadas em relação ao número de reuniões, preenchimento de formulários e apresentações para envio na plataforma *on-line*.

Outra opção se as escolas considerassem essas mesmas ações eram inadequadas, insuficientes e ainda uma terceira opção se as escolas considerassem inadequadas, excessiva. Além dessas, havia uma quarta opção, caso as escolas julgassem que não saberem responder a esse item do questionário.

A tabulação desse item do questionário está representada no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Visão das escolas, vinculadas à 38ª SRE de Ubá, sobre a quantidade de reuniões, preenchimento de formulários e apresentações propostas nos Itinerários Avaliativos



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da tabulação do questionário aplicado às escolas vinculadas à 38ª SRE Ubá (2019).

Na análise relacionado ao Gráfico 5, do total de 69 escolas que responderam ao questionário, 31 delas disseram que a quantidade de reuniões, preenchimento de formulários e apresentações existentes nos Itinerários Avaliativos são adequados, que correspondem a 44,9% do total de escolas.

Já aquelas que disseram que a quantidade de reuniões, preenchimento de formulários e apresentações existentes nos Itinerários Avaliativos são inadequados, excessivos, somaram 29 escolas, que correspondem a 42% do total de escolas.

Outras 8 escolas, consideraram a quantidade de reuniões, preenchimento de formulários e apresentações existentes nos Itinerários Avaliativos inadequado, insuficientes, correspondem a 11,6% do total de escolas e apenas 1 escola não soube responder a esse item do questionário, que corresponde a 1,4% do total de escolas.

Apesar da maioria das escolas considerarem a quantidade de reuniões, preenchimento de formulários e apresentações, contidas nos Itinerários Avaliativos adequados, quase metade delas as consideraram excessivas e como esse posicionamento também foi descrito em outras repostas aos itens do questionário, ou seja, as escolas descreveram que uma das dificuldades apresentadas na implementação dos Itinerários avaliativos ocorreu em função dos mesmos serem extensos, repetitivos e por isso a falta de tempo para cumprir os prazos, ele será objeto de nosso PAE, com a sugestão da redução do quantitativo de Itinerários Avaliativos.

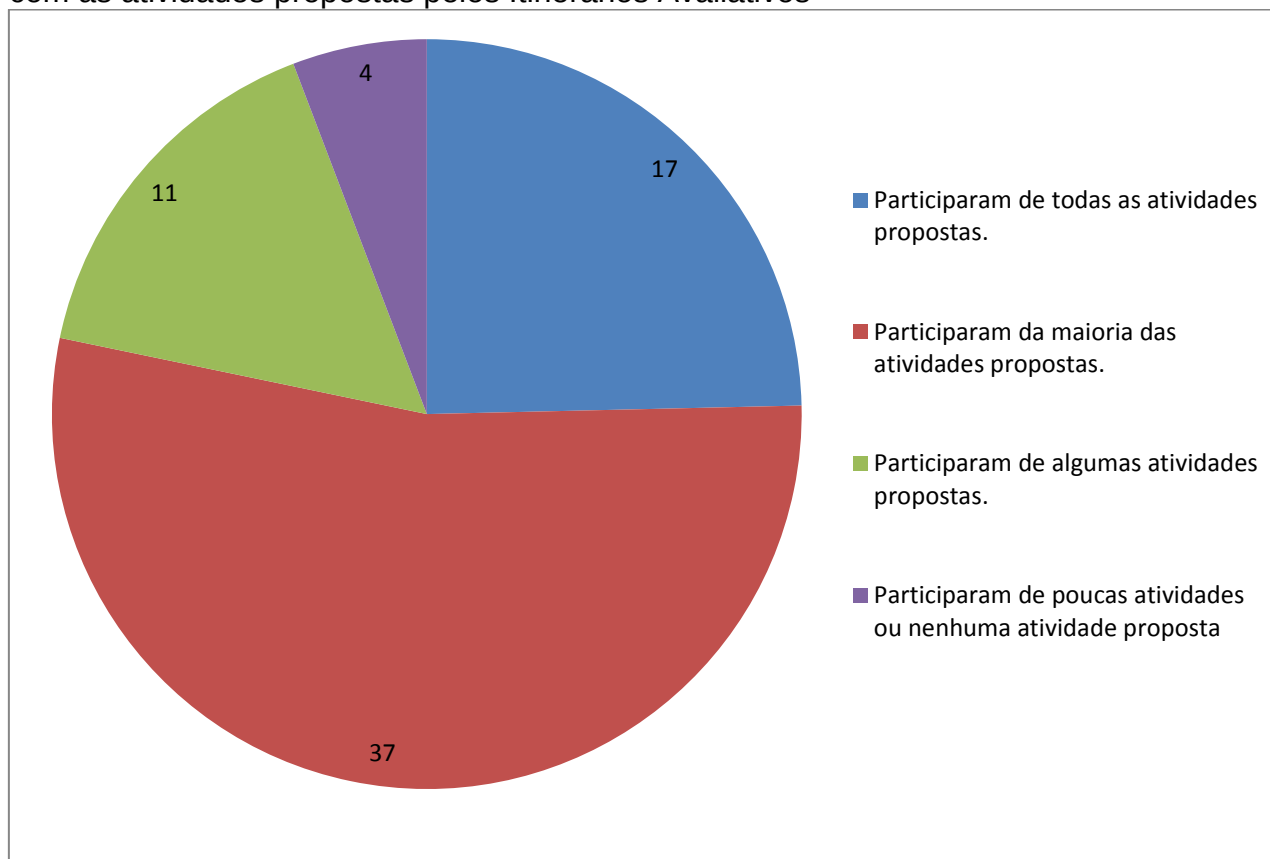
Dos objetivos já apontados sobre a proposta dos Itinerários Avaliativos na rede estadual de Minas Gerais, sua implementação deveria ser realizada de forma coletiva e participativa na escola.

Para evidenciarmos se esse objetivo foi alcançado, elaboramos o item 6 do questionário, com a finalidade de mensurarmos, na visão da escola, qual foi o envolvimento dos servidores das escolas, além do Diretor e do Especialista da Educação Básica, com as atividades propostas dos Itinerários Avaliativos.

Com relação a esse item do questionário, as escolas poderiam escolher entre 4 alternativas. Uma primeira que sugere que os servidores das escolas participaram de todas as atividades propostas. Uma segunda que sugere que os servidores participaram da maioria das atividades propostas. Uma terceira que participaram de algumas atividades propostas e, finalmente, uma quarta opção que sugere que os servidores participaram de poucas ou nenhuma atividade, proposta pelos Itinerários Avaliativos.

A tabulação das respostas das escolas em relação ao envolvimento dos servidores das escolas nas atividades propostas pelos Itinerários Avaliativos do item 6 do questionário, estão representados no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Envolvimento dos servidores da escola, vinculada à 38ª SRE de Ubá, com as atividades propostas pelos Itinerários Avaliativos



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da tabulação do questionário aplicado às escolas vinculadas à 38ª SRE Ubá (2019).

Na análise do Gráfico 6, do total de 69 escolas que responderam ao questionário, 37 delas disseram que os servidores da escola participaram da maioria das atividades propostas pelos Itinerários Avaliativos, que correspondem a 53,6% e 17 escolas disseram que eles participaram de todas as atividades propostas, correspondendo a 24,6% do total de escolas.

Se somarmos essas duas alternativas, totalizamos 54 escolas, que correspondem a 78,2% do total, ou seja, podemos considerar que a implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas da rede estadual de Minas Gerais, vinculadas à 38ª SRE de Ubá, ocorreu de forma satisfatória, com quantitativo elevado de envolvimento dos servidores.

O elevado percentual de envolvimento dos servidores da escola pode ter ocorrido em função da ação do Diretor e do Especialista da Educação Básica, que foram os responsáveis pelo processo de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas, pois dentre as responsabilidades desses profissionais, uma delas era promover o engajamento e a participação dos professores e demais equipe da

escola, bem como o comprometimento desses com o trabalho coletivo (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016).

Nesse sentido, destacamos as afirmações de Machado (2012), que diz caber à gestão escolar o estabelecimento de prioridades, decidir ações, mediar soluções pedagógicas, ordenar problemas, apaziguar conflitos, etc., com foco na organização do trabalho. Além disso, a autora destaca que os dados das avaliações externas podem contribuir para a reflexão sobre todas as áreas de atuação da gestão escolar e dos profissionais da escola e assim garantir o ensino-aprendizagem para todos os seus alunos. Esse fato que corrobora com os objetivos estabelecidos dos Itinerários Avaliativos que buscar a participação de todo o coletivo das escolas nas discussões dos resultados das avaliações em larga escala.

Deppresbiteris (2001) destaca a importância da equipe da escola, da gestão educacional e da sociedade em geral conhecerem os resultados das avaliações, tanto internas quanto externas e refletirem sobre os resultados do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, de forma participativa e democrática.

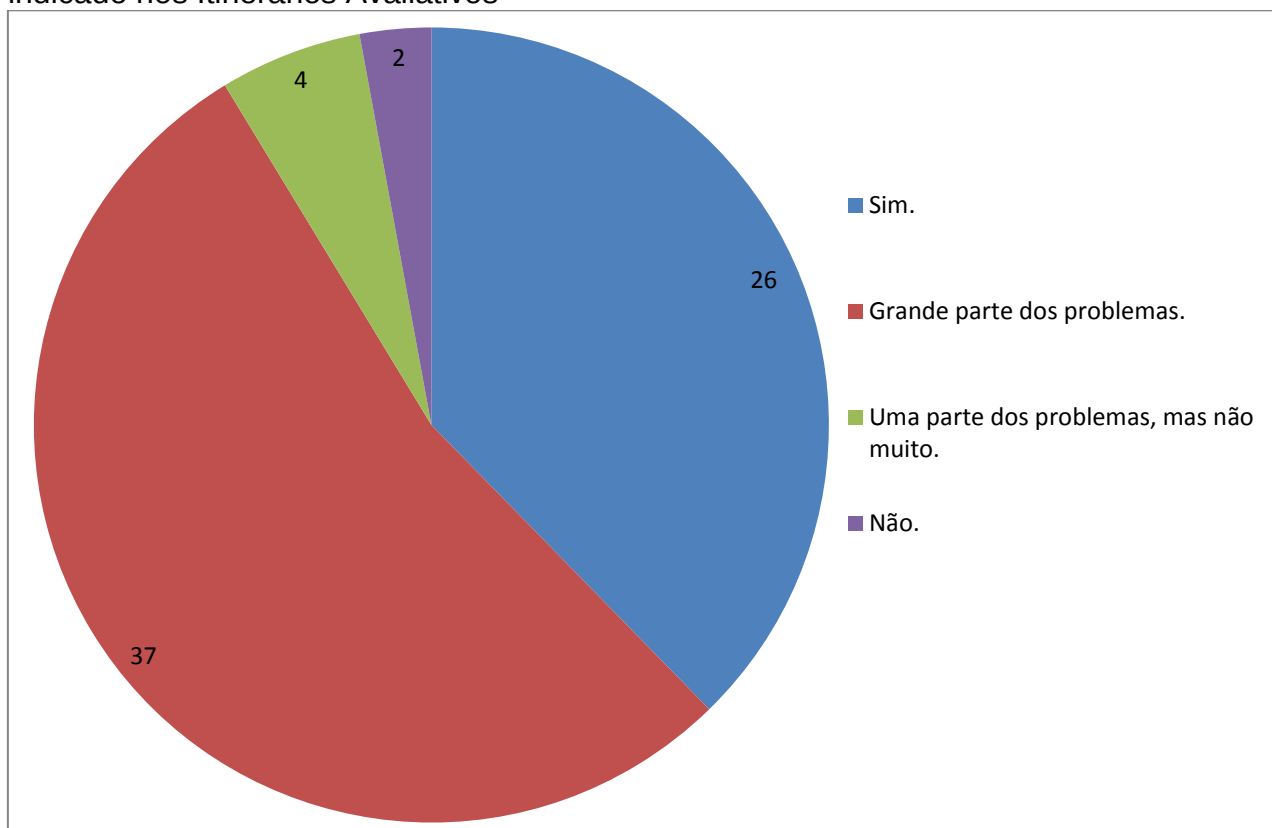
Ainda de acordo com as informações do Gráfico 6, 11 escolas disseram que os servidores participaram de algumas atividades propostas pelos Itinerários Avaliativos e, em 4 escolas, participaram de poucas ou nenhuma atividade, correspondendo respectivamente a 15,9% e 5,8%.

Outro fator importante no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos na rede estadual de Minas Gerais e, de forma específica, nas escolas vinculadas à 38ª SRE de Ubá, era sabermos se as escolas foram capazes de entender e analisar a situação educacional (problemas que afetam a aprendizagem dos estudantes), indicado nos Itinerários Avaliativos.

Para esse levantamento foi apresentado às escolas o item número 7 do questionário, que continha 4 opções de respostas. Uma que considera que sim, com os Itinerários Avaliativos as escolas tiveram a capacidade de entender e analisar a situação educacional (problemas que afetam a aprendizagem). Outra coloca que, com os Itinerários Avaliativos, a capacidade da escola foi de entender e analisar grande parte dos problemas. Uma terceira coloca que a capacidade foi de entender e analisar parte dos problemas, mas não muito. E uma quarta opção, coloca que os Itinerários Avaliativos não fizeram as escolas terem a capacidade de entender e analisar os problemas que afetam a aprendizagem dos estudantes.

A tabulação do item 7 do questionário, está representada no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Capacidade da escola, vinculada à 38ª SRE de Ubá, de entender e analisar a situação educacional (problemas que afetam a aprendizagem) como indicado nos Itinerários Avaliativos



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da tabulação do questionário aplicado às escolas vinculadas à 38ª SRE Ubá (2019).

Na análise do Gráfico 7, do total de 69 escolas que responderam a esse item do questionário, 26 delas disseram que sim, com a implementação dos Itinerários Avaliativos conseguiram identificar os problemas que afetam a aprendizagem dos estudantes e correspondem a 37,7% do total.

Já aquelas que disseram sim, identificaram grande parte dos problemas que afetam a aprendizagem dos estudantes, somaram 37 escolas e correspondem a 53,6% do total das escolas.

Ao somarmos essas duas opções de respostas ao item, teremos um quantitativo de 63 escolas que conseguiram identificar, com a implementação dos Itinerários Avaliativos, os problemas que afetam a aprendizagem dos estudantes na sua totalidade ou em grande parte. Essa situação corresponde a 91,3% do total das escolas.

Dessa forma, podemos considerar que os Itinerários Avaliativos conseguiram atingir o objetivo de fazer a escola debater sobre os resultados das avaliações educacionais e realizar um diagnóstico dos problemas educacionais que afetam a

aprendizagem dos estudantes, considerado uma etapa essencial para a elaboração do Plano de Ação.

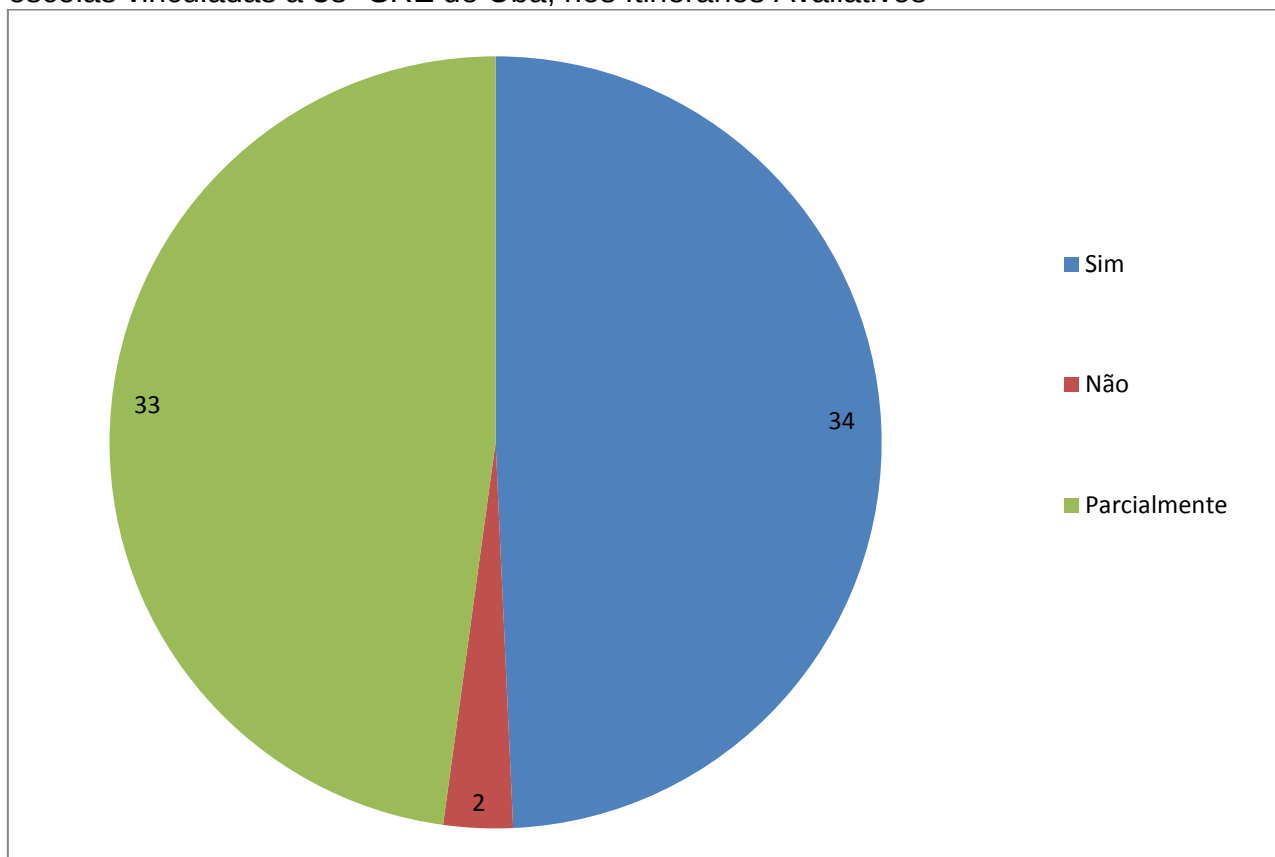
Apenas 4 escolas, que correspondem a 5,8% disseram que conseguiram identificar uma parte dos problemas, mas não muito, que afetam a aprendizagem dos estudantes e somente 2 delas, que correspondem a 2,9%, disseram que, com os Itinerários Avaliativos, não conseguiram identificar os problemas que afetam a aprendizagem dos estudantes.

Ferreira (2015), ao fazer a defesa da avaliação educacional, seja a interna ou a externa, destaca que elas geram dados que permitem aos gestores constituírem indicadores importantes para subsidiar elaboração de planejamentos e de práticas educacionais comprometidas com a melhoria da qualidade da educação. Para isso, é importante reconhecer que a avaliação tem como principal finalidade produzir um diagnóstico orientador do planejamento em que se devem pautar as ações escolares. Fato esse que corrobora com os posicionamentos emitidos pelas escolas na pesquisa. Portanto, as escolas que conseguiram identificar os fatores que afetaram a aprendizagem dos estudantes a partir da implementação dos Itinerários Avaliativos realizaram um passo importante para que pudessem traçar estratégias de ações para a melhoria do processo de aprendizagem, que corresponde à Etapa 3 dos Itinerários Avaliativos.

Como a identificação dos problemas educacionais que afetam a aprendizagem dos estudantes foi um requisito para elaboração do Plano de Ação, foram elaborados dois itens no questionário aplicado às escolas, que têm como referência justamente a temática do Plano de Ação.

O primeiro item do questionário relativo ao Plano de Ação tinha objetivo de levantarmos se o mesmo foi elaborado dentro dos prazos previstos pela SEE-MG, com as respostas representadas no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Cumprimento dos prazos de elaboração do Plano de Ação, pelas escolas vinculadas à 38ª SRE de Ubá, nos Itinerários Avaliativos



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da tabulação do questionário aplicado às escolas vinculadas à 38ª SRE Ubá (2019).

Ao analisarmos as informações do Gráfico 8, do total de 69 escolas que responderam ao questionário, 34 disseram que sim, o Plano de Ação proposto pela escola foi cumprido dentro dos prazos estabelecidos pela SEE-MG e correspondem a 49,3% do total de escolas.

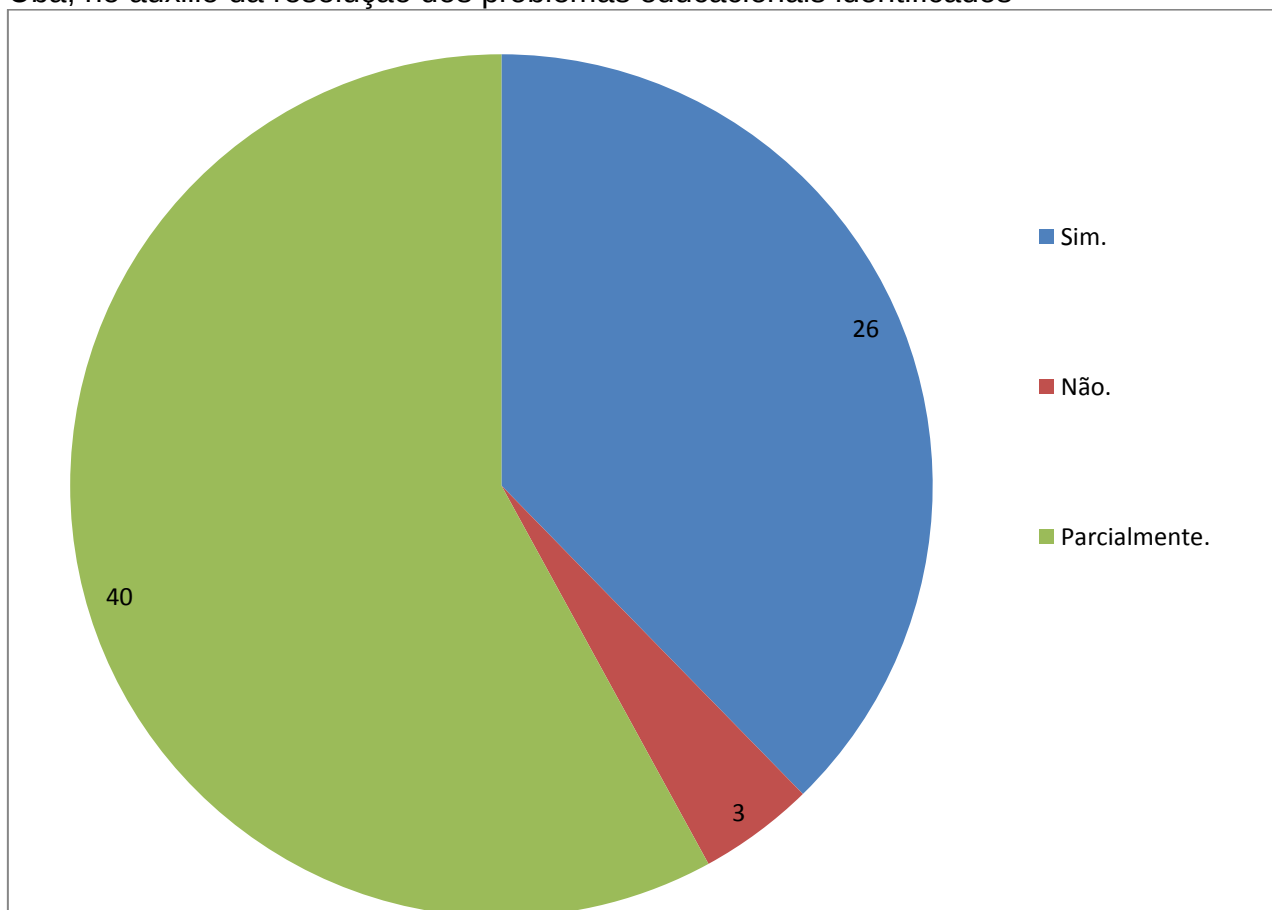
Outras 33 escolas disseram que os prazos estabelecidos para elaborar o Plano de Ação foram cumpridos parcialmente, correspondendo a 47,8% do total de escolas. Portanto, entre elaborar o Plano de Ação integralmente e parcialmente dentro dos prazos estabelecidos, perfazemos um total de 67 escolas, que correspondem a um total de 97,1%.

De acordo com as respostas das escolas, apenas 2 delas disseram que não cumpriram os prazos para a elaboração do Plano de Ação, correspondendo a 2,9% do total de escolas.

Nesse sentido, podemos dizer que as escolas cumpriram de forma satisfatória os prazos estabelecidos para elaboração do Plano de Ação.

Um segundo item relacionado ao Plano de Ação era sabermos se o mesmo auxiliou na resolução dos problemas de aprendizagem identificados pelas escolas. Esse questionamento foi apresentado às escolas no item 9 do questionário e representado no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Êxito do Plano de Ação elaborado pela escola vinculada às 38º SRE de Ubá, no auxílio da resolução dos problemas educacionais identificados



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da tabulação do questionário aplicado às escolas vinculadas à 38º SRE Ubá (2019).

Ao analisarmos as informações fornecidas pelas escolas no Gráfico 9, identificamos que 26 delas disseram que, ao cumprirem as etapas do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos e elaborarem o Plano de Ação, conseguiram identificar os problemas educacionais que interferem no processo de aprendizagem dos estudantes, ou seja, essas escolas disseram que sim, o Plano de Ação auxiliou na resolução dos problemas educacionais identificados, que correspondem a 37,6% do total de escolas.

Outras 40 escolas disseram que o Plano de Ação elaborado por elas, auxiliou parcialmente na resolução dos problemas educacionais identificados, que correspondem a 57,9% do total de escolas.

Se somarmos as duas alternativas, iremos perfazer um total de 66 escolas, que correspondem a 95,6% das escolas.

Nesse sentido, destacamos a importância da elaboração do Plano de Ação dentro dos prazos, demonstrado no Gráfico 8 e sua posterior aplicação pelas escolas no auxílio da resolução dos problemas educacionais de aprendizagem dos estudantes, demonstrado no Gráfico 9, como um fator importante para a melhoria da qualidade da educação.

Outro objetivo em relação aos Itinerários Avaliativos é que ele fosse capaz de fazer a equipe das escolas debaterem sobre os resultados das avaliações em larga escala e que o resultado dos debates pudessem ser utilizado para melhorar o planejamento pedagógico dos professores.

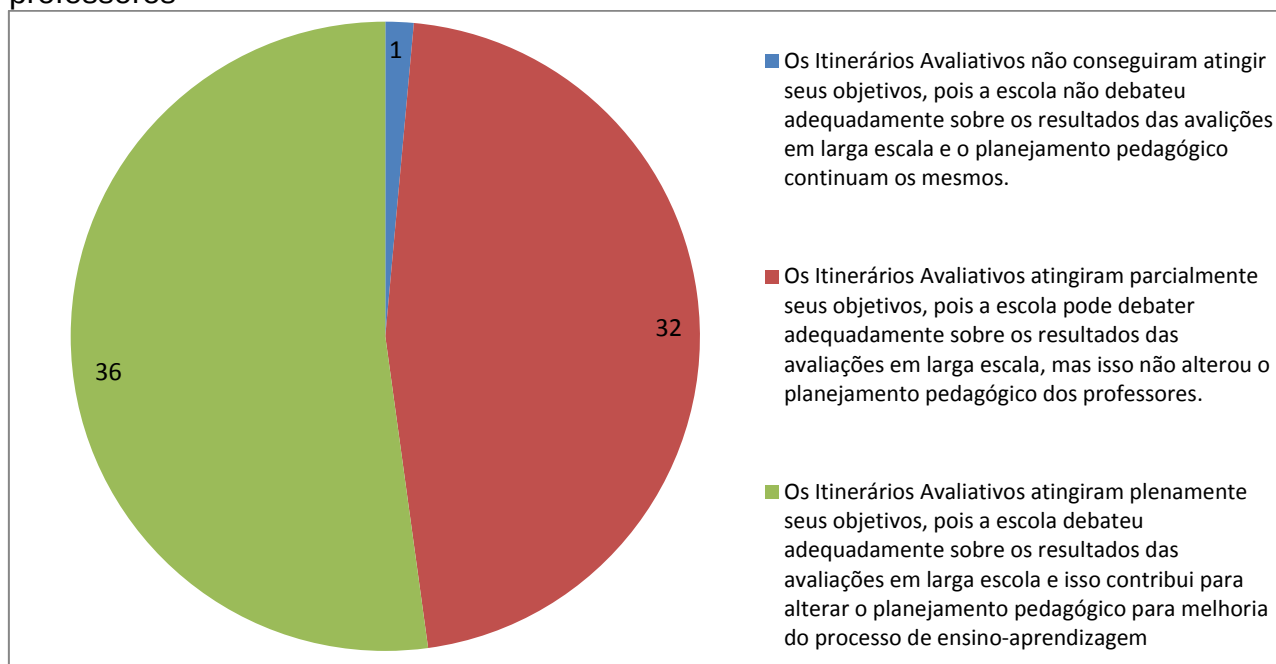
Em razão disso, elaboramos o item 10 do questionário que teve o objetivo de levantarmos informações sobre a capacidade dos Itinerários Avaliativos fazerem a equipe das escolas discutirem os resultados e dados das avaliações em larga escala e os utilizar no planejamento pedagógico dos professores. Essas duas questões são centrais no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos na rede estadual de educação de Minas Gerais. Portanto, nesse item do questionário as escolas tinham dentre 3 alternativas para escolherem em qual delas elas tinham maior concordância. A primeira alternativa foi se os Itinerários Avaliativos não conseguiram atingir seus objetivos, pois a escola não debateu adequadamente sobre os resultados das avaliações em larga escala e o planejamento pedagógico continuam os mesmos.

A segunda alternativa disponível para as escolas era se os Itinerários Avaliativos atingiram parcialmente seus objetivos, pois a escola pode debater adequadamente sobre os resultados das avaliações em larga escala, mas isso não alterou o planejamento pedagógico dos professores.

A terceira alternativa, se os Itinerários Avaliativos atingiram plenamente seus objetivos, pois a escola debateu adequadamente sobre os resultados das avaliações em larga escala e isso contribuiu para alterar o planejamento pedagógico na busca da melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

A tabulação das respostas das escolas para esse item do questionário está representada no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Em que medida os Itinerários Avaliativos foram capazes de fazer a equipe da escola, vinculada à 38ª SRE de Ubá, debater sobre os resultados das avaliações em larga escala e sua utilização no planejamento pedagógico dos professores



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da tabulação do questionário aplicado às escolas vinculadas à 38ª SRE Ubá (2019).

Como podemos observar no Gráfico 10, 68 escolas, disseram que os Itinerários Avaliativos levaram as escolas a debaterem sobre os resultados das avaliações em larga escala, que correspondem a 98,5% do total.

Ocorre que em 36 delas, além dos Itinerários Avaliativos contribuírem para o debate das avaliações em larga escala, eles também contribuíram para que as escolas pudessem alterar seu planejamento pedagógico e melhorar o processo de ensino-aprendizagem, que correspondem a 52,17% do total de escolas.

Nas demais 32 escolas, os Itinerários Avaliativos atingiram parcialmente seus objetivos, ou seja, ocorreu o debate sobre os resultados das avaliações em larga escala, mas não foi realizado modificações no planejamento pedagógico da escola ou dos professores, que correspondem a 46,3% do total de escolas. Portanto, apesar dessas escolas terem realizado o debate sobre os resultados das avaliações em larga escala, isso não resultou em mudanças no planejamento pedagógico dos professores nas escolas. Podemos considerar essa situação preocupante, pois um

dos objetivos dos Itinerários Avaliativos é justamente fazer com que as discussões sobre os dados e resultados das avaliações em larga escala possam refletir nas ações de planejamento educacional das escolas e, de forma específica, dos professores.

Nesse sentido, Silva (2017) coloca esse fato como um dos grandes desafios para a melhoria da qualidade da educação, que é o uso dos resultados e da própria avaliação no processo de tomada de decisão e no planejamento pedagógico dos professores e que a avaliação em larga escala não pode ser resumir em fazer levantamento de dados e de informações.

Mesmo depois de quase duas décadas de divulgação das escalas e, apesar da grande quantidade de material produzido, tanto pelos técnicos do INEP/MEC, secretarias de educação e equipes das Instituições responsáveis pelas avaliações nos diferentes níveis de abrangência, constata-se que os resultados das avaliações parecem não ter sido adequadamente incorporados à prática docente e capazes de promover a melhoria da aprendizagem dos alunos da Educação Básica, no Brasil. (FONTANIVE, 2013, p. 94)

A mesma situação é defendida por Becker (2010), que destaca que a avaliação em larga escala precisa ser aprimorada para que se obtenham resultados mais efetivos, pois o diagnóstico por si só não é suficiente para mudar uma determinada situação.

A autora cita o caso do Brasil, que apesar dos avanços na coleta de dados, é preciso melhorar as ferramentas para que os resultados possam ser utilizados pelas escolas, seus gestores e professores e assim melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Portanto, apesar da maior parte das escolas terem realizado o debate sobre os resultados das avaliações em larga escala (98,5%), uma parte delas não utilizaram as discussões sobre os resultados das avaliações em larga escala para alterar o planejamento pedagógico dos professores (BECKER, 2010).

Machado (2012) destaca que utilizar os resultados das avaliações externas significa compreendê-los não como um fim em si, mas sim como possibilidade de associá-los às transformações necessárias no sentido de fortalecer a escola pública democrática, que é aquela que se organiza para garantir a aprendizagem de todos.

Fontanive (2013) nos coloca que saber usar os resultados das avaliações em larga escala tem grande potencial de melhorar o desempenho dos estudantes, mas é preciso que os professores estejam capacitados, pois se ele não tem o

conhecimento para interpretar os resultados da avaliação em larga escala e seu uso no planejamento pedagógico, é incapaz de determinar como a avaliação pode ajudar o aluno a aprender. Assim, acreditamos que somente a análise dos resultados das avaliações em larga escala não é suficiente para alavancar a melhoria da qualidade da educação, e é preciso que as análises passem também a influenciar diretamente o planejamento pedagógico das escolas.

Nesse sentido, por considerarmos ser essa situação, de uso dos resultados das avaliações em larga escala no planejamento pedagógico, um objetivo central tanto dos Itinerários Avaliativos, quanto das avaliações em larga escala e defendido por diversos autores de nosso referencial teórico, fizemos a opção de o colocarmos como uma ação do nosso PAE. Assim o objetivo dessa ação no PAE será, além das escolas saberem analisar os resultados das avaliações em larga escala, possam utilizar-se dos dados para alterarem o planejamento pedagógico dos professores e buscar a melhoria no processo de ensino-aprendizagem. Nesse caso, nossa ação do PAE está ligada há um processo de formação continuada para todos os envolvidos no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos.

Ainda sobre a análise do Gráfico 10, somente 1 escola disse que os Itinerários Avaliativos não atingiram seus objetivos, ou seja, eles não contribuíram para que as escolas analisassem adequadamente os resultados das avaliações em larga escala e tão pouco alterarem o planejamento pedagógico.

Na finalização do questionário, apresentamos às escolas o item número 11 que teve como objetivo deixar a escola livre para descrever sugestões de como os Itinerários Avaliativos poderia ser melhorado pela SEE-MG.

A consolidação das respostas está apresentada nos Quadros 17 e 18.

Quadro 17 - Sugestões para aprimoramento dos Itinerários Avaliativos e diminuição das dificuldades encontradas para sua implementação nas escolas vinculadas às 38ª SRE de Ubá

1	Plataformas que realmente funcionassem, prazos mais longos, orientações mais diretas e fáceis, etc.
2	Como dito anteriormente, o número excessivo de projetos a serem realizados no decorrer do ano letivo prejudica realizar um trabalho de excelência em qualquer um deles.
3	Aprimoramento do sistema.
4	Capacitação. Mais tempo para execução das ações. Mais objetividade nas propostas apresentadas.
5	Cursos, tempo maior para realização.
6	Maior clareza no que eles desejam das escolas.
7	Concentrar as análises e estudos no sistema de avaliação interno e externo.
8	A agilidade do sistema muitas vezes não correspondia aos prazos estipulados.
9	Clareza nas perguntas.
10	Uma capacitação pela SRE.
11	Formação continuada.
12	Maior clareza nos objetivos e um maior tempo de implementação.
13	Prazo mais longo, apoio da SEE-MG e um número menor de reuniões.
14	Os itinerários precisam ser mais objetivos, e em menor números, para as discussões sejam melhor contempladas.
15	É não perder de vista os pontos de melhorias e os respectivos planos de ações. Tem que cumprir o plano.
16	Acontecer primeiramente uma capacitação e o sistema não atrasar tanto.
17	Penso que a pessoa que realmente coordena o processo deveria ser mais capacitada.
18	Sala de Informática.
19	Cada itinerário poderia ter um intervalo de tempo maior.
20	Perguntas mais pertinente à realidade da escola e da educação.
21	Apoio de outros profissionais da educação para capacitação e acompanhamento das discussões, diminuir e enviar os formulários já preenchidos com dados da escola, melhorar acesso na plataforma, etc.
22	Menos burocracia no preenchimento dos dados. Precisamos de orientação e capacitação de toda a equipe pedagógica para que realizem "ações diferenciadas", que valorizem, complementem e concretizem o processo de ensino aprendizagem. Temos visto muita burocracia e pouca prática.
23	Diálogo, debates e projetos baseados nos temas abordados nos Itinerários.
24	Identifico os itinerários como uma excelente proposta, mas na elaboração do seu planejamento algumas particularidades encontradas no interior da escola precisam ser consideradas, então acredito que, um maior tempo para realização das propostas seria interessante.
25	Contar com a participação de todos e ajudar a escola a ter uma visão mais ampla e olhar a escola como um todo. Como vamos adequar ao novo.
26	Os próprios professores deveriam receber e preencher na internet.

27	A escola não teve dificuldade em desenvolver a proposta dos Itinerários.
28	Treinamento da equipe anteriormente para que obtivesse menor quantidade de dúvidas.
29	Que as perguntas sejam mais claras e objetivas, visto que, muitas tinham um "tom" ambíguo.
30	Capacitação antes da aplicação.
31	A SEE deveria repensar sobre a proposta. Sugerimos capacitações para melhor desenvolvimento das atividades solicitadas.
32	Que o material fosse mais enxugado.
33	Capacitação prévia e número menor de reuniões, visto que no decorrer do ano letivo já existem muitas reuniões.
34	Oferecer capacitação e maiores orientações.
35	Não tivemos muitas dificuldades para implementar os Itinerários Avaliativos em nossa escola.
36	Melhorar a formulação das perguntas; Ampliar o tempo entre os Itinerários; Diminuir os problemas técnicos do site.
37	Ser mais claro e objetivo nas propostas.
38	Que as avaliações externas estejam de acordo com o nível de cada escola. Pois cobramos dos nossos profissionais resultados e as avaliações externas vêm padronizadas e muitos alunos não estão preparados.
39	Que os professores participantes tivessem mais consciência da importância dos mesmos, muitos veem como uma obrigação e não como uma ferramenta para o planejamento e melhoria do trabalho ensino aprendizagem.
40	Em alguns momentos achamos as perguntas bem repetitivas.
41	Capacitação.
42	Ser mais objetivo, menos repetitivo e mais dinâmico além de prazos mais flexíveis, pois a escola demanda de várias outras situações que exigem nossa atenção imediata.
43	Menos complexidade. Mais espaço aberto para colocação dos problemas específicos de acordo com a realidade da escola.
44	Diminuição da quantidade de itinerários e capacitação adequada (esclarecimento prévio) dos professores e especialistas para o cumprimento dos mesmos, em tempo hábil.
45	Capacitação na escola sobre os instrumentos a serem utilizados; Ampliação do tempo para realização das ações propostas; Sugestões efetivas de como promover a participação da família na vida escolar dos alunos.
46	Maior planejamento e capacitação.
47	Melhoria na plataforma, mais objetividade e especificidade voltada para o Ensino Fundamental anos iniciais.
48	Criação de Itinerário Avaliativo para cada professor obrigatoriamente.
49	Capacitação prévia.
50	É necessário um trabalho mais objetivo, nos itinerários alguns eram baseados em questões parecidas e muito repetitivas, ficando cansativo o trabalho. - Uma plataforma que não dê tantos problemas como gerou, sumindo nossas respostas e trabalhos que ficaram perdidos. Reduzir o número das reuniões e que sejam de acordo com nosso calendário, para não termos que reunir tantas vezes além do estabelecido. Foi preciso reuniões extras para cumprir a data dos itinerários.
51	Maior foco na aprendizagem dos alunos com ações mais concretas e objetivas para resgatar valores familiares.
52	Sugiro que a SRE capacite os professores com um profissional qualificado utilizando recursos do nosso cotidiano, pois o assunto é

	complexo e longo.
53	Aumento do prazo para preenchimento das informações e realização das reuniões; Redução da burocracia (excesso de preenchimento de relatórios).
54	Mais capacitação para que não tenhamos tantas dúvidas.
55	Para aprimorar os Itinerários Avaliativos na escola sugerimos adequação no sistema para que todas as respostas lançadas fiquem registradas e que não haja atrasos para liberação da plataforma.
56	Capacitação efetiva para especialistas e tempo hábil para desenvolvimento das atividades.
57	Menor número de itinerários dentro das etapas. Ser mais objetivo para chegar às ações.
58	Itinerários voltados para o CESEC.
59	Maior envolvimento de todos os professores.
60	As etapas poderiam ser menores e mais objetivas. Os professores perderam o sentido da proposta e não davam o crédito necessário pela duração do processo.
61	Mais tempo para realizá-lo.
62	Os itinerários deveriam ser mais breves, pois os dados já são claros pela escola. Infelizmente, o preenchimento dos mesmos acaba tirando o foco dos especialistas, que é dar suporte aos professores e em suas demais funções.
63	Criar um modelo de itinerário mais adequado á realidade do(s) CESEC(s).
64	Achei muito burocrático. Nossa sugestão é uma metodologia ainda mais simples e menos papel para preencher.
65	Planejamento a priori, capacitação em tempo hábil dos atores envolvidos no processo.
66	Necessitamos de mais capacitação para transformação desses dados em conhecimento para ser transmitidos e discutidos com os demais servidores.
67	Promover encontros objetivando capacitar os envolvidos para melhor aplicação dos itinerários avaliativos. Proporcionar prazos maiores para melhor aprofundamento dos itinerários avaliativos.
68	Menos extenso.
69	Nossa Escola, sendo do Campo, precisa de um currículo adaptado e atendimento pedagógico integral. Atualmente, nossa escola composta por dois turnos (matutino e vespertino) conta apenas com o atendimento de uma Especialista em Educação Básica.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da tabulação do questionário aplicado às escolas vinculadas à 38ª SRE Ubá (2019).

As sugestões descritas no Quadro 17 tiveram como base o item número 11 do questionário aplicado nas escolas. Todas as 69 escolas que participaram da pesquisa fizeram uma ou mais sugestões para melhoria da implementação dos Itinerários Avaliativos.

Para facilitar a análise de seu conteúdo realizamos uma síntese das sugestões, com a junção daquelas que eram similares e estão apresentadas no Quadro 18.

Quadro 18 – Síntese das sugestões apresentadas pelas escolas para melhoria do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas vinculadas à 38ª SRE de Ubá

AÇÕES SUGERIDAS PELAS ESCOLAS	NUMERO DE CITAÇÕES
Necessidade de capacitação.	28
Itinerários Avaliativos terem maior clareza e objetividade.	19
Escola ter maior prazo para execução dos Itinerários Avaliativos.	13
Reduzir o número de Itinerários Avaliativos.	12
Necessidade de melhoria na plataforma de acesso.	10
Necessidade de maior participação dos professores.	7
Criar um modelo de Itinerário Avaliativo que atenda às particularidades dos CESEC's.	2
Cumprir o Plano de Ação.	1
Existência de sala de informática.	1
Escola não teve dificuldades.	2
Há um excesso de projetos nas escolas.	2
Escola do Campo precisa de um currículo adaptado e atendimento pedagógico integral.	1

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da tabulação do questionário aplicado às escolas vinculadas à 38ª SRE Ubá (2019).

Ao analisarmos o Quadro 18, podemos diagnosticar que a maior parte das sugestões para a implementação dos Itinerários Avaliativos está relacionada à necessidade de capacitação, citada 28 vezes e, em razão de ter sido descrita por várias escolas nos diferentes itens do questionário, ela faz parte de nosso PAE.

Como a necessidade de capacitação é bastante relevante nas dificuldades apresentadas pelas escolas, ela foi dividida em três ações no nosso PAE.

Uma primeira ação de capacitação será direcionada para os Técnicos e Analistas da Educação que fazem parte da equipe pedagógica da 38ª SRE de Ubá e deve ser realizada pela SEE-MG.

Uma segunda ação de capacitação, voltada para os Diretores e Especialistas da Educação Básica que são os responsáveis pela condução do processo de

implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas, deve ser realizada pelos Técnicos e Analistas da Educação da SRE que tiveram passado pela primeira ação de capacitação.

Enfim, uma terceira ação de capacitação, direcionada aos professores e demais servidores das escolas, deve ser realizada de forma *on-line* pela SEE-MG com apoio dos Técnicos e Analistas da 38ª SRE de Ubá, do Diretor e do Especialista da Educação Básica que tiverem passado pelas ações de capacitações anteriores.

Dessa forma, a aplicação desse item do questionário às escolas, nos possibilitou diagnosticar que as escolas tiveram muitas dificuldades em razão da ausência de capacitação para realizarem todas as etapas dos Itinerários Avaliativos, além da necessidade de melhorar a compreensão dessa ferramenta.

Outra sugestão citada pelas escolas está relacionada à necessidade dos Itinerários Avaliativos terem maior clareza e objetividade, citada 19 vezes, pois, na visão da escola, havia ações dos Itinerários Avaliativos que eram repetitivas.

Além dessas, outra sugestão apresentada pelas escolas está relacionada a terem um maior tempo para realizarem os lançamentos na plataforma *on-line*, citada 13 vezes, seguida da sugestão de redução do quantitativo de Itinerários Avaliativos, com 12 citações. Essa última está relativamente próxima daquela que descreve a necessidade dos Itinerários Avaliativos serem mais objetivos e em razão disso e da relevância do número de citações também fez parte de nosso PAE com a ação de redução do quantitativo de Itinerários Avaliativos.

As escolas também citaram dificuldades no acesso à plataforma em razão de inconsistências no sistema, citada 10 vezes, seguida da sugestão que coloca a necessidade de maior participação dos professores no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos, citada 7 vezes. Ambas fazem parte do nosso PAE.

Também foi sugerido que as escolas cumprissem o Plano de Ação, citado por 1 escola e a necessidade de existência de sala de informática, também citada por 1 escola e a sugestão de criar um modelo de Itinerários Avaliativos que atenda às particularidades do Centro de Estadual de Educação Continuada (CESEC), citada por 1 escola.

Outras sugestões também foram citadas pelas escolas na aplicação do questionário, mas não são necessariamente sugestões ou dificuldades de implementação dos Itinerários Avaliativos.

Nessas sugestões, 2 escolas disseram que não tiveram dificuldades na implementação dos Itinerários Avaliativos. Outras 2 escolas disseram que há um excesso de projetos para serem desenvolvidos e 1 escola disse que por ser uma escola do campo, precisa de um currículo adaptado e atendimento pedagógico integral, ou seja, não necessariamente significam uma dificuldade ou sugestão apresentada pelas mesmas para a implementação dos Itinerários Avaliativos.

Ao analisarmos todas as dificuldades apresentadas pelas escolas ao longo da pesquisa, realizamos uma síntese das principais e as relacionamos com as ações previstas no PAE, descritas no Quadro 19.

Quadro 19 – Principais dificuldades encontradas no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos e ações contidas do PAE

PRINCIPAIS DIFICULDADES	AÇÕES CONTIDAS NO PAE
Ausência de Capacitação ou esclarecimento sobre os Itinerários Avaliativos.	Formação continuada.
Faltou conhecimento sobre os instrumentos de análise para a avaliação em larga escala.	Formação continuada.
Prazos curtos para cumprir as etapas dos itinerários.	Redução do quantitativo de itinerários.
Itinerários Avaliativos terem maior clareza e objetividade.	Formação continuada.
Dificuldades de acesso à plataforma dos Itinerários Avaliativos.	Revisão das inconsistências de acesso à plataforma <i>on-line</i> .
Necessidade de maior participação dos professores e demais servidores da escola.	Formação continuada e inserção dos Itinerários Avaliativos no PPP da escola.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da tabulação do questionário aplicado às escolas vinculadas à 38º SRE Ubá (2019).

Finalmente, a partir das respostas aos itens do questionário respondidos pelas escolas, principalmente em relação àqueles que tinham relação com dificuldades apresentadas e analisadas nessa seção, realizamos a elaboração nosso PAE centrado nas dificuldades mais relevantes e, acreditamos, podem resultar na melhoria da eficácia da ferramenta dos Itinerários Avaliativos e estão descritos na próxima seção.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

O presente trabalho é o resultado do estudo sobre o processo de implementação dos Itinerários Avaliativos na rede estadual de Minas Gerais, especificamente nas escolas vinculadas à 38ª SRE de Ubá.

Os Itinerários Avaliativos, conforme já descrito, reúnem um passo a passo de 16 Itinerários, divididos em 4 etapas e possuem como objetivo tornar a escola mais preparada para enfrentar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

Os Itinerários Avaliativos também reúnem procedimentos para propiciar um processo de construção coletiva de uma avaliação interna da escola e análise dos resultados das avaliações externas e assim elaborar planos de ação definidos a partir desses procedimentos, com seus respectivos monitoramentos (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2017).

No decorrer do nosso trabalho analisamos como ocorreu o processo de implementação dos Itinerários Avaliativos, principalmente em relação às dificuldades apresentadas pelas escolas. Dificuldades estas que foram coletas a partir da aplicação do questionário *on-line*, respondido 69 escolas estaduais que compõem a área de abrangência da 38ª SRE de Ubá.

Nesse sentido, nosso Plano de Ação Educacional (PAE) possui ações que deverá ser desenvolvidas pela SEE-MG, que é o órgão responsável direto pela implementação dos Itinerários Avaliativos, mas também pela 38ª SRE de Ubá e estão alinhadas com as dificuldades apresentadas pelas escolas e assim fundamentam as ações propostas.

O PAE foi elaborado a partir do modelo 5W2H, ferramenta que possui a finalidade de auxiliar a elaboração de um Plano de Ação, ou seja, ser útil para definir o que deve ser feito, quem, em quanto tempo e qual área e a intenção de determinada atividade. O 5W2H é uma ferramenta que permite, a qualquer momento, identificar dados e rotinas mais importantes de um projeto (SEBRAE, 2008).

O modelo do Plano de Ação baseado no 5W2H utiliza termos da língua inglesa: *What* (o quê será feito?), *Who* (quem executará?), *Why* (por que será feito?), *Where* (onde será feito?), *When* (quando será realizado?), *How* (como será feito?) e *How Much* (quanto custa?), cujas perguntas servirão de apoio ao desenvolvimento das atividades do planejamento das ações do PAE (SEBRAE,

2008). Portanto, a ferramenta 5W2H é constituída de perguntas que são utilizadas para pensar as ações propostas, sendo:

- a) O quê? Qual a atividade? Qual é o assunto? O que deve ser medido? Quais os resultados dessa atividade? Quais atividades são dependentes dela? Quais atividades são necessárias para o início da tarefa? Quais os insumos necessários?
- b) Quem? Quem conduz a operação? Qual a equipe responsável? Quem executará determinada atividade? Quem depende da execução da atividade? A atividade depende de quem para ser iniciada?
- c) Onde? Onde a operação será conduzida? Em que lugar? Onde a atividade será executada? Onde serão feitas as reuniões presenciais da equipe?
- d) Por quê? Por que a operação é necessária? Ela pode ser omitida? Por que a atividade é necessária? Por que a atividade não pode fundir-se com outra atividade? Por que A, B e C foram escolhidos para executar esta atividade?
- e) Quando? Quando será feito? Quando será o início da atividade? Quando será o término? Quando serão as reuniões presenciais?
- f) Como? Como conduzir a operação? De que maneira? Como a atividade será executada? Como acompanhar o desenvolvimento dessa atividade? Como A, B e C vão interagir para executar esta atividade?
- g) Quanto custa realizar a mudança? Quanto custa a operação atual? Qual é a relação custo / benefício? Quanto tempo está previsto para a atividade? (LISBOA & GODOI, 2012 p. 37)

De acordo com o SEBRAE (2008), a ferramenta 5W2H pode auxiliar na análise e o conhecimento sobre determinada ação e assim facilitar a montagem de um Plano de Ação sobre o que deve ser feito para eliminar uma dificuldade.

Nesse sentido, nosso PAE usará essa ferramenta para buscar a minimizar as dificuldades relacionadas ao processo de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas vinculadas à 38ª SRE de Ubá.

O modelo 5W2H é um tipo de plano de ação utilizado para garantir que o planejamento seja conduzido sem nenhuma dúvida por parte dos gestores ou por quem planejou as ações. Essa ferramenta ajuda a reunir todas as informações que a grande maioria dos gestores julga como necessárias para a execução de um determinado plano de ação e assim prossiga sem perder o foco. (MOURA, 2016, p.112)

Todas as ações previstas no PAE estão sintetizadas no Quadro 20 que também apresenta os objetivos gerais de cada das ações previstas.

Quadro 20 – Síntese das ações previstas no PAE

	AÇÃO PREVISTA NO PAE	OBJETIVO DA AÇÃO CONTIDA NO PAE
1	Inserção dos Itinerários Avaliativos no PPP da escola.	Garantir que ações contidas nos Itinerários Avaliativos possam estar presentes nas rotinas da escola.
2	Formação continuada para os Técnicos e Analistas da educação da SRE, que fazem parte da equipe pedagógica.	Conhecer detalhadamente todo o conteúdo e ações contidas nos Itinerários Avaliativos e de acesso à plataforma. Analisar os resultados das avaliações externas e sua utilização e seu uso como instrumento de planejamento pedagógico.
3	Formação continuada para o Diretor e Especialista da Educação Básica.	Conhecer detalhadamente todo o conteúdo e ações contidas nos Itinerários Avaliativos e de acesso à plataforma. Analisar os resultados das avaliações externas e sua utilização e seu uso como instrumento de planejamento pedagógico.
4	Formação continuada para os demais servidores das escolas, principalmente para professores.	Conhecer detalhadamente todo o conteúdo e ações contidas nos Itinerários Avaliativos e de acesso à plataforma. Analisar os resultados das avaliações externas e sua utilização e seu uso como instrumento de planejamento pedagógico.
5	Realização de diagnóstico sobre a inconsistência da plataforma de acesso aos Itinerários Avaliativos.	Eliminar os problemas técnicos e operacionais de acesso à plataforma <i>on-line</i> dos Itinerários Avaliativos.
6	Redução do quantitativo dos Itinerários Avaliativos.	Aumentar a objetividade e reduzir a burocracia no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos.
7	Apresentar o resultado da pesquisa para a 38ª SRE de Ubá e SEE-MG.	Oferecer um <i>feedback</i> da pesquisa aos interessados e também justificar o apoio institucional fornecido que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa.

FONTE: Elaborado pelo autor.

Dessa forma, diante de todo contexto de respostas das escolas, apresentadas aos 11 itens do questionário, nosso PAE representa, justamente, as maiores demandas e dificuldades e nos forneceram um panorama da situação do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas vinculadas à 38ª SRE de Ubá, pois serviram de base para a elaboração do PAE e estão descritas nas próximas seções.

4.1 INSERÇÃO DOS ITINERÁRIOS AVALIATIVOS NO PPP DA ESCOLA

O PPP da escola pode ser definido como um documento em que se estipulam quais são seus objetivos, em todas as suas dimensões como, por exemplo, a proposta curricular, a formação de professores, da gestão administrativa e financeira e a pedagógica e o que a escola vai fazer para alcançar seus objetivos nas diversas dimensões, além da necessidade de ser construído de forma coletiva e participativa (RISCAL, 2016).

Na perspectiva de uma escola democrática, na qual as decisões são tomadas coletivamente, o Projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser elaborado e discutido pelos membros da comunidade escolar, de forma que não seja padronizado, mas que leve em consideração as diferenças de cada escola e os aspectos culturais de seus alunos. (RISCAL, 2016, p. 58)

Portanto, podemos considerar o PPP como um esforço coletivo de toda a comunidade escolar para produzir um instrumento orientador das ações da escola, incluindo nessa questão as ações educativas e suas práticas em sala de aula.

Nesse sentido, acredito que é relevante a inclusão dos Itinerários Avaliativos no PPP da escola, como mais uma alternativa para que os membros da comunidade escolar possam discutir os resultados das avaliações internas e externas, refletir sobre as práticas pedagógicas e na buscarem de alternativas para melhoria do processo educacional. Assim, essa ação de nosso PAE deve ser elaborada no início do ano letivo ou no momento de revisão do PPP da escola. Salientamos que esse processo deve ser realizado de forma democrática e participativa, ou seja, contar com a participação de toda a comunidade escolar.

As ações previstas no PAE de inserção dos Itinerários Avaliativos no PPP da escola estão apresentadas no Quadro 21.

Quadro 21 – PAE sobre a inserção dos Itinerários Avaliativos no PPP da escola

O QUE? (WHAT?)	POR QUEM? (WHO?)	POR QUÊ? (WHY?)	ONDE? (WHERE?)	QUANDO? (WHEN?)	COMO? (HOW?)	QUANTO CUSTA? (HOW MUCH?)
Inserção dos Itinerários Avaliativos no PPP da escola.	Pelos gestores da escola com assessoria da Superintendência de Ensino.	Para garantir que ações contidas nos Itinerários Avaliativos possam estar presentes nas rotinas da escola.	No PPP das Escolas.	No início do ano letivo ou na reformulação do PPP.	Promover reunião com a comunidade escolar para promover a alteração do PPP.	Sem custos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Portanto, a inserção dos Itinerários Avaliativos no PPP da escola é uma forma institucionalizar as ações previstas, que passam a fazer parte do seu dia a dia e, aliado às ações de capacitação poderá resultar em avanços educacionais, pois toda a comunidade escolar pode conhecer o perfil da escola e assim alcançar a melhoria da qualidade da educação.

4.2 FORMAÇÃO CONTINUADA

Diversos autores acreditam que os momentos de formação continuada, disponibilizada para os servidores das escolas, pode levá-los à reflexão sobre suas práticas e assim reformularem suas ações, repensarem seus pontos positivos e negativos de forma a melhorar os processos educacionais (WOLFF & KOGUT, 2009).

A escola atual precisa de profissionais com uma visão ampla do seu papel social, político e como educador, e para isso o professor deverá buscar constantemente uma preparação que possibilite uma atuação competente e coerente com esse objetivo perante seus alunos e sociedade. Portanto desta maneira, a formação continuada é o melhor caminho e o mais ideal para que isso se concretize no ambiente escolar. (WOLFF & KOGUT, 2009, p. 4201)

Nesse sentido, acreditamos ser essa a ação, de formação continuada, a mais importante de nosso PAE, pois foi citada diversas vezes nas respostas aos itens do questionário respondido pelas escolas.

Para melhor proveito das ações de formação continuada de nosso PAE, dividimos a formação em três públicos-alvo. O primeiro para os Técnicos e Analistas

da 38ª SRE de Ubá; o segundo para os Diretores e Especialistas da Educação Básica e um terceiro, para os professores e demais servidores da escola.

Essa ação se justifica, pois cada público alvo possui seu papel específico no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos e, com essa divisão, acreditamos que o sucesso na capacitação pode ser alcançado com maior eficácia.

Importante salientar que a indicação de ausência de capacitação como uma dificuldade na implementação dos Itinerários Avaliativos, também pode ser relacionada a outras respostas apresentadas pelas escolas aos itens do questionário, como a falta de compreensão dos objetivos dos Itinerários Avaliativos, da dinâmica ser complicada, a dificuldade de utilizar as ferramentas ou da dificuldade de interpretação dos dados das avaliações em larga escala. Portanto, as ações de capacitação previstas no PAE envolvem não somente as citações das escolas sobre a dificuldade relacionada à ausência de capacitação, mas também para outras que foram apresentadas.

4.2.1 Formação continuada para os Técnicos e Analistas da educação da 38ª SRE que fazem parte da equipe pedagógica.

Descrevemos nos capítulos anteriores a iniciativa de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais, desenvolvida pela SEE-MG em parceria com o CAEd/UFJF e acompanhada pelos servidores do setor de Supervisão Pedagógicas das Superintendências Regionais de Ensino.

Nesse contexto de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais, deixaram de ocorrer, por parte da SEE-MG, iniciativas de capacitação dos Técnicos e Analistas da Educação da equipe pedagógica, lotados nas Superintendências Regionais de Ensino, sobre detalhes do funcionamento dos Itinerários Avaliativos, desde a concepção teórica, objetivos, etapas, passo a passo, até o acesso e operacionalização da plataforma *on-line* disponível para o desenvolvimento dos Itinerários Avaliativos.

Como os Técnicos e Analistas da Educação são os responsáveis por intermediarem as ações da SEE-MG nas escolas, entre elas o processo de implementação dos Itinerários Avaliativos, em função da ausência de capacitação voltadas para esses profissionais, ocorreram muitas dúvidas para os responsáveis

pela implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas, notadamente para os diretores, Especialistas da Educação.

Essas dúvidas resultaram em dificuldades pelas escolas, mas também para os próprios Técnicos e Analistas da Educação da 38ª SRE de Ubá. Fato esse apontado pelas escolas nas respostas aos itens do questionário. Para minimizar esse problema, nosso PAE propõe um processo de formação, voltado para os Técnicos e Analistas da Educação da equipe pedagógica da 38ª SRE de Ubá, pois estes atuam diretamente junto às escolas e, principalmente, por terem a função apoiar o Diretor e o Especialista da Educação Básica, que são os responsáveis por conduzir o processo de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas.

Nesse sentido, acreditamos que eles devem ser formados previamente, em curso de formação de 40h. No total da carga horária do curso de formação, parte será realizada *on line*, no total de 20h e outra na forma presencial, na sede da 38ª SRE de Ubá, também no total de 20h.

Esse modelo de distribuição da carga horária do curso de formação irá permitir uma economia nos custos financeiros, pois evitaria gastos com diárias no deslocamento dos servidores da 38ª SRE de Ubá até Belo Horizonte, na SEE-MG, pois no modelo proposto será necessário somente o deslocamento dos técnicos da SEE-MG e do CAEd para a cidade de Ubá-MG, o que reduzirá consideravelmente as despesas com diárias.

A formação voltada para os Técnicos e Analistas da Educação da 38ª SRE de Ubá deve ser ofertada anteriormente à implementação de novas etapas dos itinerários nas escolas da rede estadual de ensino.

O Quadro 22 apresenta a proposta de conteúdo programático para o curso de formação dos Técnicos e Analistas da Educação da 38ª SRE de Ubá, com o número de encontros e a carga horária prevista.

Quadro 22 – Proposta de curso de formação continuada para Técnicos e Analistas da Educação da 38ª SRE de Ubá

ITEM	ENCONTROS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
1	1º dia	Os Itinerários Avaliativos na rede estadual de Minas Gerais.	1h
1.1.	1º dia	Estrutura dos Itinerários Avaliativos.	3h
2	1º dia	As Avaliações em larga escala no país.	2h
3	1º dia	O sistema de avaliação em nosso estado: SIMAVE.	2h
3	2º dia	A Matriz de Referência do SAEB.	2h
3.1.	2º dia	Os Itens dos testes de proficiência.	2h
3.2.	2º dia	Descrição dos padrões de desempenho.	2h
4	2º dia	Fatores Associados ao Desempenho dos estudantes.	2h
6	3º dia	As avaliações em larga escala e o planejamento pedagógico.	2h
6.1.	3º dia	Analisar as médias de proficiência das escolas.	2h
6.2.	4º e 5º dia	Oficinas com estratégias pedagógicas que auxiliem na aquisição de habilidade pelos estudantes.	19h
7	5º dia	Monitoramento das ações e avaliação do curso.	1h
Total de carga horária			40h

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 22 é dividido em 5 encontros, um para cada dia da semana. O conteúdo do primeiro ao terceiro dia será realizado de forma on-line. Já o quarto e o quinto dia, de forma presencial, cada um deles de 20h e uma carga horária total de 40h.

No conteúdo programático proposto, no 1º dia, será discutido os Itinerários Avaliativos, com apresentação da sua concepção, seus objetivos, o acesso à plataforma *on-line* disponível no *moodle* e quais recursos tecnológicos são necessários para sua execução.

Será também apresentado toda a estrutura dos Itinerários Avaliativos, com a descrição das 4 etapas, dos 4 eixos e cada um dos 16 Itinerários Avaliativos, com seus objetivos e ações propostas.

Ainda no 1º dia, deve ser realizado um histórico do processo de consolidação das avaliações em larga escala no país e seu uso no direcionamento das políticas públicas na área da educação e, principalmente, para a melhoria da qualidade do ensino, com foco na aprendizagem dos estudantes.

Além disso, a proposta é apresentar as características do SIMAVE, seu histórico de criação, as séries avaliadas, a evolução dos resultados da rede estadual de Minas Gerais e da 38ª SRE de Ubá.

Para o 2º dia da formação, sugerimos apresentar a Matriz de Referência do SAEB, para que os cursistas possam compreender quais são seus descritores, a elaboração dos itens, as competências e habilidades desejáveis para cada série e o modelo Teoria de Resposta ao Item (TRI), utilizado nas avaliações em larga escala.

Também no 2º dia da formação, será apresentada a descrição geral dos padrões de desempenho, as escalas de proficiência e a possibilidade de comparabilidade de dados de diferentes alunos e instituições educacionais e quais são os possíveis fatores associados ao desempenho dos estudantes que devem ser considerados pelas escolas, como o fator extraescolar (socioeconômico, familiar, individual) e o fator intraescolar (gestão e administração, prática pedagógica, condições de infraestrutura e qualificação dos profissionais da escola).

Já no 3º dia, a proposta é apresentar como as escolas podem fazer uso das avaliações em larga escala no planejamento pedagógico e estabelecer mecanismos de articulação entre as avaliações interna e externa. Neste 3º dia, a proposta é diagnosticar e analisar as médias de proficiência das escolas, ou seja, os resultados das avaliações em larga escala.

Na finalização da formação, no 4º e 5º dia, a proposta é que os cursistas possam, através de oficinas, elaborar projetos de intervenção pedagógica, com foco nos estudantes que apresentam baixo desempenho e realizar a estruturação de formas de monitoramento das estratégias propostas e também de avaliação final do curso.

O Quadro 23 apresenta as ações do PAE relativa à formação continuada voltada para os Técnicos e Analistas da Educação da 38ª SRE de Ubá.

Quadro 23 – PAE sobre a formação para Técnicos e Analistas da Educação da 38ª SRE de Ubá

O QUE? (WHAT?)	POR QUEM? (WHO?)	POR QUÊ? (WHY?)	ONDE? (WHERE?)	QUANDO? (WHEN?)	COMO? (HOW?)	QUANTO CUSTA? (HOW MUCH?)
Formação continuada para os Técnicos e Analistas da educação da SRE, que fazem parte da equipe pedagógica.	Técnicos da SEE-MG.	Necessidade de conhecer detalhadamente todo o conteúdo e ações contidas nos Itinerários Avaliativos e de acesso à plataforma.	20h <i>on-line</i> e 20h presencial na sede da 38ª SRE de Ubá.	No início do ano letivo e anterior à implementação de nova etapa dos Itinerários Avaliativos.	Promover um curso intensivo de 40 horas.	Valor de diárias.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com essa ação prevista no PAE, o apoio às escolas ocorrerá de forma mais eficaz e assim colaborar para que a implementação dos Itinerários Avaliativos ocorra com mais eficácia.

4.2.2 Formação continuada para o Diretor e Especialista da Educação Básica

Além da capacitação dos Técnicos e Analistas da 38ª SRE de Ubá, nosso PAE possui uma ação de capacitação voltada para o Diretor e o Especialista da Educação Básica.

Essa formação se justifica, pois, conforme já dito, são esses profissionais que possuem a responsabilidade de conduzirem o processo de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas.

Nosso PAE coloca que os Técnicos e Analistas da Educação da 38ª SRE de Ubá, que fazem parte da equipe pedagógica, previamente formados pela SEE-MG, é que serão os responsáveis pela capacitação dos Diretores e dos Especialistas da Educação Básica.

Essa formação deve ser presencial, na sede da 38ª SRE de Ubá e servirá para repassar a formação que os Técnicos e Analistas da Educação Básica tiveram na SEE-MG, multiplicando o conhecimento adquirido, ou seja, deve ser ofertada nos mesmos conteúdos programáticos estabelecidos pela formação dada pela SEE-MG aos servidores da equipe pedagógica da SRE, conforme apresentado no Quadro 22.

Essa formação deve ocorrer no início do ano letivo e anterior à implementação dos Itinerários Avaliativos.

As ações do PAE para a formação dos Diretores e dos Especialistas da Educação Básica estão representadas no Quadro 24.

Quadro 24 – PAE sobre a formação para Diretores e Especialistas da Educação Básica da 38ª SRE de Ubá

O QUE? (WHAT?)	POR QUEM? (WHO?)	POR QUÊ? (WHY?)	ONDE? (WHERE?)	QUANDO? (WHEN?)	COMO? (HOW?)	QUANTO CUSTA? (HOW MUCH?)
Formação continuada para o Diretor e Especialista da Educação Básica.	Técnicos e Analistas da Superintendência de Ensino.	Pela dificuldade dos gestores em analisar os resultados das avaliações externas e sua utilização e seu uso como instrumento de planejamento pedagógico.	Na sede da 38ª SRE de Ubá.	Anterior ao início das novas etapas dos Itinerários Avaliativos nas Escolas.	Organização de oficinas de 20h para conhecimento detalhado da plataforma dos Itinerários Avaliativos.	Recursos próprios da 38ª SRE Ubá.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com essa ação no PAE, os Diretores e os Especialistas da Educação terão muita mais propriedade de conduzirem os processos de implementação dos Itinerários Avaliativos em suas escolas e assim o processo ocorrerá com maior eficácia e sucesso.

4.2.3 Formação continuada para os professores e demais servidores da escola

As repostas aos itens do questionário aplicado às escolas indicam também a necessidade de capacitação para os professores e demais servidores da escola. Essa ação se justifica, pois foi indicada como uma dificuldade encontrada pelas escolas no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos, ou seja, é necessária uma melhor participação dos professores e demais servidores da escola nesse processo.

Assim, nosso PAE coloca essa ação como uma responsabilidade da SEE-MG e, em função das dimensões territoriais do nosso estado e do quantitativo de profissionais envolvidos, seria praticamente impossível fazer essa capacitação de

forma presencial. Portanto, indicamos que essa ação de formação possa ser ofertada à distância, de forma *on-line* e possibilitar a participação de todos os servidores das escolas. Além disso, indicamos colocar essa formação como uma alternativa ao cumprimento da carga horária prevista do Módulo II e assim garantir uma formação em serviço.

O curso de formação continuada voltada para os professores e demais servidores das escolas deve ocorrer no início do ano letivo e anterior à implementação das novas etapas dos Itinerários Avaliativos.

Nessa formação continuada, é importante trabalhar situações e exemplos práticos da realidade escolar, com conteúdo voltado para análise dos resultados das avaliações internas e externas, seu uso no planejamento pedagógico e na melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Conforme dito, essa situação foi diagnosticada nas repostas aos itens do questionário aplicado às escolas, principalmente em relação ao item 10. Nesse item, que teve objetivo de verificar se as escolas conseguiram identificar os problemas educacionais que afetam a aprendizagem e se promoveram alterações no planejamento pedagógico dos professores.

Na ação de formação continuada de nosso PAE, deve constar também, além dos conteúdos voltados para entendimento dos Itinerários Avaliativos, a conscientização dos professores sobre o seu papel na melhoria dos processos pedagógicos e do uso dos resultados das avaliações em larga escala no planejamento pedagógico, esclarecendo-lhes dúvidas sobre essa avaliação, seu histórico de consolidação, análise criteriosa dos indicadores de desempenho fornecidos e, principalmente, de exemplos de práticas exitosas do uso das informações geradas pelos sistemas de avaliação em larga escala dentro do ambiente escolar.

Para tanto, adaptamos os conteúdos programáticos estabelecidos no Quadro 22, referente à formação ofertada para os Técnicos e Analistas da Educação e também para os Diretores e Especialistas da Educação Básica e estão apresentados no Quadro 25 e contêm o conteúdo programático previsto para ser executado no curso de formação.

Quadro 25 – Proposta de curso de formação continuada para professores e demais servidores da escola

ITEM	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1	Os Itinerários Avaliativos na rede estadual de Minas Gerais.	4h
2	As Avaliações em larga escala no país e o SIMAVE.	4h
3	A Matriz de Referência: descritores, itens e escala de proficiência.	4h
4	Fatores Associados ao Desempenho dos estudantes: analisar as médias de proficiência da escola.	4h
5	Oficinas para estabelecer estratégias pedagógicas que auxiliem no trabalho e aquisição de determinada habilidade pelo estudante: elaboração do Plano de Ação.	20h
6	Monitoramento das ações e avaliação do curso.	4h
	TOTAL	40 h

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim como na formação continuada dos Técnicos, Analistas da Educação, Diretores e Especialistas da Educação Básica, a proposta é fazer uma descrição dos Itinerários Avaliativos, com apresentação da concepção, objetivos, o acesso à plataforma e a descrição das etapas, dos eixos e de cada um dos 16 Itinerários Avaliativos. Essa informações estão propostas no item 1 do conteúdo programático.

Já no item 2 do conteúdo programático, a ideia da formação é fazer um apanhado histórico do processo de consolidação das avaliações em larga escala e as possíveis contribuições para a melhoria da qualidade da educação. Além de apresentar também o histórico de criação do SIMAVE, as séries avaliadas, a evolução dos resultados e os dados disponíveis do Sistema de Monitoramento.

No item 3 do conteúdo programático, pretendemos fazer que os cursistas compreendam os descritores da Matriz de Referência, a elaboração dos itens, a escala de proficiência e a TRI utilizados nas avaliações em larga escala.

Já no conteúdo programático do item 4, a proposta é apresentar aos professores e demais servidores os fatores extraescolares (socioeconômico, familiar, individual) e intraescolares (gestão e administração, prática pedagógica, condições de infraestrutura, qualificação dos profissionais) que podem interferir na aprendizagem dos estudantes e, a partir disso, poderem analisar com maior eficácia as médias de proficiência obtidas pela escola nas avaliações em larga escala.

Ainda no item 4 também propusemos que os professores e demais servidores da escola saibam identificar os alunos com baixo desempenho, as habilidades que não foram atingidas e os erros mais frequentes obtidos nos itens das provas de avaliação em larga escala.

No conteúdo programático proposto, no item 5 tem a finalidade de sensibilizar os cursistas sobre a importância dos professores e demais servidores da escola na melhoria da qualidade do ensino. Outro tema proposto é que os cursistas saibam estabelecer relações entre as avaliações internas, externas e o planejamento pedagógico, tendo como base a matriz de referência. Nesse item será proposta a elaboração de um Plano de Ação que contenha formas de intervenção pedagógica, com foco nos estudantes diagnosticados com baixo desempenho.

Já no item 6, o objetivo é que os cursistas possam estabelecer mecanismos de monitoramento das ações previstas e fazerem uma avaliação da formação continuada, com apresentação de críticas e sugestões.

Enfim, a carga horária prevista é de 40h e como a proposta é realizar a formação *on-line*, reforçamos a ideia que os cursistas utilizem as horas previstas do Módulo II para fazerem a formação. As ações previstas no PAE estão apresentadas no Quadro 26.

Quadro 26 – PAE sobre formação continuada para professores e demais servidores nas escolas da 38ª SRE de Ubá

O QUE? (WHAT?)	POR QUEM? (WHO?)	POR QUÊ? (WHY?)	ONDE? (WHERE?)	QUANDO? (WHEN?)	COMO? (HOW?)	QUANTO CUSTA? (HOW MUCH?)
Formação para professores e demais servidores das escolas da 38ª SRE de Ubá.	Técnicos e Analistas da SEE-MG com apoio da SRE de Ubá.	Pela dificuldade dos professores em analisar os resultados das avaliações externas e seu uso como instrumento de planejamento pedagógico.	Nas escolas da rede estadual da 38ª SRE de Ubá.	Início do ano letivo e anterior às novas etapas dos Itinerários Avaliativos.	Curso <i>on-line</i> com encontros presenciais nas reuniões de Módulo II na escola.	Recursos próprios da SEE-MG.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Portanto, acreditamos que as ações de nosso PAE, direcionadas para a formação continuada dos professores e demais servidores da escola, podem ser um importante instrumento para que os resultados das avaliações em larga escala de fato passem a servir de apoio e instrumental importante no planejamento pedagógico dos professores, pois conhecer as dificuldades e deficiências de

aprendizagem dos estudantes de baixo desempenho, baseado nos descritores da Matriz de Referência e nos indicadores de proficiência, podem resultar na melhoria do processo de ensino-aprendizagem, logo, na melhoria da qualidade da educação ofertada nas escolas públicas do estado de Minas Gerais.

4.3 REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DE INCONSISTÊNCIA DA PLATAFORMA DE ACESSO AOS ITINERÁRIOS AVALIATIVOS

Outra ação que faz parte de nosso PAE e que foi evidenciado a partir da aplicação do questionário nas escolas foi a dificuldade em relação ao uso da plataforma *on-line* dos Itinerários Avaliativos.

Acreditamos que essa ação se justifica, pois, conforme descrito pelas escolas, várias tiveram que fazer um retrabalho, que resultou em atrasos no lançamento das informações na plataforma. Essa ação deve ser realizada pela SEE-MG em parceria com o CAEd/UFJF, que foram os desenvolvedores dos conteúdos e da plataforma dos Itinerários Avaliativos.

A ação prevista no PAE deve ser feita anteriormente à implementação dos Itinerários Avaliativos, principalmente através de projeto piloto, ou seja, ser implementado inicialmente em uma unidade escolar e assim coletar os *feedbacks* necessários para possíveis correções de inconsistências do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos.

Acreditamos que com essa ação do PAE teremos uma melhor agilidade nos lançamentos das ações previstas, pois será evitado retrabalho, conforme foi demonstrado pelas escolas e, conseqüentemente, teríamos assim maior eficácia no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos em todas as escolas.

As ações previstas no PAE referente ao diagnóstico de inconsistências na plataforma de acesso aos Itinerários Avaliativos estão apresentadas no Quadro 27 e deve ser realizada anteriormente à implementação de novas etapas dos Itinerários Avaliativos na rede estadual de Minas Gerais.

Quadro 27 – PAE sobre diagnóstico de inconsistências da plataforma dos Itinerários Avaliativos nas escolas da 38ª SRE de Ubá

O QUE? (WHAT?)	POR QUEM? (WHO?)	POR QUÊ? (WHY?)	ONDE? (WHERE?)	QUANDO? (WHEN?)	COMO? (HOW?)	QUANTO CUSTA? (HOW MUCH?)
Realização de diagnóstico de inconsistência da plataforma de acesso aos Itinerários Avaliativos.	Pelos técnicos da SEE-MG em parceria com o CAEd.	Devido às manifestações das escolas que alegaram problemas técnicos de acesso à plataforma <i>on-line</i> dos Itinerários Avaliativos.	Na SEE-MG.	No início do ano letivo, anterior às novas etapas dos Itinerários Avaliativos e também durante todo o percurso de sua implementação.	Coletar <i>feedbacks</i> das escolas e da Superintendência de Ensino.	Recursos próprios da SEE-MG.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Portanto, conforme descrito pelas escolas, uma das principais dificuldades apresentadas na implementação dos Itinerários Avaliativos está relacionado ao acesso e uso da plataforma *on-line* disponível e o diagnóstico das inconsistências podem facilitar o processo de implementação que, aliado aos processos de formação continuada de todos os atores envolvidos podem resultar em maior eficácia dos objetivos previstos da ferramenta dos Itinerários Avaliativos.

4.4 REDUÇÃO DO QUANTITATIVO DE ITINERÁRIOS AVALIATIVOS

Ocorreram diversas citações das escolas em relação às dificuldades enfrentadas de implementação dos Itinerários Avaliativos pela questão dos prazos curtos para realização das ações ou ao número excessivo de ações propostas, muitas vezes repetitivas, a dificuldade de adequação das ações ao calendário escolar, a ocorrência de greve, a existência de demandas de outros projetos, são exemplos que justificam a redução do quantitativo de Itinerários Avaliativos.

Essa ação do PAE deve ser realizada pela SEE-MG, em parceria com o CAEd/UFJF e anterior às novas etapas da implementação dos Itinerários Avaliativos na rede estadual de Minas Gerais.

Como sugestão, ao invés de 16 Itinerários Avaliativos do modelo atual, poderiam ser somente 8 Itinerários. A sugestão de modificação seria reduzir os

itinerários contidos na etapa 2 (Itinerários de número 2 a 11), que abrangem os eixos de direito à aprendizagem; gestão democrática e participativa; fortalecimento do trabalho coletivo e relação da escola com a comunidade. Estes itinerários poderiam ser agrupados em apenas um, que contemplaria as ações propostas, concentrando as atividades a serem desenvolvidas na análise e discussão em torno dos resultados das avaliações em larga escala, participação da comunidade escolar, engajamento dos professores e reflexão da relação entre a escola e a família. Com essa mudança iremos promover a redução de 7 Itinerários Avaliativos.

Ainda na Etapa 2, pode ser eliminado mais 1 Itinerário, que irá totalizar 8 itinerários reduzidos. Assim, em relação aos Itinerários da Síntese da Avaliação Interna e Consolidação da Avaliação Interna (Itinerários 10 e 11), ficaria apenas um e condensaria os conteúdos neste que sobrar, ou seja, basicamente validar as conclusões do itinerário e apresentar recomendações para elaboração do Plano de Ação, conforme apresentado no Quadro 28.

Além disso, para facilitar as discussões em relação aos resultados da escola e reduzir o tempo de realização de algumas ações, sugerimos que os dados com os indicadores da escola, contidos no *site* do Sistema de Monitoramento da Aprendizagem, que reúnem informações e indicadores educacionais de toda a rede de ensino do estado de Minas Gerais, como os resultados das avaliações da aprendizagem dos estudantes, as médias de proficiência, a distribuição dos estudantes por padrões de desempenho, as taxas de aprovação, reprovação, evasão escolar e distorção idade-série, sejam migradas automaticamente para a plataforma *on-line* dos Itinerários Avaliativos, eliminando a necessidade de preenchimento de formulários para envio, pois essa ação demanda uma quantidade grande de tempo.

Com esta ação, as escolas ganhariam mais tempo, não haveria sobreposição de ações, facilitaria a execução de cada uma das etapas dos Itinerários Avaliativos e os dados já ficariam disponíveis automaticamente, facilitando as ações previstas. Dessa forma, a equipe da escola pode concentrar os esforços na análise e apropriação dos resultados e seu uso no planejamento pedagógico dos professores.

Com a redução destes 8 Itinerários Avaliativos e a migração automática dos dados do Sistema de Monitoramento da Aprendizagem para a plataforma *on-line* dos Itinerários Avaliativos, acreditamos que não haverá perda de qualidade, pois as ações previstas de formação continuada de todos os atores envolvidos podem cobrir

possíveis lacunas no entendimento dos conteúdos previstos e na eficácia das análises dos dados das avaliações em larga escala, elaboração do Plano de Ação e seu monitoramento, sendo estes, pontos centrais no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos.

Esta ação deverá ocorrer anterior à implementação de novas etapas dos Itinerários Avaliativos e estão apresentadas no Quadro 28.

Quadro 28 – Proposta de Redução dos Itinerários Avaliativos

SITUAÇÃO ATUAL DOS ITINERÁRIOS AVALIATIVOS		SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO CONTIDA NO PAE
Etapa 2 - Avaliação Interna (Itinerários número 2 a 11), que abrangem os eixos de direito à aprendizagem; gestão democrática e participativa; Fortalecimento do trabalho coletivo e relação da escola com a comunidade.	Itinerário 2 - Articulação entre avaliação externa e interna.	1 Itinerário: Análise dos resultados das avaliações em larga escala com a participação da comunidade escolar.
	Itinerário 3 - Análise do desempenho dos estudantes.	
	Itinerário 4 - Análise de rendimento e frequência dos estudantes.	
	Itinerário 5 - Análise dos percentuais de acerto por descritor.	
	Itinerário 6 - Ambiente de aprendizagem.	
	Itinerário 7 - Ambiente participativo.	
	Itinerário 8 - Engajamento e participação dos professores.	
	Itinerário 9 - Relações interinstitucionais.	
	Itinerário 10 - Síntese da avaliação interna e recomendações.	1 Itinerário: Recomendações para o Plano de Ação.
	Itinerário 11 - Consolidação da Avaliação Interna.	

Fonte: Elaborado pelo autor.

As ações de redução dos Itinerários Avaliativos, diagnosticadas pelas respostas das escolas aos itens do questionário aplicado e propostas no PAE estão apresentadas no Quadro 29.

Quadro 29 – PAE sobre a redução do quantitativo de Itinerários Avaliativos nas escolas da 38ª SRE de Ubá

O QUE? (WHAT?)	POR QUEM? (WHO?)	POR QUÊ? (WHY?)	ONDE? (WHERE?)	QUANDO? (WHEN?)	COMO? (HOW?)	QUANTO CUSTA? (HOW MUCH?)
Redução do quantitativo de passo a passo dos Itinerários Avaliativos.	Técnicos da SEE-MG em parceria com o CAEd.	Através da aplicação do questionário as escolas demonstraram que há um número excessivo de etapas a serem cumpridas e muitas das ações se sobrepõem uma à outra, além da necessidade de maior objetividade e menor burocracia.	Na SEE-MG.	No início do ano letivo, anterior às novas etapas dos Itinerários Avaliativos.	Eliminação de ações que se sobrepõem para deixar os Itinerários Avaliativos mais "enxutos" e com maior clareza nos seus objetivos. Disponibilizar os dados do Sistema de Monitoramento da Aprendizagem diretamente na plataforma dos Itinerários Avaliativos.	Recursos próprios da SEE-MG.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Portanto, acreditamos que essa ação prevista no PAE de redução do quantitativo dos Itinerários Avaliativos e migração automática dos dados do Sistema de Monitoramento da Aprendizagem para a plataforma dos Itinerários Avaliativos, podem facilitar o passo a passo de ações previstas dentro dos prazos estipulados para implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas da rede estadual de Minas Gerais e, de forma específica, nas escolas da 38ª SRE de Ubá.

Finalizando, essa ação irá possibilitar maior agilidade implementação dos itinerários que, aliada ao processo de formação continuada, dará maior eficácia para atingir os objetivos propostos, relacionados à melhoria da qualidade da educação ofertada para os estudantes na rede estadual de ensino de Minas Gerais.

4.5 APRESENTAR O RESULTADO DA PESQUISA PARA A 38º SRE DE UBÁ E À SEE-MG

Nosso PAE também contempla apresentar as sugestões, que foram resultados da pesquisa, aos Técnicos e Analistas da Educação da 38º SRE de Ubá e também para a Superintendência de Avaliação Educacional da SEE-MG.

Como justificativa, acredito que as informações fornecidas pelas escolas são um *feedback* importante no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos e podem servir de parâmetro para sua melhoria e gerar maior eficácia e assim maior sucesso na aplicação das políticas públicas na área da educação.

As ações previstas no PAE de apresentação dos resultados da pesquisa aos Técnicos e Analistas da Educação da 38º SRE de Ubá e para a Superintendência de Avaliação Educacional da SEE-MG, estão apresentadas no Quadro 30.

Quadro 30 – PAE sobre a apresentação dos resultados da pesquisa à 38º SRE de Ubá e SEE-MG

O QUE? (WHAT?)	POR QUEM? (WHO?)	POR QUÊ? (WHY?)	ONDE? (WHERE?)	QUANDO? (WHEN?)	COMO? (HOW?)	QUANTO CUSTA? (HOW MUCH?)
Apresentar o resultado da pesquisa para o Diretor Educacional da 38º SRE de Ubá.	Samuel Gazolla Lima.	Necessidade de um <i>feedback</i> da pesquisa aos interessados e também pelo apoio institucional fornecido e que possibilitou seu desenvolvimento.	Na 38º SRE de Ubá.	No início do ano letivo, anterior às novas etapas dos Itinerários Avaliativos.	Apresentação via <i>Power Point</i> dos resultados da pesquisa e das ações contidas no PAE.	Recursos próprios do servidor.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, a partir das ações contidas no PAE, temos a pretensão de melhorar a eficácia do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos na rede estadual de Minas Gerais, em especial nas escolas vinculadas à 38º SRE de Ubá.

Nesse sentido, a apresentação dos resultados da pesquisa, além da possibilidade de melhorar o processo de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas, é uma forma importante de prestação de contas, pois recursos públicos oriundos da cobrança de impostos de nossa sociedade e possibilitou o desenvolvimento da pesquisa.

Portanto, acredito que nada mais justo para o contribuinte é a possibilidade do investimento feito por eles poderem resultar em melhoria das políticas públicas, no caso, o processo de implementação dos Itinerários Avaliativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas reflexões no desenvolvimento de nossa pesquisa estão descritas aqui neste espaço, e levam em consideração os resultados alcançados do nosso trabalho sobre a análise de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas vinculadas à 38º SRE de Ubá, o referencial teórico e a metodologia utilizada.

Nossa pesquisa detectou pontos críticos no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos SRE de Ubá, sendo que a principal delas está relacionada à ausência de um processo de capacitação prévio, tanto para os servidores Técnicos e Analistas da Educação que fazem parte da equipe pedagógica da 38º SRE de Ubá, quanto para os profissionais que diretamente estavam envolvidos neste processo nas escolas, que eram os diretores e os Especialistas da Educação Básica, além dos demais servidores das escolas.

É provável que se tivesse ocorrido uma capacitação prévia o alcance dos objetivos propostos dos Itinerários Avaliativos teria sido com melhor eficácia.

Neste sentido, buscamos identificar e analisar os fatores que interferiram no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos e as dificuldades apresentadas pelas escolas vinculadas à 38º SRE de Ubá.

Além da ausência de capacitação, detectamos a dificuldade de usar os resultados das avaliações em larga escala no planejamento pedagógico, a limitação de tempo para percorrer todos os 16 Itinerários Avaliativos e que evidenciam há existência de um excesso de ações previstas; ao acúmulo de projetos a serem desenvolvidos pelas escolas; as dificuldades de acesso à plataforma e às suas inconsistências foram outras dificuldades que destacamos.

Todas essas dificuldades só foram possíveis de serem diagnosticadas a partir do uso do questionário aplicado às escolas. Acredito que vale destacar o uso do método de aplicação de forma *on-line* de coleta dos dados, pois além da imparcialidade necessária na pesquisa, poupou recursos financeiros e de tempo para o pesquisador e para os pesquisados.

Dessa forma, tendo como base as informações coletadas, foi possível construir um PAE cujo objetivo é sugerir ações com a intenção de melhorar uso dos Itinerários Avaliativos, considerado importante pelas próprias escolas e possui potencial de poder alavancar melhorias na qualidade da educação ofertada.

Posto isso, acreditamos que os Itinerários Avaliativos ao fazerem as escolas implementarem ações de participação do coletivo da escola, discutirem os resultados das avaliações em larga escala e a criação, implementação e acompanhamento dos Planos de Ação, podem fazer com que elas alcancem novos patamares de eficácia do processo de ensino-aprendizagem.

É importante também que a SEE-MG reforce a parceria com o CAEd/UFJF com Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) em novas pesquisas, para estudar outros aspectos envolvidos na implementação dos Itinerários Avaliativos, pois podem, a partir das ações propostas, fazer as escolas refletirem sobre elas mesmas, ou seja, sobre seus resultados pedagógico-educacionais e assim proporcionar, cada vez mais, uma melhor qualidade de ensino ofertado a seus estudantes, com ganhos à comunidade escolar como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALAVARSE, Ocimar M.; BRAVO, Maria Helena; MACHADO, Cristine. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1783/1783.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2018.
- BAUER, Adriana; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; OLIVEIRA, Romualdo Portela. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-1382, dez., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41nspe/1517-9702-ep-41-spe-1367.pdf>. Acesso em: 27 de mai. 2018.
- BECKER, Fernanda da Rosa. Avaliação educacional em larga escala: a experiência brasileira. **Revista Ibero-americana de Educação**. n.º 53/1, 2010. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/1751>. Acesso em 20 de out. 2019.
- BONAMINO, Alícia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf>. Acesso em: 15 de jul. 2019.
- CASTRO, Maria Helena. A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil. **Meta: Avaliação** | Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.271-296, set./dez. 2009. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/51/30>. Acesso em: 26 de jun. 2018.
- CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf. Acesso em: 19 de mai. 2019.
- COELHO, Maria Inês de Matos. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n59/v16n59a05.pdf>. Acesso em: 27 de mai. 2018.
- DEEAS. Histórico de Criação do Colégio Tiradentes Cândido Martins de Oliveira. **Resolução nº 4639, de 28 de dezembro de 2017**. Publicada no BGPM nº 97 de 28 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/conteudoportal/uploadFCK/deeas/25022019143010171.pdf>. Acesso em 20 de out. 2019.
- DEPPRESBITERIS, Léa. A Avaliação na Educação Básica: ampliando a discussão. **Estudos em Avaliação Educacional**, n.º. 24, jul-dez/2001. Disponível em:

<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/980/980.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2018.

FARIA, Geniana. Entrevista. SEE-MG, 2017, In: FREITAS. Ramon dos Reis.

Protocolos de gestão no contexto escolar: o uso de ferramentas para apropriação de resultados das avaliações externas. 2017. 89 f. (Dissertação mestrado profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/protocolos-de-gestao-no-contexto-escolar-o-uso-de-ferramentas-para-apropriacao-de-resultados-das-avaliacoes-externas/>. Acesso em 11 de fev. 2019.

ESTEBAN, Maria Teresa; FETZNER, Andréa Rosana. A redução da escola: a avaliação externa e o aprisionamento curricular. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 1/2015, p. 75-92. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/er/nspe1/1984-0411-er-1-spe-00075.pdf>. Acesso em: 27 de mai. 2018.

FERREIRA, R. O. **Política de Avaliação Externa Bimestral:** Um estudo sobre sua percepção como ferramenta de gestão pedagógica nas unidades escolares da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. (Dissertação de mestrado profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) CAED/UFJF, Juiz de Fora, 2015.

Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/politica-de-avaliacao-externa-bimestral-um-estudo-sobre-sua-percepcao-como-ferramenta-de-gestao-pedagogica-nas-unidades-escolares-da-rede-estadual-de-ensino-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em 01 de abr. 2018.

FILGUEIRAS, K. F. **Avaliação em larga escala:** análise da recepção e dos resultados do PROALFA na rede pública estadual de ensino de Belo Horizonte. 17º COLE, 2009. Disponível em:

<http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem13/COLE_2077.pdf> Acesso em: 14 de abr. 2019.

FONTANIVE, Nilma Santos. A Divulgação dos Resultados das Avaliações dos Sistemas Escolares: limitações e Perspectivas. Ensaio: **Aval. pol. públ. Educ.**, Mar 2013, vol.21, nº. 78, p. 83-100. Disponível em:

http://www.scielo.br/pdf/ensaio/2013nahead/aop_0413.pdf. Acesso em 20 de out. 2019.

FREITAS. Ramon dos Reis. **Protocolos de gestão no contexto escolar:** o uso de ferramentas para apropriação de resultados das avaliações externas. 2017. 89 f. (Dissertação de mestrado profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) CAEd-UFJF, Juiz de Fora, 2017. Disponível em:

<http://www.mestrado.caedufjf.net/protocolos-de-gestao-no-contexto-escolar-o-uso-de-ferramentas-para-apropriacao-de-resultados-das-avaliacoes-externas/>. Acesso em 11 de fev. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. Disponível em:

<http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20->

%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 08 de ago. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 08 de ago. 2019.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão?. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>>. Acesso em: 19 de mai. 2019.

HORTA NETO, João Luiz. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005. **Revista Iberoamericana de Educación**, n.º 42/5 – 25 de abril de 2007. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2398/3403>. Acesso em: 26 de jun. 2018.

LISBOA, Maria da Graça Portela; GODOY, Leoni Pentiado. Aplicação do método 5w2h no processo produtivo do Produto: a joia. **Iberoamerican Journal of Industrial Engineering**, Florianópolis, SC, Brasil, v. 4, n. 7, p. 32-47, 2012. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/IJIE/article/download/1585/pdf>. Acesso em: 27 de out. 2019.

MACHADO, Cristiane. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. **Revista @mbienteeducação**. 5(1): 70-82, jan/jun, 2012. Disponível em: http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_5_1/educacao_01_70-82.pdf. Acesso em: 27 de mai. 2018.

MACHADO, Cristiane; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 413-436, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n2/v39n2a05.pdf>. Acesso em: 27 de mai. 2018.

MINAS GERAIS. Decreto 45.849 de 27 de dezembro de 2011 e alterações do Dec. nº. 5.914. **Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação**. Disponível em: http://www2.educacao.mg.gov.br/images/stories/publicacoes/DECRETO_Competncias%20SEE_45.849_com%20alteraes%20do%20dec.45.914%201.pdf. Acesso em: 14 de jan. 2019.

MINAS GERAIS. Decreto 46125, de 04/01/2013, que **regulamenta dispositivos da Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46125&comp=&ano=2013>. Acesso em 27 de set. 2019.

MINAS GERAIS. Lei Delegada nº. 180. **Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova->

min.html?tipo=LDL&num=180&comp=&ano=2011&texto=consolidado. Acesso em: 14 de jan. 2019.

MOURA, Estigete Carvalho Leite. **A utilização dos resultados das avaliações de larga escala pelos diretores das escolas municipais de Teresina.** (Dissertação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016). Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/a-utilizacao-dos-resultados-das-avaliacoes-de-larga-escala-pelos-diretores-das-escolas-municipais-de-teresina/>. Acesso em 27 de set. 2019.

NOÉ, Heloisa Elena. **O Programa de Intervenção Pedagógica e sua ampliação para os anos finais do ensino fundamental nas escolas estaduais da Superintendência Regional de Ensino de Ubá: uma análise a partir do Ciclo de Políticas.** (Dissertação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014). Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/12/ELOISA-ELENA-NO%C3%89.pdf>. Acesso em 15 de jan. 2019.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Revista Travessias. v. 2, n. 3 (2008).** Cascavel, PR. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122/2459>. Acesso em: 18 de mar. 2019.

OLIVEIRA, George W. de Bessa; JACINSKI, Lucas. **Desenvolvimento de um questionário para coleta e análise de dados de uma pesquisa, em substituição ao modelo Google Forms.** 51 f. (Trabalho de Conclusão de Curso Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2017. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/8339/1/PG_COADS_2017_2_06.pdf. Acesso em: 27 de mai. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 19 de mar. 2019.

QUERIDO, Paula Helena de Andrade. **Os usos dos resultados das avaliações externas por escolas na proposição de ações de melhoria.** PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC-SP (Dissertação de Mestrado), 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3711358#. Acesso em: 27 de mai. 2018.

RISCAL, José Reinaldo. **Gestão democrática e a análise de avaliações em larga escala: o desempenho de escolas públicas no Brasil**. São Carlos: Pixel, 2016. 159 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2016-pdf/49171-gestao-democratica-e-a-analise-de-avaliacoes-larga-escala/file>. Acesso em: 15 de out. 2019.

SANTOS, Joedson Brito dos. Avaliação em larga escala na educação básica: uma discussão sobre o uso dos resultados para melhorar a educação. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.26, n. 1, p. 9-27, jan.-jun. 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/viewFile/25931/20250>. Acesso em 20 de out. 2019.

SANTOS, Célio Serafim. **Fatores de eficácia escolar associados ao desempenho nas avaliações externas: O caso de uma escola estadual de Divinópolis/MG**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1864866#. Acesso em: 27 de mai. 2018.

SEBRAE. **Ferramenta: 5w2h – plano de ação para empreendedores**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/5W2H.pdf>. Acesso em: 27 de out. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Série Histórica da Educação Minas Gerais 2008-2017**. Belo Horizonte: PRODEMG, 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Itinerários Avaliativos de Minas Gerais**: material de apoio, Belo Horizonte, MG, SEE-MG, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE 2009** / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 (jan/dez. 2009), Juiz de Fora, 2009. Disponível em: http://www.simave.caedufjf.net/wp-content/uploads/2012/06/boletim_vol1_proeb_ae_2009.pdf. Acesso em: 14 abr. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Sistema Mineiro de Avaliação da Educação da Pública - SIMAVE – **Revista do Sistema de Avaliação – SIMAVE 2014**. Disponível em: <http://www.simave.caedufjf.net/wp-content/uploads/2016/02/SIMAVE-RSA-WEB.compressed.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE 2015** – Divulgação e apropriação de resultados. UFJF, Faculdade de Educação, CAEd. Juiz de Fora, 2015.

SILVA, Hilda Maria Gonçalves da; RIBEIRO, Ricardo; DAVID, Célia Maria. Os sistemas de avaliação da educação no Brasil: da sua instituição ao contexto atual. CAMINE: **Caminhos da Educação**, Franca, v. 3, n. 1, set. 2011. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/323>. Acesso em: 28 abr. 2018.

SILVA, Patrícia Aparecida. **As influências do sistema mineiro de avaliação na construção da qualidade da educação**. (Dissertação mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, 2016. 236 p. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18097/1/InfluenciasSistemaMineiro.pdf>. Acesso em: 13 de mar. 2019.

SILVA, Queli Cristina; COELHO, Denila. **Considerações sobre as avaliações em larga escala no Brasil e o papel dos organismos internacionais**: fundamentos da eficiência e produtividade. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1256-0.pdf. Acesso em: 27 de mai. 2018.

SILVA, Vandre Gomes. **Usos de avaliações em larga escala em âmbito escolar**. 36ª Reunião Nacional da ANPED – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013. Goiânia-GO. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt14_3264_texto.pdf. Acesso em: 27 de mai. 2018.

SILVEIRA, Aisi Anne Ferreira. **Uso dos resultados das avaliações externas em escolas de uma cidade do sul de Minas Gerais**. (Dissertação mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí. Pouso Alegre: 2016. 115.f. Disponível em: <http://www.univas.edu.br/me/docs/dissertacoes2/49.pdf>. Acesso em 14 de abr. 2019.

SOLIGO, Valdecir. Possibilidades e desafios das avaliações em larga escala da educação básica na gestão escolar. **Rev. on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, SP. n. 9, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9275/6152>. Acesso em: 27 de mai. 2018.

SORDI, Mara Regina Lemes de. Possibilidades e limites da avaliação em larga escala na construção da qualidade da escola pública. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**. Campo Grande, MS, n. 33, p. 39-53, jan./jul. 2012. Disponível em: <http://www.gpec.ucdb.br/SREie-estudos/index.php/SREie-estudos/article/download/65/168>. Acesso em: 27 de mai. 2018.

SOUSA, S. Z. & OLIVEIRA, R. de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. FCC - Fundação Carlos Chagas. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.141, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a07.pdf>. Acesso em: 20 de mai. 2018.

SOUZA, Aparecida Meireles de Souza. **A utilização dos resultados das avaliações externas pelos gestores escolares estaduais de Porto Velho**

Rondônia. Juiz de Fora, UFJF. 2019. (Dissertação de Mestrado em Educação). PPGP, UFJF, 2019.

Superintendência de Avaliação Educacional - SAE. **Itinerários Avaliativos Novo Cronograma.** Destinatário: Supervisão pedagógica da SRE Ubá. Belo Horizonte, 21 fev. 2017a. 1 mensagem eletrônica.

Superintendência de Avaliação Educacional - SAE. **Análise 1 Itinerário Avaliativo.** Destinatário: Supervisão pedagógica da SRE Ubá. Belo Horizonte, 10 de mar. 2017b. 1 mensagem eletrônica.

Superintendência de Avaliação Educacional - SAE. **Itinerários Avaliativos - Esclarecimentos.** Destinatário: Supervisão pedagógica da SRE Ubá. Belo Horizonte, 21 de mar. 2017c. 1 mensagem eletrônica.

Superintendência de Avaliação Educacional - SAE-. **Relatório de Acompanhamento dos Itinerários Avaliativos.** Destinatário: Supervisão pedagógica da SRE Ubá. Belo Horizonte, 28 de mar. 2017d. 1 mensagem eletrônica.

Superintendência de Avaliação Educacional - SAE. **Relatório de Acompanhamento dos Itinerários Avaliativos.** Destinatário: Supervisão pedagógica da SRE Ubá. Belo Horizonte, 15 de mai. 2017e. 1 mensagem eletrônica.

Superintendência de Avaliação Educacional - SAE. **Relatório de Acompanhamento dos Itinerários Avaliativos.** Destinatário: Supervisão pedagógica da SRE Ubá. Belo Horizonte, 05 jun. 2017f. 1 mensagem eletrônica.

Superintendência de Avaliação Educacional - SAE. **Relatório de Acompanhamento dos Itinerários Avaliativos.** Destinatário: Supervisão pedagógica da SRE Ubá. Belo Horizonte, 12 de dez. 2017g. 1 mensagem eletrônica.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBÁ - SRE. 2016. **Mapa da área de abrangência e informações da SRE de Ubá.** Disponível em: <http://sreuba.educacao.mg.gov.br/images/slide/Novo-Banner-Circunscricao2.jpg>. Acesso em: 14 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos** / Centro de Difusão do Conhecimento. Juiz de Fora: UFJF, 2019. 66 p. Disponível em: <https://www.ufjf.br/biblioteca/servicos/normalizacao-2/>. Acesso em 12 de nov. 2019.

VERGANI, F. M. **Avaliação externa de rendimento escolar:** um instrumento da gestão pedagógica. V Congresso Internacional de Filosofia e Educação (V CINFE). Caxias do Sul/RS, 2010. Disponível em: http://www.ucs.br/ucs/tplcinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/eixo_tematico8/Avaliacao%20externa%20de%20rendimento%20escolar_%20um%20instrumento%20da%20gestao%20pedagogica.pdf. Acesso em: 13 mar. 2019.

VIEIRA, Henrique Corrêa; CASTRO, Aline Eggres; SCHUCH JÚNIOR. **O uso de questionários via e-mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos**

respondentes. XIII Semead. Setembro de 2010. Disponível em: <http://www.pucrs.br/ciencias/viali/recursos/online/inquiries/O%20uso%20de%20question%C3%A1rios%20via%20e-mail%20em%20pesquisas%20acad%C3%AAmicas%20sob%20a%20%C3%B3tica%20dos.pdf>. Acesso em: 19 de mai. 2019.

VIEIRA, Jeane Vieira, **Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública: caracterização e trajetória.** Rio Claro, 2017. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/156486/000898390.pdf?sequencia=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 de mai. 2019.

WOLFF, Hélio Ricardo Werniski; KOGUT, Maria Cristina. **A formação continuada e sua influência na prática pedagógica dos docentes de educação física no ensino médio.** IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 26 a 29 de outubro de 2009. PUCPR. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3010_1682.pdf. Acesso em: 14 de out. 2019.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Pesquisa.** 2ª ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011. 134 p. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB3_2013-2/Modulo_1/Metodologia_Pesquisa/material_didatico/Livro-texto%20metodologia.PDF. Acesso em: 18 de mar. 2019.

APÊNDICE A - Questionário Aplicado nas Escolas

Prezado Diretor/Especialista na Educação Básica,

O objetivo da pesquisa é levantar como ocorreu esse processo de implementação dos Itinerários Avaliativos, principalmente em relação às dificuldades para execução da proposta. Assim, solicito o favor de responder aos questionamentos apresentados no formulário.

No ano de 2017 a SEE-MG desenvolveu nas escolas da rede estadual de Minas Gerais a ferramenta de gestão denominada de Itinerários Avaliativos. Essa ferramenta teve o objetivo de proporcionar uma reflexão sobre o uso dos dados das avaliações externas pelos gestores e pela equipe pedagógica das escolas.

Dessa forma, por meio da realização do curso, havia o objetivo de estimular a apropriação dos resultados das avaliações externas.

Por ser uma ação que envolveu todas as escolas da rede estadual de Minas Gerais, escolhi estudar/pesquisar este processo de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas vinculadas à 38ª SRE de Ubá.

Salientamos que não serão identificados os diretores/servidores e nem a escola, pois o questionário irá levantar os dados de forma genérica, através da tabulação das respostas apresentadas por vocês nos questionamentos propostos. Desde já agradeço imensamente a colaboração. Muito obrigado!

Samuel Gazolla Lima
Mestrando do PPGP CAEd/UFJF

1 - Para você qual a utilidade/importância dos Itinerários Avaliativos? Eles servem para:

- (A) Aprender sobre apropriação de resultados das avaliações internas e externas.
- (B) Melhorar as discussões dos resultados da escola entre gestores, especialistas, professores e comunidade escolar.
- (C) Cumprir carga horária estipulada no Módulo II.
- (D) Melhorar o planejamento pedagógico da escola com foco no aluno.
- (E) Outros:

2. Qual(is) foram a(s) dificuldade(s) que você teve com a utilização dos Itinerários Avaliativos?

- (A) A dinâmica proposta é complicada, A dificuldade foi é que não soubemos utilizar as ferramentas.
- (B) A escola não possui, de forma suficiente, os recursos tecnológicos necessários para seu desenvolvimento.
- (C) Faltou compreender os objetivos dos Itinerários Avaliativos.

- (D) Ausência de capacitação ou esclarecimento prévia e/ou durante para a utilização dos Itinerários Avaliativos.
 - (E) Faltou conhecimento para análise dos resultados da avaliação em larga escala.
 - (F) Todas as alternativas anteriores
 - (F) Cite aqui outras dificuldades encontradas na realização dos Itinerários Avaliativos:
-
-

3. A escola realizou os percursos dos Itinerários Avaliativos em atraso? Por que?

- (A) Não, todas as etapas propostas foram cumpridas nos prazos estabelecidos.
 - (B) Sim. Pois não tivemos interesse em realizar os percursos.
 - (C) Sim. O período de greve gerou acúmulo de projetos a serem desenvolvidos e empecilhos para realizar os percursos.
 - (D) Sim. Pois as dúvidas que surgiram não eram respondidas adequadamente.
 - (E) Sim. Os servidores que ficaram responsáveis pela implementação dos Itinerários Avaliativos tinham outras prioridades de trabalho na escola.
 - (F) Sim. Não houve apoio suficiente da Superintendência Regional de Ensino ou da SEE-MG.
 - (G) Outros:
-
-

4. Em que medida a escola conseguiu desenvolver as atividades e discussões propostas pelos Itinerários Avaliativos dentro dos prazos propostos?

- (A) Até 25% delas.
- (B) De 25% até 50% delas.
- (C) De 50% até 75% delas.
- (D) De 75% até 100% delas.
- (E) Não conseguiu desenvolver. 0%.

5. Sobre a quantidade de Itinerários Avaliativos, isto é, o número de reuniões propostas, preenchimento de formulários e apresentações, você considera:

- (A) Adequada.
- (B) Inadequada, insuficiente.
- (C) Inadequada, excessiva.
- (D) Não sei responder.

6. Sobre o envolvimento dos demais servidores da escola com as atividades propostas pelos Itinerários Avaliativos, você considera que os mesmos:

- (A) Participaram de todas as atividades propostas.
- (B) Participaram da maioria das atividades propostas.
- (C) Participaram de algumas atividades propostas.
- (D) Participaram de poucas atividades ou nenhuma atividade proposta.

7. Você foi capaz de entender e analisar a situação educacional (problemas que afetam a aprendizagem) de sua escola com o que foi indicado nos Itinerários Avaliativos?

- (A) Sim.
- (B) Grande parte dos problemas.
- (C) Uma parte dos problemas, mas não muito.
- (D) Não.

8 – O Plano de Ação proposto pela escola nos Itinerários Avaliativos foi cumprido adequadamente nos prazos estabelecidos?

- (A) Sim
- (B) Não
- (C) Parcialmente

9. De acordo com a sua experiência Plano de Ação que a escola propôs nos Itinerários Avaliativos auxiliou na resolução dos problemas educacionais identificados pela escola?

- (A) Sim.
- (B) Não.
- (C) Parcialmente

10 – Para você os Itinerários Avaliativos foram capazes de fazer a equipe de a escola debater sobre os resultados das avaliações em larga escala e sua utilização no planejamento pedagógico dos professores? Com qual alternativa você apresenta maior concordância?

- (A) Os Itinerários Avaliativos não conseguiram atingir seus objetivos, pois a escola não debateu adequadamente sobre os resultados das avaliações em larga escala e o planejamento pedagógico continuam os mesmos.
- (B) Os Itinerários Avaliativos atingiram parcialmente seus objetivos, pois a escola pode debater adequadamente sobre os resultados das avaliações em larga escala, mas isso não alterou o planejamento pedagógico dos professores.
- (C) Os Itinerários Avaliativos atingiram plenamente seus objetivos, pois a escola debateu adequadamente sobre os resultados das avaliações em larga escala e isso contribui para alterar o planejamento pedagógico na busca da melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

11 – Em novas ações de continuidade na implementação dos Itinerários Avaliativos, quais seriam suas sugestões para aprimoramento dos mesmos e diminuição das dificuldades encontradas para a implementação na sua escola?
